

cadernos do

terceiro mundo

ÁFRICA AUSTRAL
A ofensiva sul-africana

Ago./Set. 1982 - Esc. 80\$00 - Kz 60,00 - Mt 80,00 - PG 80\$00 - CV 80\$00 - Cr\$ 200,00 - nº 48

A CRISE DO AUTORITARISMO

CHILE
ARGENTINA
URUGUAI
BRASIL



TAA

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
★
ANGOLA AIRLINES

Os caminhos da democracia

Nossa matéria de capa deste número coloca em questão um fenômeno que a cada dia se torna mais transparente no quadro político-econômico do continente americano: a falência do modelo autoritário instalado em alguns países pelos diversos golpes militares nos últimos decênios. Do Caribe à Patagônia, como bem assinala o nosso diretor Neiva Moreira em seu artigo, os militares se encontram às voltas com a irreversibilidade do processo democrático latino-americano.

Enquanto na América Central e no Caribe esse processo atravessa uma trágica etapa de guerra popular prolongada, no Cone Sul do continente as ditaduras começam a ceder lugar diante das pressões populares: fala-se novamente de eleições na Argentina e no Uruguai; no Brasil, os partidos políticos, reorganizados a partir da abertura, se empenham na luta eleitoral; no Chile, já se comenta abertamente que o regime de Pinochet entrou em crise; na Bolívia, o panorama (apesar de nebuloso) começa a mudar. São fatos que permitem vislumbrar profundas transformações, nos próximos dois anos, do cenário político da América Latina.

E mais: uma atualização da questão do Oriente Médio, nesta hora em que a situação do Líbano se torna mais candente, com o problema palestino exigindo, cada vez com mais urgência, uma solução: a criação de um Estado independente.

Um grupo de teatro — o "Tá na Rua", orientado por Amir Haddad, premiado diretor de espetáculos de sucesso — é focalizado por cadernos pelo fato de sair à praça pública em busca de uma linguagem que desenterre as raízes de nossa colonização e aí plante as genuínas sementes de nossa tradição popular.

Por fim, uma análise em extensão da atual situação da África Austral, com particular destaque para a independência da Namíbia que, juntamente com Angola, Moçambique e Zimbábue, sofre as investidas do regime racista da África do Sul, aliada incondicional dos interesses capitalistas ocidentais e que representa naquela região o que Israel é para o Oriente Médio: ponta de lança da política belicista dos Estados Unidos.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro — Juan Somavía
Henry Pease García
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett

Revista Mensal
nº 48
ago./set. — 1982
Preço capa: Cr\$ 200,00
Números atrasados: Cr\$ 200,00

• *Edições em português*

BRASIL

Diretor e Editor
Neiva Moreira

Diretor Administrativo
Altair L. Campos

Secretário de Redação
Carlos Castilho

Representantes
Clóvis Sena (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60.086 — CEP 05.033

Arte
Carmem Saporetto (editor)
Samara e Amaury dos Anjos

Revisão
Cláudia Guimarães
J. C. Gondim

Distribuição
e Assinaturas
Homero de Souza

Documentação e Arquivo
Lidia Freitas

Composição
Ronaldo Fonseca

Fotolito e Impressão
Ébano Gráfica e Ed. Ltda.
Rua do Senado, 349

Circulação em 70 países

editora terceiro mundo Ltda.
Rua da Glória, 122 — grupo 105/106
Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/B
CEP 20.241 — Rio de Janeiro — RJ
Registro na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual nº 81.341.400
Registro no INPI nº 013.539
Registro no SCDP/SR/DPF
nº 2.195 — P. 209/73

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irake), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas APSI (Chile), África (Espanha), Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

Créditos das fotos

Capa: Equipe de cadernos; foto da capa: Ulrich Kohls; "Hoy", p. 15; Mariano, ilustr. p. 16; Hilda Henck Teixeira, p. 17; Rodolpho Machado, p. 27; Gerardo Ottoneli, p. 33; "Respuesta", p. 35; Pedro Martinelli, p. 41; Akram, p. 51; Hnos. Mayo, p. 52; Beatriz Bissio, pp. 54, 62, 66, 86, 88, 89, 91, 92, 95; Bill Foley, p. 58; Keystone, p. 63; Salhani, p. 63; Laurie Sparham, p. 65; Gamma, p. 66; Julienne, p. 67; Chico Ybarra, pp. 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77; MPLA, p. 90; "Notícias", pp. 91, 94; Frelimo, p. 93

ANGOLA — CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU — MOÇAMBIQUE
PORTUGAL e SÃO TOMÉ e PRÍNCIPE

Editor
Altair L. Campos

Redação
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos

tricontinental editoria Ltda.
Calçada do Combro, 10/19
telefone: 32 06 50 — Lisboa — 1200

Birô Africano
Angola
Eduardo Segui — Luis Henrique
Caixa Postal 3.593 — Luanda
Moçambique
Etevaldo Hipólito — João Escadinha
Rua da Kongwa, 153 — Maputo

• *Edições em espanhol*

MÉXICO — AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE e CARIBE

Editor
Roberto Remo

Gerente Geral
Gerónimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a. c.
calle California, 98A — Coyoacán
México, 21 DF — telefone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20, DF

BOLÍVIA — CHILE — COLOMBIA
EQUADOR — PERU — VENEZUELA

(Edição Andina)
Publicada por DESCO: Centro de Estudios y
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru — Telephone. 724-712

• *Edições em inglês*

ESTADOS UNIDOS — CANADA
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

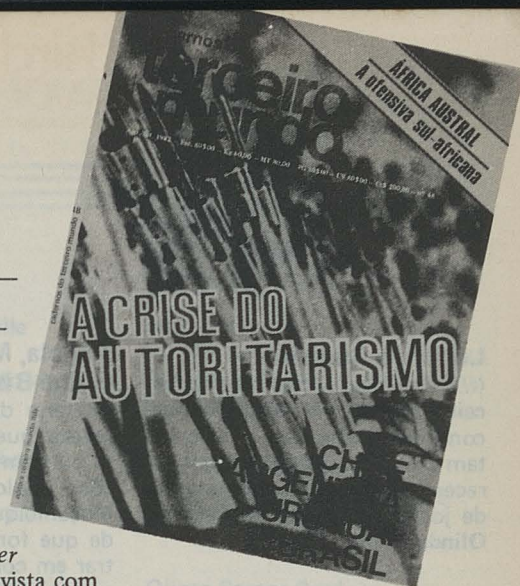
Editor
Fernando Molina

Editor Consultivo
Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 — México, DF.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907 — Rio de Janeiro. CANADA: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto — The Bob Miller Book Room, 180 Bloo St. West, Toronto. COLOMBIA: Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. EQUADOR: Ediciones sociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil — RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205, Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendipex 1258. EL SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador. El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois — New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois — Librería Las Américas, 152 East 23rd. Street, New York, N.Y. 10010 — Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 — Librería del Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 — Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 — Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 — Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA — Red and Black, 4736 University Way, Seattle — Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRÃ BRETAGNA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. HOLLANDA: Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITALIA: Paesi Nuovi, Piazza di Montecitorio 59/60, Roma — Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma — Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Vocadores de Periódico, Humboldt No. 47, México 1, D.F. — Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D.F. — Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D.F. — Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 librerías en todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARAGUA: Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Casas No. 80, Quinta Soledad, Managua, Nicaragua. PANAMÁ: Librería Cultural Parama, S.A., Ave España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamar, Camaná 878, Lima 1. PORTUGAL: Dijnal, Rua Joaquim António de Aguiar 68, Lisboa. PORTO RICO: Librerías La Tortulia, Amalia Marín Esq. Ave González, Río Piedras — Pensamiento Crítico, P.O. Box 29818, 65th Inf. Station, Río Piedras, P.R. 00929. REPÚBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo — DESVIGNE, S.A., Ave. Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburg. S. TOMÉ e PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUÉCIA: Wennrgren-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.



4 Cartas

6 Panorama Tricontinental

11 Editorial – Discórdia no Atlântico Norte

14 Matéria de capa – A crise do autoritarismo

15 Do Caribe à Patagônia – Impedir uma nova Beirute,
Neiva Moreira

19 Chile: Contagem regressiva para Pinochet, *Marta Rojas*

23 Argentina: Agora, a batalha das finanças, *Albano Volkmer*

25 “Redefinir o papel das forças armadas”, entrevista com
Adolfo Pérez Esquivel, *Cê Ralph e Pupo Simonelli*

29 Uruguai: Os votos e as botas, *Emilia Hernández*

31 O partido internacional dos banqueiros, entrevista com
o ex-reitor Samuel Lichtenstejn

36 Liberdade para Seregni

41 Brasil: O modelo num beco-sem-saída, *Francisco Viana*

América Latina

47 Panamá: A vigência do “torrijismo”

50 México: Portillo nacionaliza os bancos privados, *Roberto Bardini*

África

53 Quênia: A grande advertência, *Gabriel Omotozo*

Ásia

55 Turquia: Uma constituição de botas, *Agustín Castaño*

57 Nepal: A morte de Koirala, *Narinder Koshla*

Oriente Médio

58 Líbano: Operação Fênix, *Roberto Remo*

Procura-se um Napoleão, *Beatriz Bissio*

Cultura

69 Tá Na Rua – Um teatro que descoloniza, *Angela Masulani*

72 Amir Haddad: desmontar o autoritarismo

78 Flashes – Teatro

79 Notas

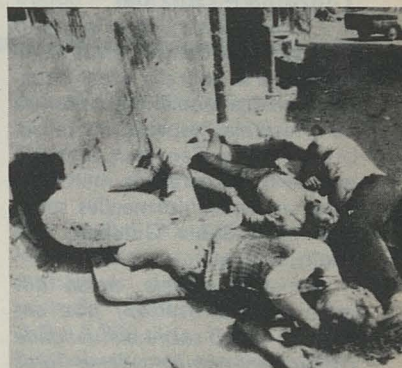
85 Especial – Os três alvos da ofensiva sul-africana

86 Namíbia: Pretória tenta ganhar tempo

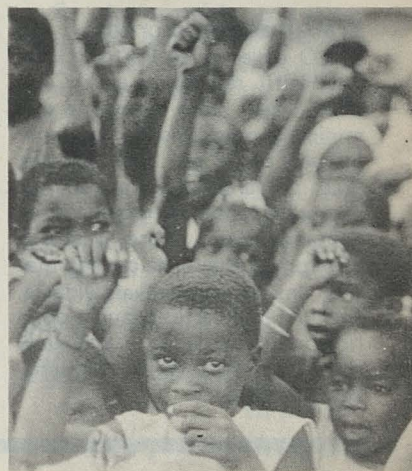
89 Angola: Novo perigo de invasão, *Esteban Valenti*

91 Moçambique: A guerra continua, *Etevaldo Hipólito*

95 Zimbábue: A luta contra o cerco racista



O massacre



África Austral



Leitura e Cultura

(...) Realmente, **cadernos do terceiro mundo** é a leitura/cultura consolidada daqueles que acreditam que "os grandes só nos parecem grandes quando estamos de joelhos". **Amaro M. Ferreira, Olinda, Brasil.**

Tanzânia e Zanzibar

(...) Sendo assim, ficaria muito satisfeita em ver publicada alguma matéria sobre a atual situação política, social e econômica da Tanzânia, especialmente sobre a Ilha de Zanzibar, uma vez que se torna cada vez mais difícil o acesso a informações sobre esse país. **Sonia Guldbek, São Paulo, Brasil.**

Por coincidência, nosso número anterior (nº 47) traz um extenso artigo sobre a atualidade político-econômica desse país africano.

Trabalhadores-escravos

(...) O governo de Porto Príncipe (Haiti) sancionou um "Contrato Legal" com o governo dominicano que consiste na transferência de 15 mil trabalhadores braçais, verdadeira relação de compra e venda de trabalhadores haitianos. Essas pobres criaturas vão com a esperança de algo melhor em suas miseráveis vidas e, em nome de certas alianças políticas, são obrigados a trabalhar como escravos. **W. M. Mourão, Brasília, Brasil.**

Angola, Moçambique e Guiné-Bissau

Gostaria de saber, através dessa revista que sempre acompanho, se existem no Brasil representações diplomáticas de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, e de que forma me é possível entrar em contato com essas representações. **Romiel Lamara, Belo Horizonte, Brasil.**

Temos recebido constantes pedidos a esse respeito. Informamos aos interessados que nenhum desses países possui representação diplomática no Brasil, assim como Cabo Verde. Para consultas sobre assuntos específicos ou não, escrevam diretamente para os Ministérios de Relações Exteriores dos respectivos países.

Líbano

(...) Achei maravilhoso, e ao mesmo tempo triste, o artigo escrito pela jornalista Beatriz Bisio. Agradeço de coração a Beatriz pela audácia de escrever um artigo que mostrou a dureza e a face oculta da guerra, enquanto outros órgãos de informação nos mostravam a guerra apenas pelo lado israelense. Obrigado, Beatriz. **Isaias F. Silva, Ituiutaba, Brasil.**

Experiências socialistas

Gostaria de saber por que a revista se limita a informar somente a situação do Terceiro Mundo. A

pergunta pode parecer estranha, mas é que as informações que recebemos sobre os países socialistas europeus, ou são fraudadas ou são dadas de forma incompleta pela imprensa burguesa. Vocês hão de convir comigo que as experiências socialistas de todo o mundo são de fundamental importância para a libertação dos povos do Terceiro Mundo. **Geraldo Magela R. Vasconcelos, Belo Horizonte, Brasil.**

Novos Herzogs

Venho parabenizá-los pela excelente revista. Continuem informando e formando da maneira como têm feito, e outros Herzogs virão. Faço aqui minha propagandazinha, e com isso já consegui dois novos leitores. "Cadernos" valeu por ter nascido. **Dionísio Chagas, Ribeirão Pires, Brasil.**

Erratas

Na edição passada de **cadernos** (nº 47), na entrevista com João Saldanha, onde se lê (página 92, 2º parágrafo) "...E Mussolini aproveitou-se da Copa da Espanha de 1934 — onde a anfitriã não chegou a ser finalista, porque foi derrotada pela Itália —"; *leia-se*: "E Mussolini aproveitou-se da Copa da Itália de 1934 — onde a anfitriã foi campeã —..." E na página 96, 9º parágrafo, onde se lê "...o tiro saiu pela culatra: o Viola (eu estava lá)..." ; *leia-se*: "...o tiro saiu pela culatra: o Videla (eu estava lá)..."



Intercâmbio

Cecílio Carlos dos Santos

Rua 1º Congresso do MPLA, 25
Luanda — Rep. Pop. de Angola

Mambu Ferdinand

Caixa Postal 5319
Luanda — Rep. Pop. de Angola

Augusto Pedro

Caixa Postal 5842
Luanda — Rep. Pop. de Angola

Albano Valentin Kawlle

PO Box 863
Huambo, R. P. de Angola.

Noildo Miguel Sobrinho

Av. Rio Claro, 2000
76540 — Iporá-GO, Brasil.

Milton Brito de França

Rua 2, casa 12, Filipinho
65000 — São Luís-MA, Brasil.

Santos Alberto

a/c do Secretariado Municipal
do Chitato-Dundo, Lunda-Norte,
República Popular de Angola.

José Augusto Souza

R. São Judas Tadeu, 86, ap 2
11100 — Santos-SP, Brasil.

Olinto Santos Cardoso

R. Medrado de Assis, 403
65000 — São Luís-MA, Brasil.

CLUBE DE AMIGOS

Nossas metas, nossos preços

Temos sempre, dentro do nosso lema "formação através da informação", mantido **cadernos do terceiro mundo** a preços abaixo das tabelas vigentes. Nossa intenção: levar até onde pudermos a informação correta daquilo que se passa no Terceiro Mundo, sem as distorções e manipulações da imprensa manipulada.

Somos, porém, também sujeitos às imposições da mal conduzida e encaminhada economia brasileira e, como tal, também suas vítimas.

Todo o material com que trabalhamos — papel, filmes, tinta de impressão, telex etc., — sem exceção, tem seu preço reajustado a cada desvalorização do cruzeiro.

Some-se a isso o reajuste de salários (semestrais), aluguel, telefones, correio e o sistemático

boicote a empréstimos e financiamentos de parte dos bancos nacionais a tudo aquilo que não se sujeite às regras impostas pelo sistema — imprensa alternativa principalmente —, e o leitor poderá avaliar as dificuldades que enfrentamos.

E, se repararem bem, constatarão que o preço de nossa revista mensal, de média tiragem, é exatamente a metade daquele das revistas semanais brasileiras de grandes tiragens. Um absurdo, bem considerados todos os dados.

Para que possamos continuar na missão a que nos propusemos, de sempre mostrar "o outro lado da verdade", aquele que é permanentemente escamoteado ou omitido, estabeleceremos, a partir do próximo número (49), reajustes semestrais em nossos preços de capa e assinaturas, para que não naufraguemos como tantos outros projetos de informação alternativa e para que mantenhamos o nível de informação e a independência que temos. Mes-

mo para aqueles que têm a memória curta, os exemplos recentes estão aí.

Assim, a partir do nosso número 49, nosso preço de capa será de Cr\$ 300,00 (ainda abaixo do das revistas semanais) e as assinaturas anual e semestral passarão respectivamente para Cr\$ 3.200,00 e Cr\$ 1.700,00. Estabeleceremos também prazos de validade para os cupons de solicitação de assinatura, dentro do mesmo espírito.

E, desnecessário seria dizer, contamos com a compreensão do leitor e com o seu apoio na continuidade da tarefa em que nos lançamos.

E também, neste e no próximo número, estamos fazendo uma promoção de Natal: o leitor pode vender ou dar de presente três assinaturas anuais de **cadernos** e, assim, ter o direito de receber como presente nosso, uma quarta assinatura anual grátis. Para isso, veja as instruções nas páginas 83 e 84 desta edição.

Os Editores

OUA: A FRACASSADA REUNIÃO DE TRÍPOLI

□ A África está doente. Prova-o o fracasso da reunião de cúpula da Organização da Unidade Africana (OUA), marcada para a primeira semana de agosto em Trípoli. Provam-no os gestos antiafricanos que pontuaram a atividade da OUA durante os últimos meses, sobretudo a sua intervenção nas crises do Saara e do Chade. Prova-o ainda o fato de um conflito relativamente secundário no panorama africano ter acabado por dominar os debates tecidos em torno da reunião e ter levado a disputas entre Estados progressistas do continente.

A OUA sempre tem sido uma organização em crise, reflexo evidente dos problemas africanos e das dificuldades com que os diversos Estados se deparam para chegar a uma plataforma mínima sobre a comunidade de interesses dos povos do continente, apesar das divergências ideológicas e a diversidade dos seus regimes.

Mas, nunca como agora, a própria sobrevivência da OUA esteve em xeque. A salvaguarda da unidade — difícil, mas necessária — depende agora de serem ou não coroados de êxito os esforços do Comitê de Contato (Líbia, Congo, Mali, Tanzânia, Moçambique e Zâmbia) para se chegar a um consenso que permita conseguir, até outubro, o *quorum* de 34 Estados, indispensável para que a 19ª Reunião de Cúpula que falhou no verão se realize na mesma capital no outono.

Nem tudo foi, evidentemente, um fracasso em Trípoli. Podemos destacar como sinais de es-

perança e prova da vitalidade da OUA, os seguintes fatos: o número elevado de chefes de Estado (20) e de primeiros-ministros (3) que participaram da fracassada reunião, o que constitui um recorde; a seriedade e a cordialidade com que os problemas mais candentes do continente — os da África Austral — foram debatidos; o reconhecimento, de fato, que certos Estados conferiram à República Árabe Saaraui Democrática (Rasd). Os dois pontos mais em destaque da "Declaração de Trípoli", que consideram irreversível a admissão da Rasd e que ratificam a escolha da capital líbia como sede da reunião.

Além disso, saliente-se a reafirmação, nesse texto, dos princípios permanentemente defendidos na OUA quanto à solidariedade para com os povos da África Austral, e a recusa dos participantes em assinarem a "certidão de óbito" da OUA. Mas, ainda que a 19ª Reunião venha a se realizar, ainda que a unidade africana venha a ser salvaguardada *in extremis*, ainda que a Líbia venha a presidir a Organização, o que aconteceu em agosto é demasiado grave.

Sabotagem à unidade afro-árabe

Os sabotadores da libertação do continente africano e os seus "cavalos de Tróia" dentro da OUA conseguiram uma primeira vitória de peso, ao fazerem deslocar todas as atenções para o conflito do Saara, levando os próprios países progressistas a consumir-se numa discussão que

lesa muito pouco os interesses imperialistas e a secundarizar o problema "número um" do continente: o fim da ocupação da Namíbia, o fim do regime do *apartheid*, a solidariedade para com os países da África Austral sujeitos a uma guerra não declarada econômica e militar por parte de Pretória. Isto com a agravante de dois países afro-árabes progressistas — a Argélia e a Líbia — terem esfriado as suas relações e de a Rasd se ver, de certo modo, "abandonada" por um dos seus maiores aliados, a Líbia.

Por outro lado, do grupo dos Estados africanos que, por diversos meios, boicotaram a reunião, fazem parte dois, cuja ausência constitui um duro revés: referimo-nos ao Quênia, porque se trata do atual presidente da OUA, e à Nigéria, que é um dos países de maior peso regional.

Além disso, cinco Estados afro-árabes boicotaram a reunião, sabotando a presidência da Líbia, num momento em que os Estados Unidos e Israel cometiam um crime de extermínio contra os povos palestino e libanês e infligiam um vexame inqualificável ao Mundo Árabe.

O boicote à reunião teve duas componentes: foi um meio de liquidar a unidade africana, e, ao mesmo tempo, mais um instrumento posto a serviço da derrota dos povos árabes.

Toda a reação árabe e a maioria dos Estados reacionários africanos se vergou ao *diktat* Washington-Pretória-Telavive, num momento em que a África do Sul, reforçada com a aliança expressamente privilegiada dos EUA, se prepara para transformar Angola numa espécie de Lí-

bano e trava uma guerra não declarada contra os Estados independentes da África Austral, num esforço para perpetuar o seu domínio colonial sobre as populações negras no interior das suas fronteiras e de manter a ocupação ilegal da Namíbia.

Dos 51 Estados membros da OUA, houve 16 que pura e simplesmente estiveram ausentes da reunião, três que abandonaram a capital líbia, antes da data prevista para a inauguração da reunião, e dois que, embora estando em Trípoli, se recusaram a comparecer a quaisquer reuniões mesmo informais.

Os EUA, a África do Sul, Israel e os Estados do Golfo (com a Arábia Saudita à cabeça) recorreram a todos os meios para fazer falhar a reunião de cúpula.

Adiamento para outubro?

O dirigente líbio, Muammar Al Khadafi, revelou que tinha provas documentais de que os EUA haviam aliciado, corrompido e ameaçado "países africanos para os dissuadirem de ir a Trípoli".

O Lesoto denunciou as pressões a que foi sujeito pela África do Sul e perante as quais não se dobrou. Pretória chegou ao ponto de lhe oferecer uma saída para o mar através da doação de terras, para que aquele país faltasse à reunião em Trípoli.

Sabe-se também que Serra Leoa cedeu a promessas de auxílio econômico feitas pelos países do Golfo, que o Níger se deixou comprar por uma barragem, cujo financiamento lhe foi prometido pela Arábia Saudita, e que o Alto Volta foi submetido a pressões tão fortes, exercidas pelos EUA, que não teve a coragem de se opor.

Compreende-se o interesse dos EUA e seus serviços da África e do Oriente Médio em impedir que a Líbia assuma a presidência da OUA e que os africanos mantenham uma certa

coesão dentro da Organização. Para Israel e para os EUA seria intolerável que o tão caluniado dirigente líbio fosse investido do inequívoco prestígio que o exercício da presidência da OUA confere. Seria isso uma terrível derrota diplomática para dois Estados empenhados em destruir toda a honra e dignidade dos povos árabes, dada a posição de intransigente defesa da causa árabe que caracteriza a Líbia.

Por sua vez, Washington e Pretória não poderiam tolerar que a presidência da OUA fosse exercida por um Estado com o qual quaisquer compromissos (do tipo dos que foram possíveis com o Quênia) se afiguram totalmente irrealizáveis. Contudo, há ainda a esperança de que a manobra de agosto não aconteça em outubro.

Isso que se passou em Trípoli faz-nos lembrar algo que se tentou em Havana, quando Cuba foi a sede da Reunião de Cúpula dos Países Não-Alinhados. A administração Carter tudo fez para impedir que Washington recebesse essa tremenda bofetada. Conseguiu contratar certos "cavalos de Troia" do movimento, mas as tentativas feitas falharam redondamente.

● Chade: Estados Unidos cúmplices no golpe

"O golpe de Estado de junho passado no Chade, que levou Hissène Habré ao poder, contou com a cumplicidade da força militar interafricana de dissuasão, integrada pelo Zaire, Senegal e Nigéria", denunciou na primeira entrevista de imprensa, depois que foi derrubado, o ex-presidente Gukuni Ueddei. A acusação foi feita em meados de agosto na Líbia, país que seria a sede da 19ª Conferência da Organização da Unidade Africana (OUA), adiada para o próximo ano. Gukuni



Muammar Al-Khadafi

É bom que os africanos conscientes se interroguem sobre as razões por que é possível ter êxito num boicote da OUA, quando tal sabotagem falhou em relação aos não-alinhados, que são afinal um conjunto de Estados com interesses muito menos convergentes que os dos países africanos.

Como dizíamos a princípio: a África está realmente doente. Mas são os próprios africanos, os cidadãos de cada Estado do continente que têm de encarregar-se das transformações que se impõem. (*Lígia Chaves*)

Ueddei denunciou também que "os Estados Unidos e seus aliados europeus começaram no início deste ano a aplicar um plano contra o Gunt (Governo Transitório de União Nacional), em resposta à presença militar líbia em nosso país". A presença de Gukuni Ueddei em Trípoli — para onde tinha ido com a finalidade de ocupar a representação de seu país — criou uma situação ambígua durante a preparação da frustrada reunião, pois o governo do atual presidente estava lá representado e com o adiamento da conferência a questão chadiana não foi discutida.

BERMUDAS: A CONEXÃO SUL-AFRICANA

□ As estreitas relações do governo desta colônia britânica com a África do Sul, mantidas em silêncio durante muitos anos, começam a ser criticadas pela população. Em muitos países, este tipo de vínculo com o governo racista de Pretória se transformou em assunto espinhoso.

Em Bermudas, a princípios de agosto, o Partido Trabalhista, de oposição, exigiu no Parlamento a formação de um comitê para investigar a "conexão sul-africana" no país. A exigência da oposição foi apresentada na Câmara junto a um pacote de reivindicações relacionadas com a ambígua política do governo de Bermudas a respeito do racismo.

Paralelamente, se organizou um comício em frente ao prédio da *Minorco*, uma companhia multimilionária de investimentos de origem sul-africana.

A manifestação foi realizada por um grupo de cidadãos bermudianos, que integram uma organização anti-racista criada em apoio a uma greve de mineiros sul-africanos. A *Minorco* é uma filial da *Anglo-American Corporation*, o gigantesco holding sul-africano que domina o mercado mundial dos diamantes e é o principal produtor de ouro do mundo.

O coordenador do movimento contra o *apartheid*, Glen Fubler, declarou num ato celebrado em um clube local, que a manifestação em frente à *Minorco* teve por finalidade "sensibilizar o povo de Bermudas sobre a situação do racismo na África do Sul". Segundo ele, o movimento anti-*apartheid* tem conseguido conscientizar mais a população de Bermudas para que pressione o governo a cortar os vínculos com Pretória.

PIRATARIA CULTURAL

□ O Sri Lanka protestou violentamente contra a decisão do governo britânico de não devolver tesouros culturais do antigo Ceilão, levados para a Inglaterra durante a dominação colonial.

No dia 18 de janeiro, o Ministério das Relações Exteriores comunicou ao Parlamento inglês que "após uma cuidadosa investigação" havia sido rejeitada a solicitação de Sri Lanka, já que, segundo a chancelaria inglesa, os objetos artísticos e arqueológicos em questão foram "comprados legalmente".

O governo de Sri Lanka reagiu afirmando que "a legalidade apregoada pelo colonialismo é uma palavra vazia que também

pode designar a pirataria". Tanto as Nações Unidas como a Unesco, apóiam o pedido de devolução das peças, entre as quais se encontram objetos de bronze, marfim e prata do século XII.

A Holanda já devolveu à Indonésia tesouros artísticos levados pela metrópole durante a dominação colonial. Sri Lanka sustenta que a coroa britânica tem a "obrigação moral" de fazer algo semelhante. Mas sem dúvida os ingleses não querem abrir um precedente. O Museu Britânico (e muitas outras instituições européias) se transformariam em prédios vazios se algum dia os antigos impérios devolvessem ao Terceiro Mundo o fruto do saque cultural que acompanhou a exploração colonial.

● Argentina: mais de 300 mil crianças abandonadas

A Argentina tem atualmente mais de 300 mil menores abandonados, segundo o titular da Direção Nacional de Proteção à Infância e à Família, Jorge Calcagno. Em declarações à agência de notícias *Dyn*, Calcagno afirmou não haver estatísticas precisas que corroborem essa cifra, mas esses cálculos são os mais próximos da realidade. Calcagno, que tem sob sua responsabilidade 22 institutos especializados que dão assistência a mais de duas mil crianças em situação irregular, acrescentou que o problema dos menores "está intimamente relacionado com a deterioração da situação sócio-econômica dos últimos anos". As dificuldades sócio-econômicas, salientou Calcagno, relacionam-se não apenas com problemas de subsistência, mas também pela necessidade de que tanto o pai quanto a mãe têm de trabalhar fora.

● Vietnã: vestígios da guerra são fonte de turismo

As crateras provocadas pelos bombardeios norte-americanos, atualmente paisagens lunares, os 70% dos bosques destruídos pela ação dos desfolhantes e as centenas de quilômetros de trincheiras poderiam, paradoxalmente, se transformar em atrações turísticas no Vietnã. Segundo Nguyen Viet, diretor-geral do Escritório Nacional de Turismo do Vietnã, essas "atrações" podem ser vistas pelos turistas, que encontrarão no Vietnã um país com uma grande diversidade étnica e geográfica e uma história e cultura milenares. Mesmo antes da guerra acabar, o Vietnã já tentava desenvolver a atividade turística no país.

ANGOLA: REATAMENTO COM OS EUA SEM PRÉ-CONDIÇÕES

□ O Comitê Central do MPLA-Partido do Trabalho reiterou, ao final de sua 10ª sessão ordinária, que Angola não está disposta a aceitar nenhuma condição prévia para a normalização das relações com os Estados Unidos. O comunicado assinala que "as relações entre os dois Estados deverão se basear nos princípios universais que regem as relações entre os países".

Segundo se informou em Washington, o governo norte-americano teria manifestado sua disposição de normalizar as relações com Angola, desde que as tropas cubanas estacionadas no território angolano abandonassem o país.

Durante a 10ª reunião do Comitê Central angolano também foram analisados os problemas internos do país, principalmente nos setores de saúde, abastecimento de alimentos, habitação, transportes, educação e o combate contra a especulação. No seu comunicado, os membros do Comitê Central criticaram "o insignificante aumento da produção agrícola industrial durante os últimos anos, assim como a não aplicação por parte de alguns dirigentes e responsáveis do governo, de determinadas orientações claramente definidas". Por fim, o documento destaca que "a situação atual que o país atravessa não é alheia aos problemas militares,



Ataque racista no sul do país

uma vez que além da ocupação de parte da província de Cune, os racistas sul-africanos castigam constantemente a população civil e destroem centros econômicos de importância vital".

RUTH FIRST: A MORTE DE UMA MILITANTE

□ Vítima de criminoso atentado, faleceu em Maputo, Moçambique, a professora e jornalista Ruth First, esposa de nosso colaborador Joe Slovo e proeminente militante intelectual do Partido Comunista e do *African National Congress* da África do Sul.

Ruth First integrava o Centro de Estudos Africanos (CEA) da Universidade Eduardo Mondlane e, no dia 17 de agosto passado, quando abria sua correspondência pessoal, detonou uma carta-bomba enviada por supostos amigos do exterior. Ruth encontrava-se em companhia da doutora Brigett O'Laughlin, norte-americana, de Pallo Jordan, pesquisador sul-africano, e do professor moçambicano Aquino de Bra-

gança, seriamente feridos em consequência da explosão.

A agência moçambicana AIM cita uma fonte da Segurança de Moçambique dizendo que "o atentado tem características idênticas a outros atentados ultimamente cometidos na região e que se apurou serem de autoria do serviços secretos sul-africanos".

A carta-bomba havia chegado ao CEA na semana anterior e tudo indica que a intenção dos assassinos era coincidir o atentado com a Conferência de Ciências Sociais, que se desenrolava na universidade com a participação dos nove países da SADCC e convidados estrangeiros, entre estes de exilados sul-africanos.

A militante sul-africana, cujos pais foram fundadores do Partido Comunista Sul-Africano, ganhou notoriedade internacional no tempo em que, como jornalista, denunciava através do jornal *Guardian* as atrocidades do *apartheid*. Além de diretora de Investigação do CEA, Ruth era também um dos vice-presidentes do Tribunal Internacional dos Povos. Era, pois, um alvo natural do terrorismo sul-africano.

A África perde assim uma lutadora de escol, tendo porém a certeza de que as idéias e bravura por ela semeadas frutificarão em campo fértil.

Nosso colaborador da primeira hora e membro do Conselho Editorial Internacional de *cader-nos*, Aquino de Bragança, ferido no atentado, já se encontra em franca recuperação e retomando seu lugar na luta pela justiça. (Altair L. Campos)

SISTEMA ECONÔMICO LATINO-AMERICANO: A LUTA PELA INTEGRAÇÃO REGIONAL

☐ Pela primeira vez em seus sete anos de vida, o Sistema Econômico Latino-Americano (Sela) impulsionará um "programa biennial de cooperação regional 1982-1983", a fim de enfrentar as repercussões negativas da recessão mundial.

A proposta da secretaria permanente do Sela foi debatida pelos representantes ministeriais dos 26 países membros na reunião do 8º conselho do organismo, realizada em Caracas (Venezuela) entre os dias 16 e 25 de agosto. Até agora, a cooperação regional era efetuada através dos comitês de ação criados a partir de dois ou mais países interessados em desenvolver um projeto comum.

O programa biennial prevê o fortalecimento dos comitês de ação, e vai ainda mais longe ao identificar áreas prioritárias de cooperação, estabelecer novos mecanismos para desenvolver os projetos e fixar um cronograma de seguimento que garanta a sua execução.

As áreas onde se fortalecerá a

cooperação regional incluem agricultura, energia, pesquisa científica e tecnologia aplicada ao aparelho produtivo, mecanismos financeiros e de pagamento, além de infra-estrutura de informação, transporte e comunicações.

Estreitamente vinculado a estes setores, o programa promove a coordenação com outros organismos regionais de cooperação e com os verdadeiros protagonistas da economia, ao incorporar não somente os representantes oficiais, como também o empresariado e os sindicatos.

No setor agrícola, se impulsionará a cooperação através de um "comitê de ação sobre segurança alimentar regional". O projeto está praticamente pronto e espera-se sua aprovação no 8º conselho. A longo prazo, se trataria de criar reservas subregionais de produtos agropecuários, projetos pilotos para incrementar a produção de alimentos e inclusive uma empresa transnacional para comercializar esses alimentos.

Outro dos aspectos críticos é o energético, onde se dá o paradoxo de que a América Latina exporte a outras regiões 80% de sua produção de hidrocarbonetos, e deva importar, por sua vez, 90% do seu consumo de petróleo. Neste campo, o programa prevê ações conjuntas com a Organização Latino-Americana de Energia (Olade) para promover uma segurança energética regional, baseada na solidariedade entre produtores e consumidores.

No setor financeiro, dado o incipiente nível de estudos sobre fórmulas de cooperação financeira, o programa pretende promover uma reunião de especialistas governamentais de alto nível para explorar novas modalidades, que sirvam também de suporte econômico aos programas de desenvolvimento. Neste contexto generalizado de recessão, os especialistas do Sela consideraram que se deve reforçar a cooperação regional, para consolidar o poder negociador da América Latina na economia mundial.

● Panamá: Estados Unidos estudam mudança de Comando Militar

Os Estados Unidos estão estudando a possível mudança do Comando Sul do seu exército, acantonado atualmente na área do Canal do Panamá, para Porto Rico ou Cayo Hueso, na península da Flórida, segundo declarações dadas em fins de agosto, pelo coronel Mark Richards, oficial da força aérea norte-americana. A decisão se-

ria motivada pela oposição do governo do Panamá à existência de instalações com fins ofensivos na Zona do Canal, que fere os acordos estabelecidos em 1977. Richards assegurou que permanecem na área do canal, atualmente, um total de 10.600 soldados, versão que contradiz os dados panameños que estimam em 20 mil os militares norte-americanos estacionados nessa zona. Segundo o oficial norte-americano, estão sendo treinados nas bases

situadas em território panameño um total de 2.500 soldados latino-americanos por ano, cifra que se situava em 1.432 antes que Reagan assumisse a presidência dos Estados Unidos. Richards admitiu ainda que os Estados Unidos mantêm assessores militares em El Salvador e Honduras, mas enfatizou que todos eles têm caráter de "treinadores", negando que eles interviessem diretamente nos assuntos bélicos desses países.

Discórdia no Atlântico Norte

Um dos fatos mais significativos da atual situação mundial é a deterioração das relações econômicas e políticas entre a Europa e os Estados Unidos, que — juntamente com o Japão — constituem as praças-fortes do capitalismo transnacional. Existem e continuarão existindo numerosas e sólidas coincidências de interesses entre essas regiões. Mas também há contradições objetivas não menos permanentes e firmes. Na medida em que estas prevaleçam ou cresçam de importância, as relações recíprocas estarão caracterizadas por um estado conflituado que irá diminuir sua capacidade de influir no resto do mundo.

Daí decorre o significado que tem essa avaliação, sob este ponto de vista, para o Terceiro Mundo. A deterioração dos vínculos entre os aliados do Atlântico Norte obedecem substancialmente a três razões:

- 1) O empenho do presidente Ronald Reagan em dar à liderança norte-americana sobre seus aliados do Norte um caráter hegemônico tão claro que o leva a tomar decisões sem consultar ninguém e a pretender que aqueles o sigam sem chiar. Essa atitude não é nova mas adquiriu com Reagan sua expressão máxima, motivando numerosos protestos dos governos europeus.
- 2) O fato do presidente Reagan fazer do confronto Leste-Oeste o eixo da sua política e pressionar energicamente seus aliados para que apresentem uma frente compacta na sua retaguarda. A elevação da tensão mundial a tal grau de periculosidade por causa dos contínuos desafios que Washington faz a Moscou e seus aliados é causa de preocupação nos governos europeus. Não

se trata apenas de diferenças ideológicas, ainda que elas existam em vários casos. É que, na eventualidade de uma conflagração mundial, a Europa seria o teatro central do choque, a área em grande parte destruída até a extinção da vida. Que os estrategistas de Reagan prevejam nesse cenário um desenvolvimento bélico para o qual se preparam freneticamente, causa alarme e desejos de dissuasão aos dirigentes do velho continente.

3) A crise econômica do capitalismo transnacional está se manifestando numa profunda e prolongada recessão. A fim de abrandar seus efeitos, as potências procuram aumentar suas exportações a todo custo, num quadro de déficits comerciais generalizados. Esse processo acentua notavelmente a competição no mundo desenvolvido. Assiste-se, assim, à "guerra do aço" e à "guerra do gaseoduto", entre a Comunidade Econômica Européia (CEE) e os Estados Unidos. A primeira é estritamente comercial. A segunda também, embora simultaneamente se tenha politizado pelo caráter de ruptura com a União Soviética que o presidente Reagan quis dar-lhe.

Esses são os dois exemplos mais notórios. E eles foram acompanhados por outros sintomas que, pela primeira vez desde o pós-guerra, fazem com que governos e organismos internacionais temam a formação do prelúdio de uma guerra de mercados e de um generalizado recurso ao protecionismo. Se isso acontecesse, todo o sistema de relações comerciais do capitalismo transnacional, que se orientou, desde o pós-guerra, para a criação de um mercado unificado por meio de uma intensa

e ampla circulação de bens e capitais (o "Mercado Uno", segundo a denominação de alguns economistas), entraria em crise.

Seria exagerado supor que essa crise significaria o princípio do fim do capitalismo e que este não poderia superá-la. Mas constituiria uma fase de competição encarniçada e daria lugar a uma nova ordenação, cujas formas e projeções são difíceis de prever.

O extremo da guerra de mercados é, por enquanto, apenas uma possibilidade. Mas os três fatores citados se combinaram para determinar a tensão atual no Norte capitalista industrializado, do qual o Japão e o Canadá são as únicas potências que foram protagonistas de choques diretos nos já citados conflitos econômicos.

Assim como a recessão está aprofundando as contradições econômicas, o projeto de Reagan está alimentando as geopolíticas. O propósito do presidente norte-americano consiste em assegurar sua hegemonia sobre seus aliados de forma a apresentar um bloco firmemente alinhado com Washington face a Moscou.

O adiamento sine-die do gaseoduto, as sanções econômicas à URSS (limitação do intercâmbio e dos créditos), e um programa armamentista sem precedentes e em rápida execução, são as cartas principais com as quais Reagan gostaria de sentar-se para negociar com seu par soviético, Leonid Brejnev, esperando assim extrair o máximo de concessões. Esse procedimento não só torna vulneráveis os interesses e a segurança do velho continente. Implica também menosprezar a

soberania e a autonomia política desses aliados que deveriam reconhecer sua subalternidade e, pelo contrário, resistem a isso.

Não obstante a nitidez das contradições, é difícil se prever seu desenrolar. Entre outras razões, pelo peso dominante que os Estados Unidos têm na Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). A superpotência tem a chave militar e a conservará durante muito tempo por causa de seu incontestado poderio no bloco ocidental. Mas no nível econômico, os países da CEE em seu conjunto têm, no mínimo, um poderio equivalente ao dos Estados Unidos.

Acontece, no entanto, que a Comunidade Européia é uma obra na metade de sua construção. Segundo seus promotores, a CEE deveria ser muito mais que um simples mercado comum de intercâmbio comercial para se converter num organismo com maiores faculdades supranacionais, capaz de integrar econômica e politicamente a região. Os interesses nacionais contrapostos impediram até agora que se avance em direção a essa meta, obstaculizada por conflitos reais porém de natureza secundária, como são os relacionados a alguns produtos agrícolas. E, naturalmente, é importante a resistência em ceder atribuições próprias das jurisdições nacionais em favor do organismo comunitário.

Nesse contexto, a arremetida norte-americana é vista pelos europeístas radicais como um fator que pode dar coesão à região e impulsioná-la para que supere suas contradições. Esse influente setor aspira a que a CEE chegue a articular um centro de

poder tão homogêneo como aquele que os Estados Unidos e a União Soviética (e, guardando suas proporções, o Japão) representam.

Existe algo de utópico nessa pretensão, já que dificilmente um grupo de países, por mais afinidades que tenham, poderia atuar como um só Estado.

Apesar disso, é possível superar muitos dos obstáculos que impedem a construção comunitária e é viável o objetivo dos europeístas realistas: consolidar a instituição até o ponto em que possa negociar seus próprios interesses globais com uma representatividade semelhante à dos outros pólos de poder.

Desde um ponto de vista internacional, nessa hipótese, estaríamos diante de um multipolarismo aperfeiçoado. O multipolarismo tem, no fim das contas, vantagens relativas em comparação com o bipolarismo passado.

Que os Estados Unidos exerçam uma hegemonia sem contestações na área ocidental é algo que não convém a seus aliados, nem ao Terceiro Mundo, nem ao bloco socialista, mas somente aos Estados Unidos. Além disso, é uma ilusão superada pelos fatos.

Que o presidente Reagan pretenda que a história retroceda em seu caminho agrava perigosamente a tensão mundial, mas não contribui para a modificação da realidade.

Mais provável seria que a insistência de Reagan o transformasse em estímulo involuntário em prol da consolidação européia. A história é pródiga em ironias.

Chile - Argentina - Uruguai - Brasil

A CRISE DO AUTORITARISMO



Diante do estrondoso fracasso do modelo econômico imposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelos "Chicago Boys", os alicerces do autoritarismo no Cone Sul começam a estremecer. A unidade "monolítica" das cúpulas militares está rachando e os povos se lançam às ruas exigindo democracia e pão

Enquanto na América Central e Caribe, a guerra é um dado do cotidiano, no sul se discutem as perspectivas após o fracasso do modelo autoritário

Neiva Moreira



Do Caribe à Patagônia

Impedir uma nova Beirute



A eleição do presidente dominicano representa uma vitória da democracia latino-americana

Por ocasião da tomada de posse do novo presidente da República Dominicana, Salvador Jorge Blanco, realizou-se em São Domingos, capital do país, uma reunião de partidos da América Latina e do Caribe, cujos dirigentes estavam presentes à cerimônia. Alguns desses partidos são filiados à Internacional Socialista e outros, como o Partido Aprista Peruano, a Frente Sandinista da Nicarágua, o Partido Democrático Trabalhista do Brasil, o Partido Revolucionário Institucional do México, o Nova Jóia, de Granada, o Revolucionário Democrático, do Panamá, e outros mais, estão relacionados com a Conferência Permanente de Partidos Políticos Latino-Americanos (Coppal). Outros, como a União Cívica Radical do Povo ou o Partido Intransigente da Argentina, não são filiados nem têm laços com nenhuma organização continental ou internacional.

As conversações interpartidárias foram domina-

das por dois grandes temas: a crise do modelo autoritário no Cone Sul e o agravamento da situação político-militar na América Central e Caribe.

Região conflagrada

As informações públicas ou reservadas que circulavam em São Domingos traduziam sérias preocupações gerais com a crise na região. A guerra em El Salvador e Guatemala se desenvolve a um ritmo constante. Como era de se prever, as eleições salvadorenhas em nada modificaram a situação político-militar naquele país. Não sendo representativas da vontade majoritária, elas não contribuíram para estimular uma solução negociada para o conflito. E também não foi alterado o quadro interno da Guatemala com o golpe de Estado do general Efraín Ríos Montt, que esperava poder obter um armistício através de invocações messiânicas e promessas inócuas que não iam ao fundo dos graves problemas sociais e econômicos. A guerra continua seu ritmo anterior.

As operações militares contra a Nicarágua se intensificam. Com apoio aberto dos Estados Unidos, Honduras se transforma numa base de operações contra a revolução sandinista. Os guardas somozistas que ali se refugiaram já não atuam como bandos armados mas como um exército regular eficazmente instruído e dotado de um poderoso armamento pesado. Grupos vinculados a essas forças tentam diariamente se infiltrar através da fronteira, desenvolvendo uma intensa e cada vez mais ampla ação de sabotagem.

Navios norte-americanos se movimentam ostensivamente em águas nicaraguenses, enquanto seus aviões violam sem cessar o espaço aéreo desse país. Todo esse conjunto de agressões e provocações está ligado às atividades dos remanescentes do somozismo ou de alguns setores liberais que nada têm em comum com um verdadeiro processo revo-



lucionário e que hostilizam o governo de Manágua através de diversas formas de luta que ainda estão ao seu alcance. Setores da Igreja — sobretudo de padres espanhóis — integram-se a esse esforço de sabotagem do processo revolucionário.

Também Panamá e Costa Rica

O Panamá está sofrendo um processo de desestabilização que se agravou com a morte, ainda não esclarecida, do general Omar Torrijos. Assim como nos outros três países já mencionados (Guatemala, El Salvador e Nicarágua), o governo norte-americano também está por trás de todas as manobras antipanamenses. As violações dos tratados do Canal (Tratados Torrijos-Carter) são diárias e as tropas norte-americanas que ali continuam sediadas assumem novamente em relação ao governo do Panamá e a sua Guarda Nacional, atitudes arrogantes e provocadoras.

Aproveitando a grave crise econômica que a Costa Rica atravessa, a administração Reagan está pressionando o governo desse país para que se transforme numa base de operações contra a Nicarágua e Panamá. O governo do presidente Monge está assumindo posições cada vez mais reacionárias. A Costa Rica só não se submeteu totalmente aos interesses de Washington por causa da resistência encontrada no seio do próprio partido dominante e de outros grupos democráticos do país.

Operações contra Cuba

Como uma peça do conjunto desse esquema geoestratégico, o Senado norte-americano acaba de aprovar uma lei permitindo ao Executivo o uso da força militar contra Cuba. Essa decisão causou profundas preocupações em todos os partidos latino-americanos, inclusive naqueles que, como o Partido Aprista do Peru ou o Liberal da Colômbia e o Partido Revolucionário Dominicano, não têm maiores afinidades com o regime cubano.

Um fato vinculado a essa política anticubana dos Estados Unidos teve uma grande repercussão entre os líderes políticos presentes em São Domingos. Um dos membros mais destacados da Copppal, o presidente do Partido Independentista de Porto Rico, Rubén Berríos, viajou para Havana a fim de assistir aos Jogos Centro-Americanos. Ao retornar a Porto Rico, deparou-se com um processo que poderá resultar em dez anos de prisão ou em 50 mil dólares de multa. Berríos é porto-riquenho, não se considera norte-americano, luta pela independência de sua pátria, mas, no entanto, pela situação que vive seu país, está ameaçado por um dispositivo da legislação norte-americana.

O agravamento dessas pressões levou vários políticos presentes em São Domingos a proporem a convocação de um congresso antiimperialista que pudesse estimular a unidade continental e fortalecer as resistências nacionalistas à tutela norte-americana. Ao se lançar a idéia, assinalou-se que o melhor contexto histórico para um evento desse tipo será a comemoração, no próximo ano, do bicentenário do nascimento do libertador Simón Bolívar.

O exemplo dominicano

Nesse quadro de conflitos localizados, mas também de uma real ameaça de guerra regional, a instalação de um novo governo democrático na República Dominicana foi saudada por todos como um fato auspicioso. Esse país emergiu de um período ditatorial de 30 anos, sob a tirania da família Trujillo. Após libertado do domínio desse despotismo, teve de enfrentar uma ditadura disfarçada, no período de Joaquín Balaguer. Acobertava-se sob uma aparência democrática, um certo tipo de continuísmo do regime anterior. Essa etapa obscurantista foi quebrada pela eleição do presidente Antonio Guzmán, um dos dirigentes do Partido Revolucionário Dominicano, PRD. Guzmán suicidou-se poucas semanas antes de completar seu mandato por motivos ainda não suficientemente claros.

Todos pensavam que o exército dominicano — que ainda está cheio de quadros trujillistas, sobretudo nos altos escalões — ia aproveitar a oportu-



O agravamento da situação político-militar na América Central e no Caribe foi um dos temas que dominaram a última reunião dos partidos latino-americanos, realizada na capital dominicana

nidade para impedir a posse do presidente eleito. No entanto, o vice-presidente Jacobo Majluta assumiu o governo nos 42 dias que faltavam para completar o mandato de Guzmán e transmitiu normalmente o cargo para Salvador Jorge Blanco, que obteve mais de 40% dos votos, cabendo ao Partido Reformista de Balaguer o segundo lugar, com pouco mais de 30%. O novo Congresso está assim integrado: 17 senadores do PRD, contra 10 do Partido Reformista (Balaguer); 62 deputados do PRD contra 50 do PR, 7 do Partido de Libertação Nacional (Juan Bosch) e 1 do Partido Ação Constitucional.

A vitória de Blanco, importante em si mesma, tornou-se ainda mais expressiva pela eleição do líder do PRD, José Francisco Peña Gómez, como prefeito da capital, São Domingos. Peña Gómez, um dirigente negro oriundo de camada muito pobre da população do interior do país, é conhecido pelas suas posições progressistas.

Blanco não é um radical, nem tampouco um antinorte-americano. Mas não se espera que ele se transforme num peão da estratégia da Casa Branca na região. Pelo contrário, ele tem legitimidade e condições políticas suficientes para exercer certa influência mediadora que desestimule as ações agressivas dos Estados Unidos na América Central e Caribe.

Uma de suas primeiras medidas foi eliminar a censura cultural. No aeroporto de São Domingos, a polícia era extremamente rigorosa para impedir a entrada no país de livros considerados de esquerda, proibidos de aparecer nas vitrinas das livrarias. Essa situação mudou totalmente.

Perguntei a um dos dirigentes do PRD se ele

considerava superada a perspectiva de um golpe militar. Ele nos respondeu que seria difícil fazer uma previsão a respeito, mas que há dois fatores a favor da experiência democrática: com a queda do preço do açúcar¹ se tornou sensivelmente mais aguda, na República Dominicana, a crise econômica. Os militares podem não achar interessante tomar o poder nesse quadro de crise. Por outro lado, o PRD tem uma grande capacidade de mobilização popular e, conseqüentemente, de resposta a um *putsch*. E isso desestimula a aventura militar.

A crise do autoritarismo no Cone Sul

A situação dos países do Cone Sul (Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai) e do Brasil foi objeto de uma análise muito metódica em São Domingos, em um ambiente dominado por uma espécie de clima "pós-Malvinas". A tônica dos volumosos informes apresentados na reunião dos partidos políticos era a da crise do modelo autoritário que domina as nações do sul do continente, particularmente desde os anos 60.

Os dados foram definitivos. Todos os países da região estão atravessando uma situação extremamente difícil. Há uma crise internacional e é inegável que os países industrializados, e particularmente os do Terceiro Mundo, enfrentam problemas de inflação, desemprego e recessão. O México é o exemplo mais recente, mas certamente não será o último. Porém, nos países do Cone Sul, mais do que uma crise de conjuntura vive-se o irremediável fracasso de um modelo político e econômico dominado pelos interesses transnacionais e apoiado pelo autoritarismo militar.

Cada país tem, dentro de sua crise, características peculiares e, uns mais que outros, têm sabido enfrentar a conjuntura desfavorável. Mas a origem do colapso econômico é comum a todos.

Lembremos que em pouco mais de uma década (de 1964 a 1976) todos os governos da região — com a exceção do Paraguai, cuja ditadura já completava então suas bodas de prata — foram varridos por golpes militares. Começou com a derrubada de João Goulart, no Brasil, seguida da queda de Paz Estenssoro, na Bolívia, Salvador Allende, no Chile, do governo peronista argentino e do regime constitucional, no Uruguai. De uma maneira ou de outra, os Estados Unidos estiveram comprometidos com esses golpes.

Outra característica dos processos ditatoriais instalados é que todos partiram da mesma premissa: deter o avanço comunista, dominar a “subversão” social, sanear a economia de cada país.

Mesmo que cada nação tivesse sua versão peculiar da doutrina de segurança nacional, as linhas gerais e o fundamento básico das mesmas eram muito semelhantes. E coincidentes com as doutrinas do Pentágono e do Departamento de Estado a esse respeito. Em nome da liberdade econômica, instalaram-se experiências capitalistas que os europeus jamais poderiam aceitar, nem sequer nos casos mais extremos, como o do governo da sra. Thatcher.

Um conluio de empresas transnacionais e tecnocracia, com apoio militar, permitiu a desnacionalização da economia e transformou cada um desses países em cobaias, não só do monetarismo da Escola de Chicago, como também de um modelo de dependência imposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Consequentemente, as empresas nacionais foram absorvidas pelo capital estrangeiro, os bancos assumiram uma posição reitora do conjunto da economia, asfixiando a pequena e média empresas, e impondo ao trabalhador a destruição de suas conquistas, com um consequente achatamento salarial em um clima de intolerância e repressão.

Os resultados estão à vista e são mais ou menos os mesmos em todos os casos. É evidente que não se pode comparar a situação no Brasil com o caos da economia na Argentina e no Chile. Mas todos esses países tiveram, à sua maneira, “milagres” econômicos, que foram apresentados anos atrás como experiências vitoriosas de uma economia superliberal e hoje estão num beco onde as saídas não são fáceis de encontrar.

Modelos condenados

Com exceção do Paraguai, cuja ditadura foi muito bem nutrida pelo apoio que recebeu durante

muitos anos do Brasil e da Argentina — via Itaipu e Yaciretá —, todos os demais regimes autoritários entraram em crise. E com maior ou menor amplitude estão cedendo às poderosas pressões populares em busca da redemocratização. Seria precipitado pensar que há uma primavera democrática nesses países. Mas existe um fato concreto: generalizou-se, inclusive nas classes médias altas, que foram o sustentáculo dessas experiências, a convicção de que esses modelos autoritários estão irremediavelmente condenados. É possível que Pinochet ou Gregorio Alvarez, ou o general de plantão na Bolívia, no entanto, recorram ainda a medidas de violência. Mas elas não terão base política — e inclusive militar, em muitos casos — que lhes ofereça maior continuidade.

Entre os políticos reunidos em São Domingos, como já tinha ocorrido antes em Manágua e Panamá, especulou-se muito sobre qual será a estratégia norte-americana nessa nova etapa política da América meridional. Já a partir de Carter, a Casa Branca achava necessário mudar a face desses regimes e abrir algumas válvulas de escape às pressões populares, com medo de uma explosão social.

Embora menos comprometida com essa estratégia, a administração Reagan encaminhou a linha de ação no sentido de ampliar o formalismo democrático e a aparência de uma legalidade constitucional, sempre que o governo que substitua às ditaduras for em direção dos grupos conservadores, comprometidos com os interesses transnacionais dominantes em cada um desses países.

A falta de forças renovadoras com essas características — principalmente no Chile, Bolívia e Argentina — tem dificultado a transição de uma ditadura quimicamente pura para um regime formalmente democrático.

No entanto, é uma opinião generalizada que o nível de mobilização política e popular na região pode conduzir a soluções ou fórmulas que não sejam propriamente as previstas pelos Estados Unidos e as oligarquias nacionais. Mesmo que este seja um processo lento, complexo e a longo prazo.

No que todos coincidem é no total fracasso do modelo político autoritário, em cujo seio se desenvolveu uma economia dependente e anti-social que, em determinado momento, transformou os países da região em teatro de operações contra seus próprios povos. A etapa seguinte será determinada pelo papel que possam representar as grandes forças políticas sul-americanas e pela eficácia da mobilização dos movimentos populares, reprimidos até há pouco tempo atrás, e que agora irrompem de novo no cenário de cada país. ●

1) O açúcar e mel representavam em 1978, 55% das exportações do país.

CHILE

O fracasso da política econômica dos
"Chicago Boys" rompe a unidade
do regime instalado em 73, e estimula as
correntes oposicionistas

María Rojas



Contagem regressiva para Pinochet

■ Não me estranharia se um dia destes abrir o jornal e tomar conhecimento que Pinochet renunciou por razões de saúde e vai se retirar para alguma ilha do sul do país."

Esse comentário, feito no exterior por um empresário chileno, pareceria absurdo há poucos meses. Hoje em dia, no entanto, fala-se abertamente em Santiago na possibilidade de um afastamento do cargo do general Augusto Pinochet, e, certamente, não será devido a razões de saúde, mas à profunda crise do sistema que ele mesmo fundou a partir do sangrento golpe de Estado de 11 de setembro de 1973.

Contudo, ninguém espera que Pinochet saia antes de jogar todas as cartas que ainda tem dentro da manga. A reorganização do gabinete ministerial anunciada para o fim do mês de agosto passado, juntamente com a promessa de novos "pacotes" de medidas econômicas, é uma delas. Mas em vez de acalmar os ânimos, esses pacotes os deixaram ainda mais agitados. Com efeito, até pouco tempo atrás, o Chile seguia ao pé-da-letra as receitas do modelo monetarista aplicado pelos *Chicago Boys*, que ao menos tinha a virtude de ser coerente. Agora, em compensação, segundo versões de um jornalista, é como se essas medidas formassem parte de um documento de várias páginas. "Mas do qual só nos deram para ler a página dois, a cinco e a sete. Não se pode compreender para onde vai isso tudo".

Acontece que, na condução da política econômica, há, pelo menos, duas linhas que se defrontam e cada uma delas conseguiu arrancar "páginas à proposta de sua contra-parte, deixando o discurso sem sentido e a economia sem rumo".

O Chile sofre uma recessão profunda, com um desemprego de 21%, segundo cifras oficiais (na realidade, um de cada três chilenos está desempregado, asseguram os economistas independentes) e uma redução drástica da produção industrial. Segundo a recém-criada Associação de Comerciantes



Pinochet: possibilidade de afastamento?

de Santiago, as vendas caíram em 60% na capital chilena nos últimos meses. E não se trata apenas dos cortes previstos nas economias domésticas, onde a primeira coisa a ser eliminada é o consumo supérfluo (as vendas de eletrodomésticos caíram em 65%), mas de um empobrecimento dramático: em agosto, em pleno inverno, foram vendidos somente dois pares de sapatos para cada cinco vendidos no último verão.

Contudo, não é o sofrimento popular o que preocupa o governo ou cria o clima atual de instabilidade política. A crise chegou lá em cima. Depois de causar estragos nas fileiras das camadas médias, comerciantes, empresários médios, a recessão bate às portas dos próprios bancos, dos templos

sagrados do modelo monetarista, que estão praticamente na falência porque não podem receber de seus falidos devedores.

Para evitar uma bancarrota formal dos bancos, foi adiada a data do fechamento dos balanços; aqueles teriam demonstrado a total incapacidade de continuar funcionando. Além disso, o governo ofereceu se encarregar das "carteiras vencidas" (dívidas sem pagar) que representavam, em 31 de maio, 50% do capital dos bancos comerciais. Quase ao mesmo tempo, o *peso* chileno sofreu uma desvalorização (como forma de estimular exportações e reduzir importações), foram concedidos créditos aos exportadores e se promoveu a entrada de capitais externos, visando, entre outras coisas, aumentar a oferta de dinheiro e, portanto, a demanda de bens e serviços.

Mas enquanto a equipe chamada de "reativadora" faz aprovar essas páginas de seu pacote, outros assessores chegados a Pinochet puxam de suas pastas medidas de efeito totalmente contrário: elevação de impostos, restrição da despesa pública, baixa dos salários da burocracia estatal, diminuição do "piso" para a negociação coletiva dos sindicatos, com a subsequente redução da receita — e, portanto, do consumo — da maioria dos chilenos.



Para Pascal Allende, dirigente do MIR, diante da ausência de qualquer via legal, só restou a opção da "guerra popular prolongada"

O enfrentamento entre reativadores e recessionistas é a primeira fratura dentro de um poder que parecia até agora monolítico. Mas não é a única.

Em meios militares, circulam queixas sobre a "personalização do poder" em mãos de Pinochet e a marginalização das forças armadas da tomada de decisões. E entre os representantes civis do regime, cujas discordâncias são, por razões óbvias, muito mais conhecidas que as polêmicas internas dos militares, os chilenos identificam pelo menos oito vertentes diferentes.

O mapa da direita

O desfecho da atual crise vai depender de alianças e enfrentamentos entre essas tendências civis, os militares e o ditador. Os prognósticos podem ser variados, mas o "mapa" em que se movimentam os protagonistas está sujeito às tensões das seguintes forças:

1) **Augusto Pinochet**, cuja trajetória vai de chefe da Junta a chefe de Estado, e depois presidente, ordenou a passagem para a reforma dos generais que deram o golpe com ele, reforçou os mecanismos de disciplina nas forças armadas e concentrou sob seu comando um aparelho repressivo centralizado e aperfeiçoado (a antiga Dina, substituída em 1977 pela CNI). Essa personalização do poder diferencia o modelo chileno do argentino (onde o poder recai sobre a Junta de comandantes e o presidente é apenas um "quarto homem") ou do uruguaio (onde quem decide é uma junta de 25 generais, brigadeiros e vice-almirantes), para assemelhar-se ao da Espanha franquista.

2) **As forças armadas** aceitaram essa personalização "para não abrir a caixa de Pandora através de uma politização", segundo palavras do sociólogo chileno Manuel Garretón. Contudo, não deve ser descartada a hipótese de que, com o agravamento da crise, a direita civil torne a bater na porta dos quartéis pedindo uma intervenção redentora dos militares.

3) **A tecnoburocracia**, isto é, os *Chicago Boys*, profissionais que tanto ocupam um ministério como a presidência de uma empresa (e passam com facilidade de um a outro cargo). Com o descalabro de seu modelo perderam poder e coerência.

4) **O movimento "sindicalista"**, surgido na Universidade Católica nos anos 70, controla a militância juvenil partidária do regime e atua como um virtual partido político, através da Secretaria Nacional da Juventude e da Frente Juvenil. Aderiu às idéias neoliberais dos *Chicago Boys* e as divulga através de seu "Centro de Estudos para uma Sociedade Livre".

5) **A direita política tradicional** dos velhos partidos Liberal e Conservador Unido tenta reorgani-



A recessão econômica do Chile está estreitamente ligada à falência do sistema criado pelo golpe de 73

zar-se numa opção diferente à do sindicalismo, para formar um partido de "direita civilizada". Procura diferenciar-se das correntes parafascistas do Partido Nacional, movimentando-se com certa autonomia em relação aos grupos econômicos e exige a vigência de um Estado de Direito.

6) O **empresariado**, até pouco tempo atrás subordinado aos grupos econômicos, e aos economistas neoliberais, está à procura de canais próprios de defesa de seus interesses diante da política econômica do regime.

7) Os **grandes grupos econômicos**, que controlam cadeias de empresas, bancos e meios de comunicação (o mais famoso é o de Edwards, dono de *El Mercurio*) foram atingidos, de formas diferentes, pela crise dos bancos privados e encontram-se em luta contra os *Chicago Boys*, ao mesmo tempo que se reorganizam para adaptar-se à nova situação.

8) Os **ideólogos corporativistas** atuam dentro do regime, em confronto com os neoliberais, o sindicalismo e os grandes grupos econômicos. Expõem suas idéias através de colunas em jornais e cá-

tedras na Universidade do Chile. Dividem-se, por causa de suas concepções, entre aqueles que aspiram a uma economia regida por associações de empresários e operários, os que querem um "sistema político orgânico" similar ao fascismo europeu clássico, e os que defendem um sistema político sob tutela militar permanente, mas com uma economia regida pelo mercado.

Uma nova democracia-cristã

Este "mapa" sucinto caracteriza uma situação complexa que, segundo opinião da revista *Mensaje*, "embora não implique necessariamente um colapso, apresenta um regime à deriva, sem projeto, que só procura prolongar-se e tapar buracos, sujeito a um processo de erosão e ruptura com os setores que o apoiaram".

Apesar de que a crise surge e se exprime como crise *no* regime, a democracia-cristã e a esquerda são forças que terão uma influência na resolução. E estão se produzindo em ambas as forças transformações que as tornam diferentes do que tradicionalmente foram.

A democracia-cristã opôs-se ativamente ao governo socialista de Salvador Allende e contribuiu para sua desestabilização. Por ocasião do golpe de Pinochet seu setor majoritário colocou-se em uma posição favorável ao novo governo, embora mantendo uma distância prudente. Quando os militares optaram pela alternativa neoliberal (e não por uma fórmula que pudesse conduzir rapidamente a democracia-cristã ao poder), o PDC apresentou princípios opostos, mas rejeitando qualquer aliança com a esquerda, como se esperasse uma morte natural do regime.

Nas vésperas do plebiscito de 1980, o ex-presidente democrata-cristão Eduardo Frei, foi o orador principal do ato que encerrou a campanha oposicionista, no qual participou toda a esquerda e alguns pinochetistas arrependidos. A morte de Frei em 1982 deixou o partido privado de uma forte liderança mas, por isso mesmo, abre uma fase de remodelização e reativação do PDC, que trata de se transformar na alternativa viável ao atual regime. O ex-chanceler Gabriel Valdés foi eleito novo presidente do PDC, com grande respaldo interno. Seu passado, não comprometido com o golpe de 1973, abre para o partido possibilidades inéditas de diálogo, tanto com a direita como com a esquerda.

Valdés permaneceu fora do Chile durante muitos anos, à frente da direção do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Nesse alto cargo, adquiriu um prestígio internacional e nacional que facilita seu diálogo com tecnocratas e empresários. Seu nome é respeitado inclusive nas fileiras militares, já que durante sua gestão, à fren-

terceiro mundo - 21

te da pasta das Relações Exteriores, foi traçada a atual política chilena no que diz respeito ao problema fronteiriço com a Argentina na região de Beagle. Os argumentos jurídicos chilenos foram tão eficazes que a Argentina não conseguiu tirar partido do isolamento internacional de Pinochet para melhorar sua posição perante árbitros e mediadores.

Ao mesmo tempo, Valdés apresenta para a esquerda uma imagem de progressista que facilita, sem dúvida, o diálogo e seu passado pessoal não está marcado, como esteve o de Frei, por um antagonismo em relação ao presidente Allende e uma participação ativa nos esforços para desestabilizar o seu governo.

Essa capacidade de estender pontes entre ambos os extremos do panorama político não se deve exclusivamente a condições pessoais de Valdés, mas também à flexibilidade e indefinição programática da DC. No fundo, argumentam dirigentes da esquerda chilena, a estratégia não mudou. A DC esperou sempre um desmantelamento espontâneo dos pilares do regime em vez de lançar-se ativamente para corrompê-los. Agora que a crise chegou, passou apenas da espera à "espreita". Entretanto, não deve ser descartada a hipótese que se Pinochet começa a cambalear, o centro político do Chile se some àqueles que querem dar-lhe um empurrão decisivo.

A esquerda

A crise política abriu também novos espaços à esquerda chilena, que desde o golpe de 1973 nunca esteve tão ativa e organizada como agora. Mas também dentro da esquerda o mapa político se modificou.

Até 1973, a esquerda estava dividida em dois grandes grupos: os partidos membros da Unidade Popular, a coligação que levou Salvador Allende ao poder e obteve 51% da votação nas eleições legislativas daquele ano, e o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), que não integrou a UP por considerar inviável a perspectiva de construção do socialismo no marco da "legalidade burguesa", como pretendia Allende. Dentro da UP, podiam alinhar-se de um lado os chamados "partidos operários" (o Comunista e o Socialista, presidido por Salvador Allende), do outro o Partido Radical, filiado à Internacional Socialista, e, finalmente, os grupos de origem cristã (Esquerda Cristã, Mapu e Mapu-Operário e Camponês, que se desvincularam do PR).

Para o MIR, dirigido atualmente por Pascal Allende, sobrinho do presidente assassinado, o *pinochetazo* foi interpretado como uma demonstração da correção de seu prognóstico. A burguesia

não vacilou em violar sua própria legalidade quando seus interesses se viram ameaçados. Diante da ausência de qualquer via legal só restaria como alternativa a luta armada. Depois de um longo período de reorganização, o MIR lançou-se a uma etapa de ofensiva nos últimos meses, aumentando o ritmo de sabotagens e ações armadas no marco de uma estratégia de "guerra popular prolongada".

O Partido Comunista, que antes e depois do golpe condenava essas ações, baseou sua estratégia até 1980 na formação de uma grande frente de oposição, incluindo a Democracia-Cristã. Diante das reiteradas negativas da DC de comprometer-se com qualquer aliança, a institucionalização da ditadura através do plebiscito fraudulento de 1980 e as lições políticas da insurreição popular na América Central, o PC modificou sua linha, anunciando que passaria a considerar como válidas "todas as formas de luta" (incluindo a luta armada), embora sem renunciar à sua aspiração de instrumentar uma ampla aliança democrática. Coincidem também com essa estratégia o Partido Radical e a facção do Partido Socialista dirigida pelo ex-chanceler Clodomiro Almeyda.

O "direito do povo à insurreição" foi defendido por Anselmo Sule, presidente do Partido Radical, em um ato realizado no México com apoio dessas forças. Esse setor registrou nos últimos meses no Chile, um aumento de sua capacidade de mobilização e de organização, com uma influência crescente nos meios sindicais, seu baluarte tradicional.

Finalmente, as forças da fração socialista encaabeçada por Carlos Altamirano, os dois Mapus, a Esquerda Cristã e militantes independentes de diversas procedências se empenham em construir "uma nova fase político-cultural que defina um conteúdo popular para a democracia e um conteúdo democrático para o socialismo no Chile".

Essa *convergência socialista* é mais um processo que uma proposta já elaborada e, portanto, é difícil de ser catalogada dentro dos parâmetros tradicionais. Apesar de que, pela sua posição renovadora, ela formulou severas críticas à esquerda "ortodoxa", não renega a unidade da esquerda e se propõe a conseguí-la como parte da "construção de um movimento muito mais amplo pela democracia, capaz de substituir o autoritarismo e assegurar no futuro as bases de uma nova estabilidade orientada pelos interesses nacionais e as necessidades das maiorias".

As crescentes reivindicações dos sindicalistas chilenos por fórmulas de unidade que definam melhor os interesses dos trabalhadores em seu conjunto, a renovação da liderança dentro da Democracia Cristã e os avanços registrados pelas organizações de esquerda em momentos em que a direita assiste perplexa ao fracasso de todas suas fórmulas, talvez indiquem que essa alternativa não esteja distante. ●

Depois da guerra das Malvinas, o país
se encontra virtualmente falido e parte para
enfrentar um outro adversário:
o capital financeiro internacional

Albano Volkmer



Agora, a batalha das finanças

Cada argentino perderá nos próximos dois anos cerca de 1.500 dólares de seu orçamento pessoal para que o governo pague a dívida externa de 40 bilhões de dólares. Este seria o preço teórico que cada um dos 27 milhões de argentinos teria que pagar para tentar resolver a caótica situação econômica deixada por seis anos de regime militar.

É um preço teórico, porque a dívida da Argentina, se nada mais for pedido emprestado, cresce seis bilhões de dólares ao ano, ou quinhentos milhões por mês só com os juros. Acontece que o país já tem contas vencidas no valor de 800 milhões de dólares, que deixaram de ser pagas desde maio passado. E tem novos débitos no valor de 15 bilhões de dólares com vencimento a curto prazo.

Atualmente, a Argentina exporta por ano mercadorias e produtos no valor de 10 bilhões de dólares e importa cerca de seis bilhões de dólares. A diferença de quatro bilhões é insuficiente até mesmo para o pagamento dos juros. Como reservas monetárias, o governo tem a ridícula quantia de quinhentos milhões de dólares. Por isto, não restam muitas dúvidas sobre a insolvência da economia argentina. O país simplesmente faliu e isto só não foi admitido com todas as letras devido a motivos externos e internos.

Externamente, os credores da Argentina tentam a todo custo dissimular a falência para evitar o agravamento das preocupações do cambaleante sistema monetário internacional, depois que o México disse que não terá condições de pagar uma dívida de 80 bilhões de dólares. Assim, os banqueiros norte-americanos que detêm o controle de quase 40% da dívida argentina fazem o possível para escamotear o conteúdo dramático da crise econômica. Eles procuram acima de tudo fazer com que a renegociação da dívida argentina escorregue quase que imperceptivelmente através de sigilosas conversas e acordos em Nova Iorque, Londres e Frankfurt.

O pior que poderia acontecer para os banqueiros mundiais é que os argentinos resolvessem perder os pruridos moralistas e, a exemplo dos mexicanos, se declarassem pura e simplesmente em falência. Por isto, os banqueiros tentam vestir a crise argentina com todo o decoro possível, tarefa na qual encontram uma valiosa colaboração de homens como Krieger Vasena, Alvaro Alzogaray, Roberto Alemann, Martínez de Hoz, todos ex-ministros da economia e ligados intimamente com o sistema bancário internacional.

O preço da dívida

Mas não haverá outra solução. A Argentina terá que renegociar os seus pagamentos externos nos próximos anos. O país terá principalmente de pedir o socorro do Fundo Monetário Internacional (FMI), sem o qual poucos bancos aceitarão assumir sozinho o risco de emprestar mais dinheiro à Argentina. E o receituário do FMI para sanar dificuldades de países em apertos financeiros é a chamada terapia de choque, com recessão econômica, arrocho salarial e corte nos benefícios sociais.

No caso argentino, esta terapia não deverá ser adotada na sua forma mais brutal, porque os próprios responsáveis pelo FMI temem um "estouro" social e político, se as medidas draconianas de "moralização" financeira fossem adotadas. Os gerentes do FMI sabem que no caso argentino a contabilidade deve ser flexível, de maneira a evitar que um arrocho excessivo acabe provocando uma revolução social ou política. A mesma preocupação é compartilhada pela equipe da Casa Rosada, que no momento possui credibilidade quase nula diante da opinião pública. Um regime militar marcado pela vergonhosa campanha das Malvinas não tem força política para impor sacrifícios drásticos à população.

A fatura das Malvinas apresentada pelo povo argentino ao terceiro mundo - 23

gentino ainda não foi resgatada pelos militares, que não podem agora apresentar outra conta aos irritados contribuintes, que já não mostram nenhum entusiasmo, sequer pela saída eleitoral. O preço político exigido pelo FMI para impedir a bancarrota argentina é alto, mesmo se no final ele for considerado brando, comparado com o que aconteceu em outras ocasiões em que países do Terceiro Mundo se submeteram às imposições do Fundo.

A nova humilhação

Uma das condições iniciais impostas pelo FMI ao governo do general Bignone foi a suspensão das retaliações econômicas entre Argentina e Inglaterra. Os militares argentinos, especialmente, tentam manter o estado de guerra econômica como uma pálida recompensa para a honra perdida no fracasso bélico em Porto Stanley. Mas a manutenção do bloqueio de fundos tanto em Buenos Aires como em Londres era um entrave poderoso ao jogo dos interesses financeiros mundiais. Assim, a Argentina foi obrigada a engolir um acordo de paz econômico com a Inglaterra, em mais uma humilhação.

E não há dúvidas de que os argentinos terão que digerir novos sacrifícios, além da inflação de 150%, desemprego de 17%, e queda da produção industrial no valor de 8%. E todos estes fatores terão um reflexo direto na situação política interna. O general Bignone prometeu eleições gerais para 84 na tentativa de iludir a população com respeito às dificuldades atuais. Afinal sempre haveria uma esperança futura que justificasse o adiamento de uma rebelião generalizada.

Mas o projeto eleitoral está esbarrando em dificuldades muito imediatas e poucos argentinos hoje se arriscam a apostar na realização do pleito marcado para março de 1984. De um lado, dentro das forças armadas, os capitães e coronéis, marcados pelo fracasso das Malvinas, querem lavar a honra nacional, sacrificando toda a cúpula, principalmente o exército. O movimento destes oficiais não disfarça, nem de leve, a inspiração nazi-fascista. Para eles, o novo fracasso de mais um período militar, só pode ser substituído por uma ditadura ainda mais fechada. A estratégia cega destes capitães assusta o FMI e a elite financeira de Buenos Aires, porque recorda o surgimento do nacionalismo peronista. A força desses neofascistas é grande no exército, porque eles encontram dentro da Arma um farto arsenal de acusações de corrupção e incompetência contra seus superiores durante a guerra das Malvinas.

Duros versus tecnocratas

Os atritos do setor militar duro, que tem tam-

bém poderosos seguidores dentro da marinha, chegou ao ponto do ex-ministro Julio Alleman ter cometido a audácia de pedir explicações sobre casos de desaparecidos. Foi a gota d'água. Agora existe uma guerra surda entre a oligarquia financeira, que em outras épocas soube tirar bons lucros da repressão, e os oficiais que participaram diretamente da guerra suja contra a esquerda argentina. E todo o vasto aparelho clandestino de repressão está em pé de guerra para evitar que venham a público, principalmente nos tribunais, as barbáries cometidas desde 1976.

Curiosamente, a extrema-direita militar aliou a defesa da impunidade, com a batalha contra concessões ao FMI. É uma tentativa de evitar que a oligarquia financeira use o trauma militar da derrota nas ilhas para impor novas humilhações aos oficiais do exército e da marinha. E aí os interesses se dividem. Até aqui, militares e tecnocratas foram aliados na implantação do trágico modelo econômico liberal, idealizado pelo ex-ministro Martínez de Hoz. Hoje esta aliança está quase rompida, com cada um dos lados buscando salvar os seus interesses.

Por seu lado, os partidos políticos voltam a atuar sem muito entusiasmo. É claro que a abertura política lhes interessa, mas eles vacilam entre apostar tudo no projeto eleitoral de Bignone, e a preocupação de buscar alianças táticas com grupos que a qualquer momento podem transformar o programa de abertura em letra morta, com mais um golpe de Estado.

A própria opinião pública argentina, que não esconde o seu desejo de voltar a ter voz ativa na política, também não disfarça seu desencanto pela falta de alternativas novas para o processo argentino. Se nada acontecer de excepcional, e se o pleito de 84 for realizado, ele vai ser quase que uma repetição das eleições de 1973, quando o general Alejandro Lanusse transferiu o poder ao peronista Héctor Cámpora. Uma nova vitória justicialista seria mais a expressão da raiva coletiva com os desmandos militares, do que o voto num projeto político.

O fator novo e que pode mudar o quadro vigente é o da crise econômica. As oligarquias financeiras interna e externa vão exigir sacrifícios maiores do contribuinte argentino. A dúvida é se a dosagem destes sacrifícios ficará dentro dos limites toleráveis ou não. E muitos apostam que a tolerância já é hoje quase fictícia, dado o grau de empobrecimento da população, cuja renda real caiu em 175% desde 1976.

Adolfo Pérez Esquivel, prêmio Nobel da Paz, diz que a abertura só é possível quando o povo participa livremente e os militares se submetem à Constituição

Cê Ralph e Pupo Simonelli

“Redefinir o papel das forças armadas”

A Argentina passou a viver a pior crise de valores de sua história recente desde o desfecho da guerra das Malvinas. São raras as pessoas que sabem o que fazer num momento como o atual, onde toda a estrutura política, institucional, econômica e militar da Argentina entrou em colapso. E entre essas raras personalidades, Adolfo Pérez Esquivel, prêmio Nobel da Paz de 1980, é um dos que tem idéias definidas sobre o que fazer na Argentina pós-Malvinas. É o que ele diz nesta entrevista.

Como você analisa a questão dos “desaparecidos”, desde o ponto de vista de suas mães e familiares — e seu movimento — até a esfera política, pois parece ser este o principal entrave, alegado pelos militares, para a entrega do poder aos civis?

— Não se pode gerar nenhuma ordem democrática que não seja sustentada na plena vigência dos direitos humanos. E aqui não pode haver nenhuma “lei do esquecimento”. Muitos setores políticos me disseram que temos que virar a página e começar com uma folha em branco. E eu lhes digo que a história dos povos se escreve com folhas de todos os tipos, menos com folhas em branco. O problema das mães e dos familiares dos desaparecidos deve solucionar-se pela própria saúde do país, porque se esses mecanismos, essas situações não forem esclarecidas, aqui não teremos paz. E agora os militares estão apressados, pelo grande desastre que fizeram, para entregarem o poder. Mas se isso não for esclarecido, dentro de 2 ou 3 anos teremos outro golpe militar. Então, se queremos resgatar as instituições democráticas, a participação do povo, para que ele realmente se sinta seguro e possa viver em paz, devemos aclarar o que houve, previamente.

Como se daria esse “aclaramento”?

— Eles devem dar explicações e pôr em liberdade as pessoas detidas. E se há gente morta, o governo

deveria ter uma atitude sincera com o povo e colocar as coisas no seu devido lugar, em vez de manter a angústia de milhares de pessoas. Qualquer partido político que assumir o governo vai se deparar com esse problema, e por mais que façam acordos, por mais que queiram esconder, as mães, os familiares e o povo argentino não vão esquecer. Não há que buscar mais rancores, vinganças, porque com isso nada se constrói, ao contrário, se destrói tudo. Mas há que se buscar justiça e isso é fundamental. Há uma relação, que mostro para você, porque minhas palavras aqui não demonstram nada. (*Abre um extenso dossiê, com fotos, atestados médicos, documentos. São cerca de 300 folhas.*) São as crianças



Pérez Esquivel: “Na guerra todos perdem. Os únicos beneficiados são os vendedores de armas”

sequestradas, desaparecidas na Argentina, são as vítimas inocentes de tudo isso. E aqui está, tudo provado por familiares, por médicos que atestam a gravidez de algumas mães que foram presas. O que é que podem dizer dessas crianças? Que foram guerrilheiros?

Há hipóteses sobre o destino delas?

— Não se sabe, dessas todas só apareceram três. São 91 crianças! Nós formamos um grupo de pessoas para tentar resgatá-las, mas até agora não recebemos nenhuma resposta das autoridades. As mães continuarão na Plaza de Mayo até que lhes dêem explicações sobre seus filhos. E como conseguirão calá-las? A voz do povo não se cala.

A tortura

E com relação à tortura, continua existindo essa prática? Os jornais de ontem noticiaram ocorrências em Córdoba...

— Sim, infelizmente sim. O mecanismo repressivo e toda essa situação continua. Mudaram as pessoas, mas não o sistema, a raiz do problema. É preciso sanear isso, acabar com essa prática no país.

Você pessoalmente foi torturado?

— Sim, eu fui torturado durante cinco dias, em 78. Não fui torturado quando me detiveram, mas sim depois, na Unidade 9. Estive, no total, 28 meses preso: 14 na prisão e 14 em liberdade vigiada, com controle policial etc. Então, essas coisas não me foram contadas, eu as vivi. Durante muito tempo ouvimos o relato de muita gente sobre o que estava acontecendo e, logicamente, assumimos um compromisso. Há coisas que são realmente tremendas. Esses mecanismos devem ser suprimidos totalmente. Uma sociedade não pode viver sob regimes desse tipo, sob nenhum ponto de vista.

Muita coisa mudou depois das Malvinas, da visita do Papa, da queda de Galtieri. Há uma incipiente abertura. Gostaria de conhecer sua visão sobre este momento.

— Eu não creio nesta abertura aparente. Não é real. Por outro lado, os partidos políticos, antes da guerra, já estavam atuando. Agora, após a guerra, depois da derrota militar, de uma situação econômica grave, de uma deterioração muito séria do país, se está falando em abertura. Isso é mais ou menos como uma mãe, que mantém seu filho no cercado, deixando ele gritar, chorar, cantar, mas que permaneça dentro do cercado, vigiado. Eu

creio que a abertura vai se dar na medida que o povo se organize e encontre respostas para a situação em que vive, não porque o governo vá dar essa abertura. Este governo não quer dar nenhuma abertura, vai impor as regras do jogo, condicionar a atuação dos partidos políticos, a situação dos direitos humanos, a situação das forças armadas.

Como você vê uma transformação genuína desta situação, da sociedade argentina?

— O país não resiste a mais remendos nessa calça velha. É necessário trocar de calça. É necessária uma mudança profunda no país, em todos os níveis: no cultural, no econômico, no educativo. Quando ouço os economistas, estão sempre falando em grandes interesses econômicos, mas nunca falam dos interesses a partir das necessidades do povo. A situação do país não é um problema econômico, é um problema político. Quando observamos o mapa da Argentina, por exemplo, o que vemos são as estradas, as ferrovias, a cultura, o poder, tudo passando por Buenos Aires, cujos habitantes se consideram a verdadeira Argentina, e sempre estiveram olhando para a Europa ou para os EUA. Nunca olharam para trás, para o interior do país ou da América Latina. Creio que temos que buscar nossas referências, em nossa própria realidade: uma economia centralizada e um país vazio, com quase metade de sua população em uma única cidade. Não houve desenvolvimento orgânico. É necessário potencializar e criar instâncias de todo tipo no interior; fábricas, cultivos etc.

Transformações e revoluções

Como se dariam essas possíveis transformações?

— Este governo que aí está não vai fazer nada disso. Creio que devemos olhar para as organizações populares e para as alternativas que podem apresentar os partidos políticos. Aqui nenhum partido vai poder transformar as coisas se não contar com o consenso popular e se não gerar instâncias para isso, questionando seriamente a transformação das forças armadas e das forças de segurança. É para que isso aconteça, é necessário buscar as origens e a raiz dos problemas. As instituições, em suas origens, tiveram um bom sentido. A polícia é um exemplo disso. Ela, em sua origem, é boa, porque foi criada como uma instituição a serviço da sociedade, como uma força preventiva do delito. E o exército, para quê foi criado? Foi organizado para sustentar e resguardar a soberania do povo e seu território, sob o critério de respeito à Constituição, às Leis e às Instituições de uma nação. É em que se transformaram? Em opressores, em um partido político de elite e totalitário, ainda que não o digam. Exercem toda a força militar, política e



Mães de desaparecidos políticos: o governo militar pretende que haja uma "lei do esquecimento", que o livre de assumir publicamente a responsabilidade dos crimes cometidos durante a guerra suja contra a guerrilha

econômica do país! E, além disso, transformaram-se numa casta, separados do povo. O exército absorve a polícia e a incorporou como uma força paramilitar, preventiva e repressiva contra o povo.

Então, se não se encarar esse problema da redefinição do papel das forças armadas, os militares sempre poderão impor ao país o que eles julgarem melhor. Esse "Processo de Reorganização Nacional" (denominação oficial para a proposta política dos militares no poder e que eu chamo de "Desorganização Popular") sempre foi tido como um projeto das forças armadas e não do povo ou da nação.

Aqui entramos num problema muito sério. Tudo isso não aconteceu por acaso. É implementado através da ideologia de Segurança Nacional, que se implantou no Brasil, no Chile, no Uruguai e na Bolívia, e que responde a interesses muito claros e concretos: os planos econômicos ultraliberais só se podiam aplicar com regimes de força, pelo alto custo social que eles têm. Numa democracia, essa política econômica não podia ser implantada. O que fez Martínez de Hoz, com suas idéias vindas de Chicago, da escola de Friedman? Favoreceu os interesses das transnacionais. E outra questão: como a Argentina, com uma dívida externa tão grande, pôde comprar tantas armas?

A crise que estamos vivendo é uma crise moral e espiritual, não é só uma crise econômica, porque a economia é um problema político, de credibilidade.

de. Nisto se baseia um desenvolvimento econômico. Não se trata simplesmente que um tecnocrata prepare um plano que responde a determinados interesses e que queira aplicá-lo ao povo.

Da produção à especulação

A crise econômica reflete-se em cada cidadão, e transtornou a Argentina provocando uma enorme crise ética, de comportamento. Como se poderá fazer o processo contrário, a remoralização?

— Sem dúvida, o país se transformou de produtivo em especulativo. E quem está especulando é aquele que não quer fazer nada e ganhar muito, então já está corrompido. Não há uma capacidade de produção no país, salvo os grandes interesses que manejam as coisas. Há uma corrupção muito grande.

Veja, as palavras. Pelo uso e abuso que fazemos delas se desvalorizam como o dinheiro. E nós conhecemos bem a desvalorização, hein! (Ri). Este governo maneja os termos e as palavras para confundir, para provocar confusão em todo o povo.

Eu afirmo que este é um povo sem soberania; integração territorial não significa soberania. Quando da guerra das Malvinas, o que se buscou foi integração e não soberania. Um país só é soberano quando o povo tem a capacidade de autodeterminar-se.

nar-se e de decidir sobre o seu destino. Sua participação é sua soberania.

O sr. acredita que esse episódio da guerra possa trazer boas coisas ou transformações para a Argentina?

— Na guerra todos perdem, ninguém ganha, vencidos ou vencedores. É mentira que as guerras tragam benefícios. As guerras trazem destruições, mortes. Os únicos beneficiados são os traficantes da morte, os vendedores de armas. As consequências da guerra podem ser vistas no presente e no futuro de um povo. São gerações destruídas, cria-se um problema anímico no povo, ainda mais com uma derrota. É um fenômeno emocional muito forte. Eu creio que a guerra desencadeou muitas coisas, que não chegam a ser benéficas, os militares usaram questões como patriotismo e soberania e o povo acabou sendo contagiado por isso. Após tantos anos de repressão foi o resultado da necessidade de expressar desejos, como aconteceu no mundial de futebol. As pessoas se voltavam para qualquer coisa que lhes desse uma possibilidade de canalizar todo esse grito contido.

A juventude

Nesse período, muitas pessoas, inclusive os intelectuais, tiveram dificuldades de tomar posição frente à guerra. Para a juventude, essa guerra foi uma experiência muito forte, até porque muitos estiveram lá. Há quatro ou seis meses atrás todos diziam que a opção era sair do país. Agora há uma certa esperança, um sentimento de "que algo mudou". Como o sr. sente isso?

— O que aconteceu foi que a juventude foi marginalizada permanentemente. Ficou como um simples espectador, e não ator do que estava acontecendo. A juventude da geração 24/25 anos jamais votou! Logicamente que foi sacudida por esses tempos. Mas ela está desorientada, sem parâmetros. É uma juventude sem horizontes, pela falta de alternativas.

Quais deveriam ser os horizontes?

— Em princípio, ver seus próprios problemas de localização dentro de uma sociedade, e a resposta que essa sociedade está dando a ela. E tratar de encontrar caminhos e alternativas válidas. Quando falo de uma crise moral e espiritual do país, também me refiro à juventude porque ela passou de frustrações a frustrações, sem nenhuma perspectiva, enganada permanentemente. Os jovens estão ávidos por encontrar algo em que canalizar sua potencialidade. Para que se criem respostas, creio que é necessário ir gerando uma consciência, um movimento de toda a juventude. Mas este não é o pro-

blema atual da juventude. Os jovens de várias gerações vêm sendo frustrados e, neste momento, procuram a possibilidade de atuar dentro da sociedade.

O sr. acha que deveria haver uma canalização dessas respostas de atuação através dos partidos políticos? Ou através de outras formas de organização?

— A política é boa. Nos fizeram crer que é má. A raiz da política, seu significado, é a busca do bem comum em uma sociedade. Outra coisa são os partidos, que também são bons dentro de uma sociedade pluralista, porque são representativos dos diversos setores sociais. E aqui está o problema: esses partidos, que têm sua ideologia, seu programa, seu contexto, devem buscar a política com "p" maiúsculo, buscar esse bem comum. E a juventude deve ir buscando o correto discernimento para poder optar. Não se pode optar sem discernir.

O que acontece com os jovens? Falta-lhes informação e formação. Falando com universitários, eles não conhecem um Paulo Freire, um Piaget, porque estão proibidos. Então, que formação política ou intelectual podem ter? O problema é de reorientação, e que a juventude vá se situando dentro de opções muito concretas. Trabalhar pela vigência da Constituição é algo concreto?

— Mas a vigência da Constituição tem que vir acompanhada de projetos concretos, porque a Constituição refere-se a princípios de uma sociedade. O importante é como isto se traduz em fatos políticos concretos. Quais são as alternativas no campo da cultura, na política, no sindicalismo, nas organizações populares...

Com a abertura você não acredita que haverá mais espaços para que isso aconteça?

— Eu vejo este momento com muita preocupação. O espaço vai sendo conquistado não porque o governo quer. O verdadeiro espaço para a democracia vai acontecer na medida em que o povo se organize. É necessário ter cuidado porque vai começar a surgir o que foi chamado de "Argentina Secreta". E foi um pouco o que aconteceu em 73 (a história ensina!): começaram a aparecer e ficar na superfície uma porção de pessoas que depois tiveram suas cabeças cortadas. Então, penso que estamos num momento de reflexão.

Nesses anos todos tão duros que o país passou aprendeu-se algo ou não?

— Há sintomas. É preciso estar atento e escutar. É um momento de aprofundar, analisar, detectar, ver como estão se manifestando os partidos políticos, ver como estão desempenhando seus papéis junto às forças armadas.

URUGUAI

Com a palavra-de ordem de votar em
branco, a Frente Ampla e o general Lísber
Seregni recuperaram seu papel de
protagonistas da política uruguaia



Emilia Hernández

Os votos e as botas

Ao anunciar sua posição contra o gasoduto que levará hidrocarbonetos soviéticos da Sibéria para a Europa Ocidental, o presidente Reagan disse que Lênin teria afirmado que "a burguesia nos venderá a corda com a qual a enforcaremos". O comentário não tinha nota de pé-de-página e os jornalistas norte-americanos não conseguiram achar a frase nos cinquenta volumes das Obras Completas do líder soviético. Mas, se quisermos encontrar algum exemplo histórico de um poder que presenteie o inimigo com as armas de sua própria destruição, poderemos lançar o olhar para o Uruguai de hoje.

Com efeito, nunca houve uma ditadura que perdesse um plebiscito convocado para julgar sua gestão, como aquele que os militares uruguaios perderam em uma proporção de quase dois votos a um, em novembro de 1980. Os cientistas políticos ainda se perguntam por que razão esse plebiscito foi convocado, por quê seus resultados não foram adulterados, por quê — se a fraude era impossível — não foi suspenso quando a derrota era evidente. E haveria que acrescentar outra pergunta a essas perplexidades: por quê, a apenas dois anos daquela derrota, foram convocadas eleições internas para designar as autoridades partidárias com as quais os militares terão de negociar, em 1983, a redação de um novo texto constitucional?

Não será, por ventura, que cansados de governar desde 1973, eles querem efetivamente voltar para os quartéis?, poderia se perguntar um leitor desprevenido. Nada mais longe da realidade. Os militares peruanos organizaram, em um ano, a eleição de uma Assembleia Constituinte e eleições presidenciais que conduziram ao poder o mesmo Fernando Belaúnde Terry que, em 1968, eles haviam expulso, ainda de pijama, do Palácio Pizarro. Na Argentina, o general Lanusse negociou com seu arqui-

inimigo Juan Domingo Perón, em 1973, quando os militares chegaram à conclusão que o desgaste do poder havia levado sua popularidade a níveis intorvelavelmente baixos.

O general De Gaulle renunciou subitamente em 1968, quando o povo francês negou-lhe — através de um plebiscito — os poderes quase ditatoriais que *le grand Charles* havia reclamado.

No Uruguai, contudo, o civil que servia de fachada presidencial ao regime foi substituído pelo general (reformado) Gregorio Alvarez pouco depois do plebiscito, e os porta-vozes oficiais insistem em que o processo continuará. (Processo significa regime, assim como na Argentina. Lá, o nome oficial é "Processo de Reconstrução Nacional". No Uruguai é apenas "processo". E com letra minúscula).

Chegar a novembro

Quase todos os políticos que se destacaram no país antes de 1973 continuam cassados, a censura à imprensa continua, e nem se fala de anistia. A revista *La Plaza* foi fechada definitivamente por ter pedido em editorial "clemência para os vencidos", isto é, para os quase dois mil presos políticos (essa cifra é um recorde latino-americano em relação à população). A revista *La Democracia*, órgão do setor majoritário — e oposicionista — do Partido Nacional (Blanco) foi suspensa por decreto até depois das eleições e, durante a campanha, as concentrações em lugares públicos estão proibidas. Os militares chegaram ao extremo de "aconselharem" os dirigentes políticos para que evitem as referências ao plebiscito em seus discursos, assim como os comentaristas políticos para que cataloguem os candidatos pelos seus programas e não em função do fato de terem votado pelo "sim" ou pelo "não".

Como se estar de acordo ou não com a ditadura não fosse uma definição programática.

Mas eles dão a corda ou não?

Os dirigentes dos partidos reconhecidos acham que sim. E por isso aceitam sem protestar todas as restrições que a Comissão de Assuntos Políticos das Forças Armadas (Comaspo) impôs às eleições internas. "Chegar a novembro" é a palavra-de-ordem desses políticos opositores. Convencidos de que conquistarão uma vitória fácil sobre as correntes oficialistas de seus partidos, eles impuseram, a si mesmos, como norma de conduta, não fazerem nada que a "linha dura" militar possa tomar como pretexto para adiar ou suspender as eleições.

Uma simples coordenação opositora, como a *Multipartidaria* argentina, lhes parece uma temeridade. E mesmo que comentem privadamente a fraqueza do regime, em momento algum aproveitaram de sua força para obter maiores concessões, como fizeram os argentinos quando se recusaram a participar do "diálogo", ao serem convocados por Galtieri.

O general escreve

Segundo a oposição, cassada, o que as autoridades militares desejam é precisamente: uma oposição dócil e amedrontada, incapaz de questionar as raízes do autoritarismo.

Em um documento político escrito na prisão, o general Líber Seregni, presidente da Frente Ampla, sustenta que "1982 não é o ano dos partidos políticos, mas o ano para que os partidos se entretinham (...) enquanto os governantes preparam a institucionalização das forças armadas através de reforma constitucional" que deve ser submetida a um novo plebiscito em 1983.

Com esse e outros documentos filtrados para o exterior, o general Seregni ressurgiu depois de oito anos de silêncio forçado e passa a assumir a liderança da oposição consentida. Ele próprio assinou a que, desde o plebiscito de 1980 e apesar de todas as limitações impostas por uma repressão implacável, "o centro de gravidade da condução política da oposição transferiu-se da frente externa para a interna".

O general Seregni não nega a importância da atividade do exílio, a qual considera "insubstituível nas tarefas de denúncia, mobilização da solidariedade internacional e campanhas pela anistia e pela liberdade dos presos políticos", assim como também não despreza o mérito político de uma vitória eventual dos setores opositores dentro de cada partido tradicional. Considera, contudo, que o



"O importante é que, em novembro, se manifeste um povo que não aceita ditaduras"

"peso real que as Diretorias eleitas possam ter visando uma aceleração ou aprofundamento do processo de abertura é muito relativo (...) O importante é que, em novembro, se manifeste um povo que não aceita ditaduras nem democracias tuteladas".

Isso seria conquistado com a vitória dos setores opositores dentro dos partidos tradicionais, "mas *também e muito* (sublinhado no original) por uma presença notória daqueles que se pretende marginalizar".

O voto em branco

Dessa forma, o presidente da Frente Ampla convoca a votar em branco nas eleições partidárias internas, o que daria uma certa medida do potencial atual da coligação de esquerda. Se esta última chegar a uma votação semelhante à das últimas eleições (em 1971, a Frente Ampla obteve 18% dos votos), a esquerda se transformaria no fiel da balança, capaz de decidir as eleições presidenciais previstas para 1984, depois de ser aprovada a nova constituição. Seregni foi explícito ao afirmar que a Frente Ampla poderá atuar como "força decisória" sobre o processo político e condicioná-lo.

Depois de um amplo debate dentro e fora do país, a posição de Seregni foi ratificada pelos partidos e organizações membros da Frente Ampla. Os riscos que se corre são grandes. Por um lado, os setores opositores dos partidos tradicionais poderiam interpretar essa atitude como um gesto hostil. Por outro lado, uma votação reduzida seria um desprestígio para a esquerda, em vez de abrir-lhe novos espaços.

O presidente da Frente Ampla já esclareceu, contra a primeira interpretação, que a coligação continuará defendendo "a unidade e convergência de esforços" de toda a oposição, embora sem "chegar ao suicídio". Quanto ao segundo risco, este deverá transformar-se em incentivo para a militância. E aí está, precisamente, a capacidade de mobilização da palavra-de-ordem do voto em branco sobre uma população cada vez mais decepcionada com as vacilações de muitos dirigentes políticos "tradicionais". E isso é particularmente válido para a juventude.

Uma enquête realizada em agosto pelo semanário democrata-cristão *Opción* (O PDC uruguaio foi um dos partidos fundadores da Frente Ampla, na

primeira aliança desse tipo a nível mundial que inclui os democrata-cristãos, social-democratas e comunistas) revelou que entre os votantes de menos de 28 anos, que participarão pela primeira vez, em novembro, de uma eleição, o voto em branco dividia o primeiro lugar das preferências com o Partido Nacional (ambos com 16%), enquanto que o Partido Colorado gozava de apenas 13% das simpatias desse setor social. A alta porcentagem de indecisos é explicada pela época em que foi feita a enquête (a Frente Ampla ainda não havia tomado posição formal a respeito). De qualquer forma, o resultado já é um forte indício de que novembro bem pode representar para as botas um novo tropeção nos votos.

URUGUAI

Os partidos de oposição estão cassados e o país é governado por interesses financeiros. Uma análise do país vizinho feita pelo ex-reitor da Universidade de Montevideu

O partido internacional dos banqueiros

A meados de agosto, circularam em Montevideu versões sobre um iminente golpe de Estado que foram amplamente comentadas pelos "meios geralmente bem-informados". Segundo as mesmas versões, tratava-se de uma discordância entre os altos comandos sobre a conveniência ou não de uma desvalorização do novo peso uruguaio.

A especulação sobre possíveis golpes é normal na América Latina, principalmente num regime autoritário fechado à possibilidade de mudanças pela via legal. O insólito é que o detonador de um eventual "pronunciamento" seja uma medida de política econômica aparentemente menor como é a desvalorização. Cadernos do terceiro mundo conversou sobre este e outros assuntos da realidade atual do Uruguai com um dos que a conhecem melhor, o professor Samuel Lichtenstejn, economista, especializado em política financeira e o último reitor da Universidade daquele país, eleito democraticamente por docentes, egressos e estudantes antes da intervenção da instituição, em 1974. Lichtenstejn esteve preso no Uruguai durante três meses e reside atualmente no México onde desempenha um alto



Samuel Lichtenstejn: monetarismo e autoritarismo vivem em simbiose, alimentando-se mutuamente

cargo no Centro de Pesquisa e Docência Econômica (Cide).

Por que uma desvalorização da moeda no Uruguai é tão importante que, ao menor sinal, cria expectativas de um golpe de Estado?

— Os regimes do Cone Sul que adotaram modelos monetaristas, como o Uruguai, a Argentina, e o Chile, conduziram de tal forma o tipo de câmbio que a moeda local está supervalorizada, já que se desvaloriza menos que a taxa de inflação. No caso uruguaio, o que se procura é melhorar as taxas de juros para atrair capitais estrangeiros, sobretudo argentinos, para compensar o déficit do comércio exterior.

Ao mesmo tempo, e nisso também coincidem os modelos da Argentina e do Chile, foram liberadas as importações, que são favorecidas pelo dólar barato e tarifas alfandegárias reduzidas. Isso prejudica as indústrias que produzem para o mercado interno. Argumentava-se que isso seria saudável: só deveriam sobreviver as indústrias eficientes, capazes de concorrer com os produtos importados. Mas com o correr do tempo, o tipo de câmbio atingiu também as indústrias de exportação, que recebem pela sua produção um dólar subvalorizado e o setor agropecuário exportador (carne e lã) vem sofrendo há seis anos uma crise de rentabilidade.

Os comerciantes que trabalham com produtos importados podiam ter se beneficiado. Mas como o Uruguai tem um comércio importante com os países vizinhos e estes desvalorizaram muito suas moedas nos últimos tempos (3.000% na Argentina entre março e agosto deste ano), os produtos vizinhos são bem mais baratos. A metade da população uruguaia, hoje em dia, se abastece na Argentina, inclusive de produtos de consumo cotidiano, e a outra metade faz suas compras no Brasil. Os comerciantes também foram atingidos e toda a população trabalhadora começa a sentir a deterioração provocada por este clima artificial. Não é um problema da estrutura produtiva, mas sim da forma em que se exprimem os preços em moedas estrangeiras.

O governo uruguaio argumenta, contudo, que não desvaloriza a moeda por que isso tornaria pior a situação dos trabalhadores.

— Os pecuaristas, industriais ou comerciantes, através de suas organizações corporativas, estão de acordo em que uma desvalorização os salvaria, ou pelo menos atenuaria seus problemas. E ela teria que ser importante para que afinasse com as diferentes variantes. Poder-se-ia considerar que, até certo ponto, a desvalorização podia beneficiar a classe trabalhadora, porquanto contribuiria a man-

ter os níveis de ocupação e evitaria o aumento crescente do desemprego.

Mas o interesse corporativo carece de uma expressão popular, se por isso se entendem também os interesses dos assalariados. Uma desvalorização não modifica as condições produtivas e, a curto prazo, gera uma mudança na distribuição que vai atingir os trabalhadores.

Então, o regime está com a razão?

— Um governo que vem baixando o salário real há seis anos, não tem credibilidade quando diz que está preocupado com a receita dos trabalhadores. Não é por esse motivo que eles mantêm o tipo de câmbio, mas para sustentar o circuito financeiro, que foi quem mais apoiou a política econômica. Nem uns nem outros apresentam uma alternativa popular.

Mas desvalorizar a moeda ou não é, de qualquer forma, uma decisão importante, porque significa um desafio a todo o modelo econômico, como aconteceu no Chile, onde Pinochet se viu obrigado a desvalorizar e modificar a política inicial. Os empresários, ao insistirem nesse ponto, principalmente os pecuaristas, estão pondo em xeque o governo e toda a sua política econômica.

O poder dos bancos

Como se explica que um único setor, o financeiro, possa resistir à pressão contrária de todos os outros?

— Isso se deve a que eles foram os maiores beneficiados de todo esse processo, mas sobretudo a que, numa perspectiva muito mais ampla que a uruguaia, a argentina ou a chilena, os bancos internacionais procuram soluções para a crise mundial através de uma melhoria das condições de circulação do capital financeiro.

Não se trata só de os banqueiros uruguaios terem mais força, mas sim de que eles estão apoiados por organismos internacionais que respaldam essa política. O esquema é similar nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e em outros países. Há uma estratégia internacional para reciclar, movimentar um capital que não tem atualmente capacidade de aplicação produtiva, mas que também não pretende permanecer inativo.

Essa estratégia nasce em bancos internacionais e é reforçada por organismos como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Setores sociais muito oligopólicos, muito monopolistas são os que comandam hoje o processo econômico. Assim, setores tradicionalmente poderosos, como a agropecuária, são afastados nessa conjuntura de crise. Há, na América Latina, uma substituição das forças que realmente influem nos governos e suas

políticas. As burguesias e os setores empresariais estão subordinados atualmente a um programa econômico que tem respaldo internacional e esse é o motivo pelo qual é tão difícil de modificar.

No Cone Sul, as políticas monetaristas introduziram mudanças estruturais internas de tal natureza, que qualquer medida que possa vir a ser tomada (e a desvalorização pode ser uma delas) corre o risco de provocar ondas inflacionárias que, mais cedo ou mais tarde, podem produzir um recuo.

A alternativa é a democracia

É o medo que se tem na Argentina.

— Sim. A Argentina é um caso especial. Porque o próprio governo ataca agora o monetarismo dos ministros Martínez de Hoz e Alemann por terem instrumentado uma política dismanteladora dos ativos produtivos, dos setores empresariais e da própria classe operária. Mas os passos que foram dados para dismantelar essa política e retransformá-la, foram muito parciais. E com as pressões do FMI, que volta agora a estar presente na negociação sobre o refinanciamento da dívida externa, a Argentina pode ser forçada a utilizar novamente processos semelhantes aos anteriores.

Existem raízes profundas desses processos que são difíceis de arrancar se não houver uma mudança radical das estruturas econômica e política. E como a situação política não tem condições de modificar-se tão violentamente, os Martínez de Hoz podem surgir de novo.

Então, o ministro uruguaio de Economia, Valentín Arismendi, tem razão quando afirma que não há alternativas para essa política?

— Há alternativas. Mas as alternativas de uma política econômica — o próprio termo o diz — envolvem a conciliação entre um plano econômico e um plano político. A política econômica monetarista nasceu muito vinculada ao militarismo e às formas autoritárias existentes no sul da América Latina. O autoritarismo assumiu o modelo econômico e fez com ele uma espécie de simbiose. O modelo autoritário era o modelo monetário e o modelo monetário implicava o autoritarismo. Agora estão atacando o esquema econômico. O modelo autoritário ainda não desapareceu, nem na Argentina, nem no Uruguai, nem no Chile. As condições para apresentar outras alternativas exigem conjunturas políticas que ainda não existem, nem sequer na Argentina. Então, não é suficiente que um ministro assuma e, sob um rótulo de mudança, proponha decretar uma desvalorização ou modificar algumas diretrizes.

Para poder apresentar uma política não monetária é preciso uma estrutura política capaz de im-



Plebiscito de 1980, uma derrota que a ditadura militar não pôde negar. Agora, o voto em branco volta a dizer "não" à farsa de uma "democracia tutelada"

por condições com a mesma força. Esse não é, evidentemente, um novo autoritarismo mas o autoritarismo que o povo impõe ao governo, ao atacar o mal pela raiz. Isso não é nada simples.

Um governo democrático pode fugir às pressões dos bancos internacionais?

— Não é fácil dizer "vamos nos comprometer a não manter relações com os bancos internacionais". O problema é saber exatamente em que termos essas relações ocorrem e se dão. Para resistir às pressões, é preciso uma estrutura política capaz de ser firme e popular ao mesmo tempo. Quando os ministros dizem não haver alternativas para essa política, em definitivo, agem conscientes de que não há uma estrutura política capaz de levar adiante uma alternativa. Nesse sentido, eles até podem ter razão.

Para que esse modelo monetário seja possível lançou-se mão de um golpe de Estado. E para mudá-lo não será necessário um golpe de Estado, mas ao contrário, democracias mais abertas. Essas aberturas estão em gestação em vários desses países, mas não são muito claras, têm seus cronogramas, seus controles, estão submetidas a restrições

que impedem, ou pelo menos limitam, uma alternativa de outro caráter.

Nacionalismo e internacionalismo

Parece lógico, na América Latina, que os governos autoritários combatam o movimento estudantil, os sindicatos e os partidos de esquerda. Mas o estranho no Cone Sul é que os militares, que se dizem nacionalistas, mesmo sendo um nacionalismo de direita, propiciem a entrega total de sua economia ao exterior. Não lhe parece contraditório?

— Os modelos econômicos do Cone Sul negam sempre todos os princípios sobre os quais se apoiaram. Diziam lutar contra um “totalitarismo” e se tornaram monopólios do poder. Falavam em construir uma economia produtiva e acabaram adotando uma economia de especulação, em favor de certos setores que os próprios militares haviam combatido. Aumentaram milhares de vezes as condições de corrupção da qual acusavam os dirigentes políticos e erguem uma bandeira nacionalista no que diz respeito à segurança, mas mantêm na economia uma posição internacionalista.

O mundo se internacionalizou. O Uruguai está dominado atualmente por um partido internacional, que é o capital financeiro. O país não pertence nem à internacional socialista, nem à comunista nem à democrata-cristã, mas é tão internacional como estas e daí se deriva a atual política.

Nossos preços internos são os internacionais. Nossas taxas de juros são as internacionais. Nossas ideologias, não. As “ideologias internacionais” estão proibidas.

É um erro. E a prática desmente essa concepção. O modelo da segurança nacional e o modelo monetário não foram feitos pelo Uruguai.

As alianças difíceis

A oposição de amplíssimos setores à política econômica, não poderá gerar as bases de uma aliança política para o período de transição à democracia?

— Há uma aliança, de fato, que tem diversos componentes e não significa a mesma coisa para um setor que para outro. Embora exista hoje em dia um acordo em torno da desvalorização no Uruguai, o setor industrial e o agropecuário têm uma visão antagônica da economia. E isso se estende ao setor comercial e, evidentemente, mais ainda aos trabalhadores. Os assalariados desejam a reconstituição de um mercado interno, mas acham que se pode chegar lá por outras vias e não necessariamente pela reconstituição de lucros, embora seja neces-

sária a reconstituição dos investimentos. De toda forma, o modelo econômico é um adversário comum e essa aliança demonstra que são os setores minoritários aqueles que se beneficiam com o atual processo, tanto no aspecto econômico como no do poder político que detêm. Se o autoritarismo é exclusão social, e no Uruguai isso se dá de modo extremo, já não se trata somente da classe trabalhadora, mas de vastos setores.

O problema é que essa aliança serve para levantar temas políticos, mas não dá uma solução econômica imediata. A experiência argentina tem demonstrado que é perigoso esperar que uma política possa satisfazer uns e outros. Não há modelo econômico capaz de satisfazer, simultaneamente, todo mundo, sobretudo em épocas de crise.

Uma diretiz econômica tem de apresentar claramente, então, quais setores deseja desenvolver, qual é a estratégia econômica etc. Sempre existem pessoas prejudicadas, embora essas alianças pretendam que ninguém saia prejudicado.

Uma política econômica não é a soma de petições corporativas. A Argentina viveu um desses períodos, sob a presidência de Viola. Os ministérios representavam os próprios setores e aí o Estado tem de cair fora. Um Estado não pode ser uma representação de todos os setores: um trabalhador no Ministério do Trabalho, um empresário no da Indústria, um pecuarista no da Agricultura. São incompatíveis.

É preciso tomar consciência dessa contradição, o que não significa que a aliança não seja válida em toda a etapa de discussão política, onde todos reclamam participação dentro do Estado, abertura, serem ouvidos, serem de alguma forma protagonistas. Em definitivo, a reconstituição da democracia, da sociedade e do poder.

O voto em branco: um novo plebiscito

No caso do Uruguai, pode-se considerar, precisamente, que o plebiscito de 1980 e a vitória do “não” expressou essa grande aliança contra o modelo político e econômico. Foram convocadas para novembro eleições gerais para eleger as autoridades dos partidos políticos autorizados. Qual seria, nessas eleições, a expressão dos setores excluídos?

— Em 1980, os uruguaios votaram a favor ou contra um regime que nasceu em 1973 e que já tinha um desenvolvimento acentuado o bastante para termos opiniões formadas a respeito do seu caráter, significado e consequências. O “não” foi uma negativa a esse regime, baseado na estrutura militar. Acho que os setores que estão atualmente excluídos do processo político uruguio e que não participam das correntes políticas tradicionais, (blancos e colorados) as únicas reconhecidas, de-

vem enfrentar essas eleições internas também como um plebiscito. Têm que se definir pelo sim ou pelo não, sobre se essa é a forma democrática que o país vai assumir. Por que devem ser aceitos certos partidos, ao mesmo tempo que se excluem outros que representam, talvez, 25% da população? Para aqueles que foram excluídos, o voto tem de ser pelo "não" à forma como este processo é conduzido: com cassações e sem anistia. Deve ser respeitado o significado dos partidos políticos que estão elegendo os seus próprios candidatos. Mas para as forças políticas que não têm expressão, a única forma de expressar esse "não" é o voto em branco. É o único que expressa abertamente o desejo de manifestar, dentro do país e no exterior, que existem no Uruguai forças políticas excluídas. É uma espécie de alerta.

Você também é de opinião de que o centro de gravidade da luta contra a ditadura se deslocou do exílio para o interior do país?

— A situação está mudando no Uruguai e essas mudanças são a marca do que acontece no exílio. Se não fosse assim, seria muito ruim para as pessoas de fora, não para o processo interno.

É cada vez maior o número de uruguaios no exterior que observam com muita atenção o que está acontecendo no país, o que está acontecendo nas atividades do exílio, embora estas sejam naturalmente parte integrante da vida de cada um. São tantos os milhares de uruguaios que estão no exílio, que se poderia afirmar que existe no exterior um segundo Uruguai.

Mas as determinantes do processo uruguaio estão no Uruguai e em seus vizinhos latino-americanos. As grandes discussões que se dão no mundo são importantes, mas nem sempre são os mesmos temas que se discutem no Uruguai. O exílio pode estar marcado por determinadas linhas políticas e ideológicas, mas é no Uruguai que está a massa, é no Uruguai que o conceito de classe toma forma, não no exílio.

Esse conceito de que a vivência fundamental se dá dentro do Uruguai seria um passo importante para a futura adaptação, numa perspectiva de volta ao país. Não se pode substituir no exterior aquilo que não se faz dentro do país. Em compensação, quase por necessidade, o exílio especializou-se na denúncia. É uma forma de transferir para fora o sentimento de muitos compatriotas que querem alertar o mundo sobre o que está acontecendo no Uruguai.

Essa capacidade de denunciar arbitrariedades não foi esgotada, porque as arbitrariedades não acabam, mas muitas dessas denúncias podem ser feitas atualmente de dentro do país. Existe hoje em dia no Uruguai um espaço de contestação à po-

lítica econômica, há espaço — mínimo, mas existe — para ir colocando alternativas.

Se o exilado reconhecer isso e se ajustar à nova situação, estará demonstrado que ele não foi totalmente extirpado do seu país. É um elemento importante na luta pela anistia reconhecer que os uruguaios no exterior, não só estão em condições de voltar ao país, como também de incorporar-se dentro dessa nova realidade que terão de enfrentar quando retornarem.

A liderança de Seregni

Uma das reivindicações do exílio que você sempre apoiou pessoalmente é a liberdade de todos os presos políticos e, em particular, do general Líber Seregni. Além das considerações humanitárias, acha que Seregni possa desempenhar algum papel dentro da política uruguaia?

— O general Seregni optou por permanecer no país quando podia ter se exilado. E o fez consciente dos riscos que corria. Demonstrou, com essa atitude, sua integridade como líder político. As novas gerações podem tomar como ponto de referência esse militar que se desempenhou na vida pública de uma maneira exemplar. Nenhum regime poderá evitar isso. Sua liderança, além do mais, nasce de princípios, conceitos e idéias que continuam em vigência; de organizações políticas que depositaram nele sua confiança total como condutor, e de cidadãos que, embora não tenham apoiado a Frente Ampla no passado, consideram sua atitude um exemplo. Acho que a figura de Seregni enriqueceu-se e seu pensamento continua sendo lúcido e claro. Nas condições em que ele está vivendo, mantém a serenidade, valoriza a paciência como uma virtude importante, mas também enfrenta a atividade como um elemento essencial e a coerência da linha política como um fator fundamental. ●



A figura do general Seregni tornou-se um símbolo da luta da oposição uruguaia contra a ditadura militar

Com um recurso de habeas-corpus,
apresentado pelo senador Paulo Brossard
ao Tribunal Militar uruguaio,
personalidades internacionais pedem
a libertação do general

Liberdade para Seregni

Centenários de prestigiosos juristas, estadistas e dirigentes políticos de todo o mundo reclamaram a liberdade do general Lísber Seregni, presidente da Frente Ampla do Uruguai, através de um recurso formal de habeas-corpus impetrado perante o Supremo Tribunal Militar, em Montevideu, pelo senador Paulo Brossard de Souza Pinto (PMDB-RS).

Segundo versões que circulavam na capital uruguaia, os juízes militares ficaram surpresos com o documento que Brossard apresentou na manhã de 17 de agosto, durante uma audiência concedida pelo Tribunal pleno, "para entregar documento de natureza jurídica".

Brossard assumiu a defesa de Seregni diante do Supremo Tribunal Militar, expôs em detalhe os conceitos que norteiam o pedido de habeas-corpus e discutiu os pormenores do volumoso dossiê do político uruguaio preso, cujo processo demonstrou conhecer em profundidade. Finalmente, solicitou uma entrevista pessoal com seu constituinte.

O coronel Silva Ledesma, presidente do Tribunal, prometeu "fazer consultas" sobre este último pedido. No que diz respeito ao recurso de habeas-corpus, o mesmo deverá ser tratado pelo Tribunal antes de qualquer outra decisão sobre o caso (ainda está pendente o julgamento de segunda instância).

Tendo em vista sua importância política para o Uruguai, nas semanas que antecedem às eleições internas dos partidos políticos e, dada a inegável repercussão que lhe conferem os nomes dos signatários, transcrevemos a seguir o texto completo do recurso:

Sr. Presidente do Supremo Tribunal Militar

Paulo Brossard de Souza Pinto, e os demais signatários, no processo relativo a Lísber Seregni (nº 197/78), manifestam ao Supremo Tribunal Militar:

I. — Legitimidade processual dos impetrantes

De acordo com o estabelecido no art. 17 da Constituição de 1967, o habeas-corpus pode ser impetrado pelo interessado ou por "qualquer pessoa". Não existe limitação alguma referente ao caráter ou nacionalidade daqueles que têm direito a promover essa gestão. A afirmação decorre não somente de uma interpretação literal do texto invocado, como é corroborada pela intenção e pelo espírito do constituinte uruguaio. Com efeito, o artigo correlativo da Carta de 1918 — que deu caráter constitucional ao habeas-corpus — utilizava a expressão "qualquer cidadão". A substituição dessa frase pela vigente "qualquer pessoa", elucida toda dúvida: o constituinte "universalizou" a legitimação para promover o *habeas-corpus*.

II. — Cabimento do habeas-corpus depois de iniciado o processo

a) A citada norma constitucional determina com precisão a hipótese de procedência deste recurso; diz "*em caso de prisão indevida* o interessado ou qualquer pessoa poderá impetrar perante o juiz competente o recurso de *habeas-corpus*..." (grifado pelos impetrantes). A situação que habilita adjetivamente a impetração do recurso é, pois, a existência de uma "prisão indevida". Os impetrantes consideram que esse suposto normativo se dá rigorosamente no caso do general Lísber Seregni.

b) O preceito invocado não limita a uma determinada oportunidade processual a impetração de *habeas-corpus*, o que é perfeitamente lógico, porquanto uma prisão pode ser "indevida" desde o início, ou adquirir tal caráter posteriormente; ou ser indevida em ambos os casos, como acontece com a reclusão de Lísber Seregni.

A prática mais difundida do *habeas-corpus* costuma situar-se antes do início de um processo penal. A prisão pode ser indevida por falta de pressu-

postos que a habilitam, ou em virtude de que — tendo-se produzido estes — o preso não é posto à disposição do juiz no devido tempo.

Contudo, o *habeas-corpus* também é adjetivamente procedente depois de iniciado o processo, sempre e quando a prisão se transforme em “indevida”. Assim ocorre, por exemplo, quando o juiz que já conhece o processo manda soltar o preso e a autoridade administrativa não cumpre a ordem; ou quando, já cumprida uma condenação judicialmente determinada, a administração mantém a privação da liberdade etc.

c) É, pois, claro que o *habeas-corpus* pode ser impetrado antes ou depois do início do processo. Neste último caso, a procedência do recurso deve compadecer-se com a economia do processo penal. Assim, se a prisão se transforma em indevida durante o processo, e sua cessação pode ser obtida mediante atos processualísticos normais, estes devem ser utilizados de preferência ao *habeas-corpus*. Por exemplo: se a prisão for indevida em consequência de uma decisão antijurídica de primeira instância, não se deve omitir a defesa pertinente — que é a apelação — substituindo-a pelo *habeas-corpus*. Mas se através dos atos processualísticos normais ou correntes não se pode sanar o caráter indevido da prisão, então o *habeas-corpus* é procedente.

III. — Cabimento adjetivo e substantivo do *habeas-corpus*, pela prisão indevida de Líber Seregni

1. Estado atual do processo

Seregni foi condenado a 14 anos de prisão, por sentença de primeira instância. Em 1979 foi apresentada, no devido tempo e forma, a respectiva apelação. Transcorridos mais de dois anos, o Supremo Tribunal Militar não exarou a sentença de segunda instância. O decurso de prazo provocou a nulidade da sentença que possa vir a ser exarada, por estar já violentado e excedido, de muito, o limite legal para sentenciar. Procede, então, que se corrija o caráter indevido da prisão, através do *habeas-corpus*.

2. Inexistiu o devido processo legal

a) A Constituição estabelece as bases do devido processo, ao estatuir que “ninguém pode ser condenado nem confinado sem forma de processo e sentença legal” (art. 12); que “ninguém pode ser preso a não ser em flagrante delito, ou havendo semiplena prova do mesmo, por ordem escrita do juiz competente” (art. 15); que “o juiz, sob a mais séria responsabilidade, tomará o depoimento do preso dentro de vinte e quatro horas, e dentro de

quarenta e oito horas, no máximo, iniciará o inquérito...” (art. 16); que “as leis fixarão a ordem e as formalidades dos juízos” (art. 18); que “ficam proibidos os processos por comissão” (art. 19); que “todo juízo criminal começará pela acusação da parte ou do promotor público, sendo abolidas as investigações secretas” (art. 22).

b) As duas prisões sofridas por Seregni (9 de julho de 1973 e 11 de janeiro de 1976) foram indevidas. Na primeira, o governo invocou o dispositivo das “medidas prontas de segurança”, aplicáveis nos “casos graves e imprevistos de ataque externo ou comoção interna” (art. 168, § 17º). Mas essa mesma norma exige que a prisão seja comunicada ao órgão legislativo “dentro de 24 horas”, ficando na dependência do que esse órgão resolver. Líber Seregni foi preso em 9 de julho de 1973, permaneceu totalmente incomunicável até dezembro do mesmo ano — ignorava-se inclusive o lugar de sua reclusão — e só nesse mês foi comunicado ao órgão legislativo (na época, não mais o previsto constitucionalmente, mas ao Conselho de Estado criado e nomeado pelo Poder Executivo).

A segunda prisão — encontrando-se Seregni em “liberdade provisória” — produziu-se não somente sem decisão do juiz, a cuja disposição teoricamente ele se achava, mas sem que este tivesse conhecimento da prisão ou do paradeiro de Líber Seregni. O motivo invocado para essa prisão pela autoridade coatora foi a detonação de dois explosivos no balneário de Punta del Este, o que provocou, juntamente com outros “possíveis envolvidos” na ocorrência, a prisão de Líber Seregni. O Juizado — que tomou conhecimento da prisão dias depois — confirmou o fato, acusando o preso de violação do estatuto de libertado provisório, pois se encontrava descansando em Punta del Este, o que fazia supor que ele se teria transferido de Montevideu para lá sem autorização formal do juiz (isto é, invocando outra motivação totalmente diversa da pretextada originariamente). Tudo isso, apesar de que durante esse ano em que Seregni permaneceu em liberdade, ele se deslocava periodicamente para o referido balneário, sob um estatuto segundo o qual, poucos quilômetros depois de sair de Montevideu, seu automóvel era seguido até sua casa no balneário; e ali se instalava uma guarda policial permanente na porta (dia e noite), necessitando de autorização expressa para sair, qualquer que fosse o motivo; “estatuto” que lhe fora comunicado oficialmente e por escrito pela Chefatura de Polícia de Maldonado.

c) O Juizado Militar de Instrução de 3º Turno, ao qual foi submetido Seregni, (sete meses depois de sua prisão em 9 de julho de 1973) não era o competente. A única data utilizável para determinar o turno teria sido a da prisão, já que as acusações que lhe foram imputadas ou não tinham sido

formuladas na época precisa ou se referiram precisamente à manifestação pública ocorrida em data já mencionada, na Avenida 18 de Julho, de Montevideu; e nesse dia não era competente, por razões de turno, o Juizado perante o qual foi instaurado o processo. Houve, pois, "juízo por comissão", proibido pelo art. 19 da Constituição. Tudo isso, sem prejuízo de lembrar que a Justiça Ordinária promoveu expressamente a reclamação de competência, dado que os delitos imputados no auto de processamento não pertenciam ao foro militar, mas ao comum; reclamação que só foi respondida pelo Juizado Militar muito tempo depois, uma vez "ampliado o processamento", com a imputação de novos delitos, agora sim, de caráter militar.

d) Não se permitiu a Líber Seregni a acareação com as testemunhas em cujas declarações — feitas em dependências militares onde estava preso — se baseou a acusação de "encobrimento de atentado contra a Constituição..." O Juizado explicou à defesa que essas acareações eram impossíveis, já que a autoridade não permitiria a transferência das referidas testemunhas para a diligência respectiva.

3. — A rigor, não houve processo judicial, mas um expediente político

Os impetrantes estão convictos de que Líber Seregni é, tipicamente, um preso político, um dos mais ilustres prisioneiros de consciência do mundo atual. Quaisquer que sejam os critérios que se usem para tal qualificação — objetivos, subjetivos, mistos, orgânicos, materiais — todos levam a essa conclusão. As detenções, o tratamento dado na prisão, as acusações formuladas, o ritmo — lento ou acelerado — do processo, inclusive a liberdade provisória de 2 de novembro de 1974, a sentença de primeira instância, e, finalmente, o transcurso de mais de dois anos sem que fosse exarada a de segunda instância, foram resolvidos por decisão das máximas autoridades militares e não do juiz da causa. Foram atos "políticos ou de governo", e não decisões de ordem judiciária. O processo foi de mera formalidade documental, cuja tramitação caminhou invariavelmente a reboque daquelas decisões políticas.

Não se pode considerar processo penal os autos em que a maioria das acusações se baseia nos discursos que Líber Seregni pronunciou publicamente durante sua campanha eleitoral como candidato à presidência da República (a parte mais volumosa dos autos está ocupada pela transcrição de tais discursos).

Não é o resultado de atividade judiciária aquele que pune Líber Seregni — e lhe atribui o delito de "desrespeito" — porque em seus discursos, como candidato à presidência da República, formulou

críticas a outro candidato, que naquele momento era o presidente, alegando-se que por tal qualidade este último era o chefe supremo das forças armadas e, conseqüentemente, Seregni criticava em público um superior (assinale-se que a Constituição proibia a reeleição do presidente e que a apresentação de uma candidatura à reeleição violava o texto constitucional vigente).

Não é processo judicial, um expediente em que o convite aos militantes a realizarem obras de colaboração civil (limpeza de ruas, construção de abrigos para pedestres etc) está tipificada como "instigação a usurpar funções públicas", argumentando que essas são atribuições da Prefeitura ou de outros órgãos públicos.

Não é processo judiciário, o procedimento no qual se enquadrava penalmente Líber Seregni por sua amizade com um falecido oficial das forças armadas do Uruguai, de ideologia apontada como comunista, entre cujos antigos pecados cita-se o de ter combatido na Espanha como voluntário "contra a revolução do general Franco"

É, sem dúvida, um processo político, esse que incorpora contra o acusado as declarações feitas por sua esposa a um jornal de Montevideu, nas quais teria afirmado que o pai de Líber Seregni fora anarquista e depois "batllista"¹

Não é processo judiciário, um expediente em que se acusa Líber Seregni de "atentado à Constituição..." porque conhecia ou apoiava reuniões realizadas no ano de 1971, nas quais precisamente se teria planejado a defesa da Constituição, no caso de um golpe de Estado violar a normalidade institucional.

É um processo político, esse que responsabiliza Seregni por ser portador de uma arma durante sua excursão de propaganda pré-eleitoral (em 1971), invocando-se o fato de que essa arma teria sido fornecida por um militante comunista. É ainda menos próximo da atividade judiciária, quando se põe de lado a declaração do comandante-em-chefe daquela época — general reformado Alcides Tamiel — que afirmou nos autos, por escrito, que ele tinha enviado a arma ao general Seregni, por determinação do Ministério da Defesa, em virtude de se ter descoberto a possibilidade de atentados contra alguns candidatos; e que tinha sido devolvida logo depois das eleições; declaração corroborada por aquele que foi, na ocasião, o portador da arma — o atual general Yamandú Trinidad. Toda essa prova é considerada descartável pelo Juizado Militar de primeira instância, especialmente pelo fato de que o envio da arma não estava registrado no Serviço de Material e Armamentos.

1) Referente a um setor do Partido Colorado fundado pelo falecido líder político uruguaio José Batlle y Ordóñez.

IV. — A prisão de Líber Seregni e o plebiscito de 30 de novembro de 1980

Em 30 de novembro de 1980 a cidadania uruguaia rejeitou um projeto de Constituição. Um dos artigos desse projeto, também submetido a plebiscito, estabelecia que “ficam ratificadas e vigentes todas as disposições legislativas, administrativas e os atos de governo ditados a partir de 27 de junho de 1973...” (Disposições Especiais Transitórias, III).

Consideram os impetrantes que a prisão de Líber Seregni foi disposta e se mantém em virtude de decisões que — à margem de sua injustiça substantiva — têm o caráter de atos administrativos e de governo ou políticos. Calculam, em consequência, que essas decisões — entre muitas outras — foram rejeitadas pelo povo uruguaio ao pronunciarem-se pelo NÃO no plebiscito realizado em 30 de novembro de 1980, razão pela qual entendem que o petitório apresentado neste *habeas-corpus* se insere no amplo conteúdo que implicou a vontade expressa na mencionada ocasião cívica pelo Corpo Eleitoral da República Oriental do Uruguai e no exercício direto da soberania da Nação (arts. 4 e 82 da Constituição de 1967).

Em virtude do exposto, SOLICITAM ao Supremo Tribunal Militar:

1) que os considere como apresentados e como impetrado o presente recurso de *habeas-corpus*.

2) Quanto ao mérito, que se determine a liberdade de Líber Seregni.

Paulo Brossard, senador (PMDB) Rio Grande do Sul (Brasil)

Olaf Palme, ex-primeiro-ministro da Suécia

Carlos Andrés Pérez, ex-presidente da Venezuela

Pablo González Casanova, ex-reitor da Universidade Nacional Autônoma do México

Javier Rondero, senador mexicano

M. G. Verkruijsen, decano da Faculdade de Direito da Universidade Erasmo de Rotterdam (Países Baixos)

Hernán Siles Zuazo, presidente constitucional da Bolívia

Tomás Borge, ministro do Interior da Nicarágua

Gerardo González, secretário-geral do Partido Revolucionário Democrático do Panamá

Guillermo Ungo, presidente da Frente Democrática Revolucionária de El Salvador

Anselmo Sule, vice-presidente da Internacional Socialista para América Latina

Alfonso Zegbe, secretário executivo da Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina

Brigadeiro Francisco Teixeira, ex-comandante da 1ª Zona Aérea, Brasil

General Jorge Fernández Maldonado, ex-ministro da Guerra do Peru

General Miguel Angel de la Flor, ex-ministro das Relações Exteriores do Peru

General Leónidas Rodríguez, presidente do Partido Socialista Revolucionário do Peru

Max Van Der Berg, presidente do Partido Trabalhista da Holanda

Edmundo Durán Díaz, ministro-fiscal geral do Equador

Horacio Sevilla Borja, secretário da Associação Latino-Americana de Direitos Humanos

César Davila Torres, presidente do Conselho de Advogados de Quito (Equador)

Larry Birns, diretor do Council of Hemispheric Affairs (Estados Unidos)

Héctor Di Biasi, Partido Socialista Popular da Argentina

Ernesto Castillo, ministro da Justiça da Nicarágua

Berta Torrijos de Arosemena, Panamá

Alberto Ruiz Eldridge, ex-decano do Colégio de Advogados de Lima, Peru

Enrique Bernales, senador (Peru)

Pompeyo Márquez, senador (Venezuela)

Bernardo Cabral, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil

Wilhelm H. Joseph, National Conference of Black Lawyers, Estados Unidos

Jack Bourderie, jornalista francês

Darcy Ribeiro, ex-ministro da Educação do Brasil

Raymundo Faoro, ex-presidente da OAB do Brasil

Jesús Guzmán, Partido Autêntico da Revolução Mexicana

Carlos Morales, Partido Radical do Chile

Mario Solórzano Martínez, Partido Socialista Democrático da Guatemala

M. A. Álvarez Gandara, Partido Socialista dos Trabalhadores do México

Guillermo Colom Argueta, Frente Unida da Revolução, Guatemala

Ruben Berríos, Partido Independentista de Porto Rico

Genaro Ledesma, senador peruano

Marcial Rubio Correa, corregedor provincial de Lima, Peru

Julio C. Trujillo, presidente da Democracia Popular (Equador)

Carlos Oquendo, reitor da Universidade Central do Equador

Elena Flores, Partido Socialista Obreiro Espanhol (Psoe)

Jan Bergqvist, deputado sueco

Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI)

J. A. Tapia, catedrático da Universidade de Erasmus, Holanda

Horacio Sevilla Borja, secretário da Associação Latino-Americana para os Direitos Humanos

Enrique Bernales, senador da República, Peru

B. Márquez Moreno

Francisco Julião, ex-deputado, Brasil

Carlos Gallardo, Partido Socialista Democrático, Guatemala

Teodoro Petcoff, Movimento ao Socialismo, Venezuela

Francisco Hernández Juárez, Partido Popular Socialista, México

Arturo Castellano, Frente Unida da Revolução, Guatemala

Florencio Marín

Pierre Lelois, Comitê dos Acordos do Panamá, Haiti

Monique Picard, advogada da Corte de Paris, França

Gelasio Cardona Serna, ex-decano da Faculdade de Direito da Universidade Autônoma de Bogotá, Colômbia

Norberto Lorenzo, jurista argentino
 Jacques Nagels, catedrático da Universidade de Bruxelas
 F. Fabiani, advogado do Conselho de Estado da França
 Walter Antillón, catedrático da Faculdade de Direito da Universidade da Costa Rica
 Douglas Sandler, Law Union of British Columbia, Canadá
 Gail Starr, catedrático da Faculty of Law, University of Calgary, Canadá
 Amar Benttumi, advogado argelino, secretário-geral da Associação Internacional de Juristas Democráticos
 Silvia Sandoval, Partido Socialista dos Trabalhadores, México
 G. Estévez B., Partido Socialista Popular, Argentina
 Angel Castro Lavarello, senador da República, Peru
 Luis F. Rodríguez V., senador da República, Peru
 Nicanor Mujica, senador da República, Peru
 Antonio Mesa Cuadra, deputado por Lima, Peru
 Henry Peace García, catedrático da Universidade Católica, Peru
 Capitão de Navio AP (r) Manuel Benza Chacón, Peru
 Eduardo de Habich, embaixador do Peru
 José María Salcedo, subdiretor de "El Diario", Peru
 Alfonso Barrantes Linpan, presidente de Esquerda Unida, Peru
 General de Brigada EP (r) Arturo Valdés Palacio, Peru
 Alejandro Carrión, presidente da Comissão de Assuntos Internacionais, Câmara Nacional de Representantes, Equador
 Ernesto Castillo M., ministro da Justiça, Nicarágua
 Carlos Argüello G., vice-ministro da Justiça, Nicarágua
 Roberto Argüello H., presidente da Corte Suprema, Nicarágua
 Carlos Paz Zamora, vice-presidente constitucional, Bolívia
 Carlos Flores Vizcarra
 Ken Feldt, Partido Social Democrático, Suécia
 Dr. Rafael de Almeida Magalhães, ex-deputado federal e ex-governador do Estado do Rio de Janeiro, advogado, Brasil
 Dr. Dario de Almeida Magalhães, advogado, Brasil
 Rachel de Queiroz, membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), Brasil
 Dr. Otto Lara Resende, membro da ABL, Brasil
 Francisco Costa Neto, presidente da OAB, Seção Rio de Janeiro, Brasil
 Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco, Brasil
 Carlos Lessa, economista, Brasil
 Maria da Conceição Tavares, economista, Brasil
 Antonio Houaiss, membro da ABL, Brasil
 Renato Archer, ex-deputado federal, candidato ao Governo do Estado do Maranhão, Brasil
 Fernando Henrique Cardoso, sociólogo, Brasil
 Antonio Callado, escritor, Brasil
 José Honorio Rodrigues, membro da ABL, Brasil
 Newton Carlos, jornalista, Brasil
 Cícero Sandroni, jornalista, Brasil
 Antonio Torres, escritor, Brasil
 Sérgio Cabral, jornalista, Brasil
 Ana Maria Machado, escritora, Brasil
 Josué Guimarães, escritor, Brasil
 Salim Miguel, jornalista, Brasil
 Lya Luft, escritora, Brasil
 Roberto D'Ávila, jornalista, Brasil
 Marcos de Vasconcellos, arquiteto, Brasil

José Gregori, presidente da Comissão de Justiça e Paz (SP), Brasil
 Mariano Beek, presidente da OAB, seção Rio Grande do Sul, Brasil
 Antonio Castro, economista, Brasil
 Markus Bakker, presidente do grupo parlamentar do Partido Comunista da Holanda
 Maarten Van Traa, secretário internacional do Partido Trabalhista Holandês
 P. Buckman
 M. A. Kolster
 Martin Verlet, catedrático da Universidade de Paris
 Alicia Puyana, pesquisadora, economista de Ceestem, México
 Agustín Haya de la Torre, deputado, Peru
 F. Fabiani, advogado do Conselho de Estado e da Corte de Casation da França
 F. Rigaux, professor da Universidade de Louvain
 B. Grelon, professor da Universidade de Aurrerex, França
 Luis Caldera A., secretário-geral do Comitê Nicaraguense de Solidariedade com os Povos, Nicarágua
 José Monserrat Filho, jurista e jornalista, Brasil
 Luis Alonso Posada, ex-magistrado da Corte Suprema de Justiça, El Salvador
 Joaquín Undurraga, vice-presidente da Fundalatin, Venezuela
 Julio Piaggio, vice-presidente da Liga Argentina pelos Direitos do Homem
 Manuel Calleros, conselheiro executivo da Comissão Argentina de Direitos Humanos
 Marcela Cappi, membro da Comissão Argentina de Direitos Humanos
 Marios Flores Macal, coordenador de Estudos Centro-Americanos, Uniservidade da Costa Rica
 Orlando Fals Borda, Bogotá, Colômbia
 Edgard Montiel, ensaísta peruano
 Rev. Joe Eldridge, diretor do Washington Office on Latin America
 Ernesto Aranibar, subdiretor da Associação Latino-Americana de Direitos Humanos, Washington
 Prof. Ann Jagan Ginger, Estados Unidos
 Prof. Adj. Peter A. Schey, Estados Unidos
 Leticia Peña, La Raza Legal Alliance, Estados Unidos
 Isaías Torres, La Raza Legal Alliance, Estados Unidos
 Deborah Jackson, National Conference of Black Lawyers, Estados Unidos
 Barbara Dudley, National Lawyers Guild, Estados Unidos
 Ramiro Bautista Rosas, Universidade Autônoma, México
 Mariano Barahona, magistrado da Corte Suprema, Nicarágua
 Jorge González Moreno, presidente da Associação Equatoriana de Juristas Democráticos, Equador
 Frederika Rotter, membro da Comissão Executiva da Law Union de Ontário, Canadá
 Fernando Augusto Méndez, vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos, El Salvador
 Susan George, Senior Fellow, Transnational Institute, Washington, Estados Unidos
 Louis Sala-Molins, professor da Sorbonne, Paris
 Stepan Mamontor, professor, Moscou
 Juan Pegoraro, prof. da Universidade Autônoma, México
 Cayetano Llobert, prof. da Universidade Autônoma, México

BRASIL

Curvar-se às exigências do FMI ou tomar o caminho nacionalista? Falido o modelo implantado em 1964, não são muitas as alternativas

Francisco Viana



O modelo num beco-sem-saída

Acena: no palco, mergulhado na escuridão, um homem procura a chave de casa no único espaço onde a luz fraca de um lampião consegue iluminar. O guarda noturno, percebendo seu desespero, se aproxima e pergunta: "Que você perdeu?" "A chave da minha casa", responde o homem. Gentil, o guarda começa a ajudá-lo a procurar. Não consegue encontrar nada no círculo de luz e volta a indagar: "Você tem certeza de que a perdeu aqui?" "Oh, não. Foi ali que a perdi", responde o homem apontando para o canto mais escuro do palco. "Bolas, por que diabo então está procurando ela aqui?". "Não vê", acrescenta o homem, "lá não há luz nenhuma".

O enervante exercício governamental para encontrar saídas para a crise brasileira se assemelha bastante a essa procura sem sentido, que, antes da segunda grande guerra, o grande palhaço Karl Valentin costumava encenar para deleite das platéias de Munique. No caso brasileiro, a encenação não tem a menor dose de humor e não deleita ninguém. Os sucessivos fracassos colhidos pela política oficial só contribuem para tornar transparente um fato que, como o homem do palco, o governo insiste em desprezar: não há dentro do atual modelo econômico a mínima chance do país encontrar a chave para os seus angustiantes problemas e, paralelamente, retomar seu crescimento econômico.

Exagero dos críticos? Basta a visão mais superficial possível sobre o cenário, para se perceber sem dificuldades, que os estrategistas do governo se exilaram num círculo hermético. E já não sensibilizam sequer os interlocutores estrangeiros, antes tão interessados em ouvi-los. As mudanças foram radicais: o casamento do excessivo liberalismo econômico, associado ao feroz autoritarismo político, gerou para o regime uma prole imensa de filhos-problemas, que os ideólogos do sistema insistem em proclamar como ilegítimos. Um exer-

cício de retórica que se esvazia a cada novo fracasso colecionado. O exemplo mais trágico foi a recessão: só conseguiu elevar os índices de impopularidade do governo, sem conseguir alcançar o objetivo de melhorar o combalido perfil da balança comercial nem conter a inflação, que corrói o orçamento nacional.

Inventário de cicatrizes

A adolescência do regime de segurança nacional não poderia ser mais perturbadora. Inicia-se sob o signo de violenta recessão, do elevado custo de vida, do desemprego, das cisões intraburguesas e da



O drama diário da miséria e da fome

incapacidade do modelo de garantir, ao menos, um mínimo de benefícios para um dos seus pilares mais vitais: a classe média. De repente, o paraíso do consumo entrou em erupção e os abalos sísmicos se materializaram na forma do desemprego, na queda do elevado padrão de vida e na insegurança que ronda os bairros mais sofisticados e elegantes das cidades brasileiras.

Externamente, o perfil do modelo não poderia ser mais negativo. Passado o bombardeio dos críticos que denunciavam incessantemente os desrespeitos aos direitos humanos e a opressão política, entrou no palco um dos filhos-problemas do próprio modelo: a dívida externa. Não se fala mais em tortura no país, mesmo porque a anistia abriu as portas dos cárceres. O novo alvo, porém, é extremamente vulnerável. O país deve a absurda cifra de 80 bilhões de dólares. E pior: não tem como pagá-la, sem entregar às empresas transnacionais riquezas como as jazidas de Carajás e a Selva Amazônica.

A evolução da dívida externa reflete como num espelho as cicatrizes deixadas na economia nacional pelo modelo econômico pós-64. No ano da derubada do presidente João Goulart, o país devia a modesta cifra de dois bilhões de dólares. Quinze anos depois, a dívida já atingia 40 bilhões. E do fim do governo Geisel para cá, o salto foi ainda

mais tragicamente espetacular: a dívida dobrou. Mesmo os cálculos mais otimistas mostram que a escalada do endividamento não vai parar aí. No próximo ano, na melhor das hipóteses, teremos uma dívida de 91 bilhões, cálculo feito a partir das elevadas taxas de juros (que abocanham 80% das receitas das exportações) e dos *spreads* (taxas de risco cobradas pelos bancos), que figuram entre as mais elevadas do mundo. Os números são reveladores: o Brasil está pagando *spread* de 2,125%, enquanto o México só agora atinge 1,5% e a Argentina se mantém em 1,25%, apesar de todo o caos interno.

A dívida é um dos calcanhares de Aquiles do governo. E o enigma esfingético que ela propõe é mais ou menos este: como sustentar o modelo num quadro internacional desfavorável? Ceder às pressões do FMI e aprofundar a recessão? Não parece viável. A correlação interna não dá margem à reedição da recessão feita logo após a queda do governo constitucional de Goulart. Renegociar a dívida? Não parece fácil. Principalmente, porque o governo atravessa violenta crise de ilegitimidade e, por isso, encontra-se sem condições de sentar na mesa de negociação para discutir, com um mínimo de autoridade, problema tão delicado.

Problemas estouram por toda parte. Um dos mais angustiantes é que o modelo, ao enfeixar po-

OS VENTOS DA MUDANÇA

☐ Ventos de mudança começam a se desenhar no nublado horizonte político brasileiro. O que irá acontecer? É uma indagação difícil de responder. E nem mesmo os analistas mais ousados se aventuram pelos movediços caminhos das previsões. Um fato, porém, é irreversível: das eleições de 15 de novembro emergirá um país novo e, pela primeira vez desde 1964, se as oposições vencerem, estará definitivamente aberto o caminho para a ruptura dos laços que prendem o país ao autoritarismo.

No quadro que se desenha, o país parece caminhar a passos largos para recuperar sua identidade política. Ainda não se fala em Constituinte, mas é quase certo que ela virá após as eleições. Como também se configuram irreversíveis as eleições diretas para a presidência da República. Num contexto político tão rico, a camisa-de-força do bipartidarismo eclipsou-se. Logo após a anistia, o próprio governo tomou a iniciativa de dissolver os partidos criados artificialmente (Arena e MDB) para dar ao país um simulacro de legalidade constitucional, dando liberdade para que novas agremiações surgissem. Só continua proibida

a organização de partidos marxistas, o que, inevitavelmente, passará a ocorrer após as eleições.

No novo quadro, a oposição ficou aglutinada em três partidos: o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), herdeiro da poderosa máquina do ex-MDB, uma espécie de frente de oposições que agrupou, até a sua dissolução, descontentes de todas as tinturas ideológicas; o PDT, herdeiro do espólio político dos trabalhistas, liderados por Leonel Brizola, popular pelo governo que fez à frente do Rio Grande do Sul, pela campanha da legalidade que impediu o golpe militar em 61 e pelos longos anos de resistência no exílio; e, finalmente, o PT, organizado a partir da carismática figura do líder operário Luís Ignácio da Silva, o Lula, que liderou as primeiras greves importantes no início da abertura. Os dois outros partidos (o Partido Democrático Social, PDS, e o Partido Trabalhista Brasileiro, PTB) representam o que há de mais conservador no atual momento brasileiro. O PDS conta com a poderosa máquina estatal e o PTB, sigla de glorioso passado, acabou caindo nas mãos da direita graças a uma manobra política do ex-chefe da Casa Civil do Governo, Golbery do Couto e Silva, que vislumbrava a possibilidade de criar num trabalhis-

deres imperiais no Planalto, deu margem ao agravamento dos desequilíbrios internos, numa repetição interna do modelo neocolonialista. Assim, o Nordeste só tem visto se multiplicar os bolsões de pobreza, sem conseguir resolver seus graves problemas fundiários nem, através da indústria de transformação, tirar proveitos do ensaio de industrialização que a região conheceu de uma década para cá. Mas favelas, marginalidade e desemprego não são "privilégios" nordestinos: são a grande herança que o modelo de segurança nacional deixou para os governos que virão.

Vamos aos números: 40 milhões de brasileiros em estado de miséria absoluta, 5 milhões de desempregados, 10 milhões de portadores de doenças mentais graves, mais de 14 milhões de menores abandonados, sem contar o elevadíssimo número de favelados ou portadores de doenças que debilitam a força de trabalho, como é o caso da esquistossomose. De contra-peso, há outros números igualmente dramáticos: a inflação, que ronda os três dígitos, é a maior dos últimos 50 anos, trituando ainda mais uma população já atormentada pela recessão. E a previsão de uma taxa de crescimento de apenas 5% para a década de 80, ridiculamente baixa para um país que nos últimos 50 anos conseguiu, em média, crescer a uma taxa de mais de 7%.

mo tutelado, uma espécie de linha auxiliar do governo. Parece que a tentativa não terá êxito: sem os trabalhistas verdadeiros, representados por Brizola, está sendo relativamente fácil desmascarar a caricatura de trabalhismo que o PTB tenta montar.

Não é fácil a tarefa que as oposições têm pela frente. Dezoito anos de autoritarismo demoliu as estruturas partidárias, sonogou o hábito da discussão política e lançou entre as hostes da oposição o vitriólico germe das cisões. Assim, dos partidos (de oposição) em cena, apenas dois têm contornos bem delineados e palpáveis. Trata-se do PT e do PDT, partidos que são como primos carnais e que, mais tarde, possivelmente tenderão a se encaminhar para um promissor processo de aproximação. O PMDB, talvez a única possibilidade de alternância do poder, tende a dissolver-se consumido pela própria multiplicidade das suas identidades ideológicas. É um fenômeno também para se registrar após o período eleitoral, quando as personalidades partidárias, efetivamente, começarão a ganhar transparência. Não é difícil, porém, detetar os embriões das cisões dentro do principal partido de oposição. Um exemplo clássico é o Rio de Janeiro, uma espécie de tambor político do país. Nesse estado, o PMDB co-

Provas do estado falimentar do modelo não faltam. E, talvez, a prova mais robusta do seu isolamento esteja num dos dados novos da realidade brasileira: a oposição que a Igreja e o empresariado têm feito sistematicamente ao modelo. A Igreja, ao contrário do que ocorreu em 64, fez uma nítida opção pelos pobres e tem sido um espinho na bota do autoritarismo. O empresariado tem se ressentido do casuísmo e dos impactos que seus negócios vêm sofrendo pelas sucessivas mudanças nas regras do jogo, sem contar a falta de uma estratégia capitalista que permita ao país, no mínimo, ter uma perspectiva de desenvolvimento real.

Acabar com a pobreza

Em outras palavras, há reações bem nítidas contra o modelo excludente. E isso fica bem claro numa afirmação do empresário Mário Garnero, presidente da Confederação Nacional da Indústria: "É preciso acabar com a pobreza no espaço de uma geração". Quer dizer: perspicaz, Garnero percebeu que não há alternativa para o país sem um mercado interno forte, capaz de assegurar o dinamismo das exportações e, consequentemente, aumentar a competitividade internacional.

A posição da Igreja e do empresariado é sintomática. Não só porque, com papéis diferentes, am-

meça a sofrer violentos abalos sísmicos por causa do seu candidato ao governo do estado, o deputado Miro Teixeira, filho dileto do "chaguismo", um "caciquismo" urbano travestido de tinturas oposicionistas que governou o estado duas vezes, sempre conivente com o autoritarismo. Mesmo com apoio de alguns setores da esquerda, Miro não tem conseguido se desvencilhar do pesado fardo da administração Chagas Freitas, considerada a mais impopular do país.

Tendências

E após as eleições? Tudo indica que a oposição elegerá governadores em, pelo menos, oito estados (Rio, São Paulo, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Amazonas e Minas), a persistir a tendência detectada pelas pesquisas de opinião. Como o PMDB é o partido nacional com mais chances de eleger seus candidatos, à exceção do Rio, tudo indica que, após as eleições, haverá necessidade de uma recomodação das forças políticas nacionais. Uma acomodação vital para tentar soldar a unidade das oposições, que — se os ventos continuarem soprando nas direções atuais — conquistará os principais estados da federação. (Francisco Viana)

bos contribuíram para derrubar o governo constitucional e fecharam os olhos para o modelo excludente, montado sob violenta exploração do trabalhador — vendido no exterior como mão-de-obra barata e apolítica! — e na abertura do país ao ingresso, sem qualquer controle, das transnacionais. A posição desses outrora sólidos pilares do regime ganha relevância também porque engrossam a fileira das oposições, com um discurso em defesa da democracia. E, no caso dos empresários, deixa claro o descolamento do capital industrial do capital bancário, associação que foi vital para o autoritarismo. A irrealidade da política do modelo acabou estourando na forma de taxas absurdas de juros que, ao atingir a média de 200% ao ano (juros reais), tornam desestimulante a atividade produtiva. Resultado: as empresas têm se defrontado com grande dificuldade para obter capital de giro, têm demitido em massa, desperdiçando investimentos feitos anteriormente com qualificação de pessoal, e não têm conseguido se expandir.

A segurança insegura

A lógica monetarista eclipsou-se? É essa constatação que tira o sono de Roberto Campos, ideólogo-mór do modelo e dos seus sucessores, mais particularmente o ministro do Planejamento, Delfim Neto. O último trunfo que Delfim ainda guarda na manga é tentar atribuir o vendaval das contradições econômicas nacionais à crise que grassa no capitalismo mundial. A crise existe, mas seu impacto sobre o Brasil é desproporcional à sua extensão. E só tem assumido as proporções a que chegou justamente porque o modelo tem pés de barro.

Mesmo economistas conservadores não negam essa realidade. E o engarrafamento da lógica monetarista é justamente este: não pode sobreviver sem o binômio autoritarismo e capital externo. Por esse labirinto é que se encontra perdida toda a suposta racionalidade prática do modelo. Para entender melhor o que está ocorrendo é preciso dar um corte no tempo e recuar no passado. A tomada do poder em 64 pelos militares e o empresariado fazia parte de uma estratégia bem mais ampla e complexa que a simples destituição de um governo democrático, comprometido com reformas necessárias para que o país desse um salto no sentido da sua independência externa e da melhoria da qualidade de vida. Estava em jogo a própria hegemonia do capitalismo norte-americano no continente.

De um lado, os EUA estimularam e patrocinaram o movimento militar no Brasil visando conter a maré revolucionária e nacionalista, que se desenhava na América Latina; de outro, fazia parte de um projeto para ampliar as fronteiras de penetra-

ção dos excedentes do capital dos Estados Unidos e de outras nações industrializadas do Ocidente.

O fim do Estado de Direito

O novo modelo tinha determinados cânones. E foi absorvido pela burguesia e as classes conservadoras justamente porque, naquele momento, era esgrimido como a salvação para os chamados símbolos máximos do mundo ocidental: o cristianismo, a ciência e a democracia. Com o tempo, o desenrolar dos fatos mostrou que o projeto era vazio. E sequer a preservação da democracia foi observada. O jogo político foi abolido, dando origem a um Estado absolutista, totalitário, militar e fortemente entrelaçado com as transnacionais. Era o fim do Estado de Direito e, também, o ocaso da influência dos liberais. No lugar dos políticos e do pensamento liberal, que, com maior ou menor intensidade, sempre permeou a história da República, entraram em cena os novos cónsules do capitalismo: a grande burguesia e os tecnocratas, estes elevados ao posto de cónsules do capitalismo internacional e, particularmente, do financeiro.

Os choques intra-sistema e a incapacidade do modelo de mostrar sua eficiência acabaram por despir o véu da sua fragilidade: a metamorfose das forças armadas em guarda pretoriana, com a missão de combater a guerra interna, só trouxe ônus políticos e impopularidade ao aparelho militar, historicamente comprometido com a democracia e o nacionalismo. Por seu turno, os tecnocratas revelaram-se falsos prestidigitadores e só conseguiram exibir o saldo de um Passivo astronômico. Fustigado por tantos flancos, o regime tutelar começou a ceder.

Por enquanto, os passos mais largos que deu foram no caminho político. De certa forma, há um clima de liberdade no país: há liberdade de imprensa, a oposição tem acesso igualitário em relação aos meios oficiais de comunicação, a esquerda atua semilegalmente, sem ser molestada, e a eleição deste ano se apresenta irreversível. Eleições presidenciais e uma Constituinte poderão ser consequências lógicas dessa mudança da correlação de forças, a depender dos resultados eleitorais que consagrariam a oposição em todos os cantos do país não fossem os pacotes eleitorais do governo que garantirão artificialmente margem substancial de vitória ao seu partido, o PDS. No econômico, é que a abertura emperrou. E o reinado dos tecnocratas persiste. É, seguramente, a última cidadela do autoritarismo. E nela prevalecem intatas as grandes linhas do pensamento de Roberto Campos que, no alvorecer do golpe, dinamitou as conquistas que os trabalhadores e a sociedade brasileira acumularam desde a Re-

volução de 30. Em resumo, Roberto Campos e os seus seguidores fizeram o seguinte: em nome do fim de um suposto paternalismo socializante e da restauração do vínculo entre salário e produtividade, empurraram o país para violenta recessão, fecharam os sindicatos e cassaram os direitos políticos dos líderes trabalhistas; em nome do desenvolvimento, abriram as portas do país, sem qualquer controle, para o capital externo; e em nome da economia de mercado, concentrou-se a renda. De tal forma que fez florescer, no Brasil, a estranha categoria do cidadão de segunda classe, isto é, mais de 30 ou 40% da população que não tem direito algum. É o que os economistas chamam de *marginalidade econômica* e os sociólogos de *setor informal*. Traduzindo: os subempregados. O exército de reserva que facilita a manutenção dos salários a níveis ínfimos.

O poder das transnacionais

A internacionalização do modelo é outro fracasso de vulto. Se no plano social, o modelo só colecionou bolsões de miséria e concentração de renda, no plano da internacionalização do processo produtivo seus fracassos não foram menos deploráveis. Sob controle brasileiro, permaneceram apenas a agricultura, a pequena e a média indústrias. As atividades de ponta e as grandes indústrias passaram, em sua quase totalidade, ao controle das transnacionais. Se, de um lado, houve a industrialização e a modernização do parque industrial brasileiro, de outro, a falta de controles anulou os benefícios: as transnacionais não só controlam de ponta a ponta a exportação e a comercialização dos produtos, como também limitam a exportação para não competir com suas matrizes. Pior: transferem tecnologia inadequada, provocam concorrência ruinosa entre as empresas nacionais para depois comprá-las (de 1971 a 1973, o número de empresas transnacionais que se instalaram no Brasil às custas da compra de empresas nacionais foi de 61%, contra apenas 9% entre 1946 e 1950) e sangram a economia nacional exportando lucros muito mais altos que os declarados. A prática do sub e do superfaturamento camufla a subavaliação dos lucros, no que ajuda ainda os elevados níveis de endividamento externo que permite exportar lucros sob o rótulo de juros.

A crise de legitimidade

Visto sob a ótica da conjuntura atual, o modelo de segurança nacional acabou por se transformar num bumerangue. Voltou-se contra seus próprios idealizadores: o próprio processo de acumulação das duas últimas décadas e o agravamento dos pro-



Classe média brasileira: bolsa vazia

blemas sociais do país após 64, recolocaram, com tinturas dramáticas, a questão da independência nacional em cena. Ironicamente, a própria burguesia não tem grandes alternativas de dar feição aos seus projetos de desenvolvimento, sem voltar-se para uma política nacionalista, sedimentada em alianças com a tecnocracia nacionalista. Fora disso, só restaria curvar-se por completo às exigências do FMI, quebrar o parque industrial e entregar o que ainda resta das riquezas nacionais, a exemplo de Carajás e a Floresta Amazônica. Um caminho nada animador para quem vinha alimentando sonhos de potência hegemônica.

Na prática, os indicativos são de que os caminhos a serem percorridos convergem para a vertente oposta. E não parece haver opções. Não é por acaso que os norte-americanos estão bombardeando as exportações brasileiras com toda sorte de retaliações: dos frangos aos aviões "Bandeirante", do café à prestação de serviços, do açúcar à assistência econômica, os antigos aliados do regime de segurança nacional estão tentando erguer barreiras.

O caso mais declaradamente hostil foi o do café: os Estados Unidos intervieram para impedir que o Brasil liderasse as negociações dos preços internacionais do café, numa manobra clara para forçar os preços para baixo. E debilitar a posição brasileira que começa a recuperar-se dos efeitos das grandes geadas de seis anos atrás e no próximo ano teria necessidade de elevar suas exportações. Os EUA cogitam interferir também em outro importante pilar da economia brasileira: querem conter,

através do Gatt (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), a exportação de serviços, válvula de escape de algumas grandes empresas nacionais, principalmente no ramo da construção civil, para a crise que encalhou o mercado interno.

A crise que atravessa a economia norte-americana aguçou as contradições. E as pressões, que se multiplicaram, acabaram por desafivelar as máscaras dos antigos parceiros. Embora não seja claramente colocada, a questão nacional novamente se insinua.

Por isso é que o modelo de segurança nacional transformou-se no modelo da insegurança. E afastou antigos aliados, como os empresários nacionais, a igreja e as camadas médias. Por quê financiar a crise das nações industrializadas às custas do subdesenvolvimento nacional? É uma indagação que gravita em todas as camadas da sociedade brasileira, com maior ou menor grau de elaboração.

Os passos vacilantes do governo demonstram claramente que, pelo menos, um dado é correto: fora da democracia, não há como enfrentar a crise.

E é esse o dado novo com que o modelo de segurança nacional não sabe lidar, porque não consta da sua proposta. Uma recessão nos moldes da que foi feita pós-64 só seria possível num sistema fechado. E fechar se torna extremamente difícil — a história brasileira o tem demonstrado — quando a legitimidade dos governantes é posta em xeque por toda a sociedade, quando a economia vai mal e não há o fantasma do anticomunismo para ser servido na bandeja. Daí, a impressão de fim de festa quando o ministro Delfim Neto e Roberto Campos afirmam, em banquetes de confraternização, que o modelo não muda. E que, de 64 para cá, há divergências só de estilos. Divergentes ou não, esses estilos estão fora de moda. E os sonhos dourados dos anos do milagre mofaram como morangos.

BOLÍVIA E PARAGUAI: DOIS TRISTES RECORDES

☐ Enquanto no Paraguai, o general-presidente Stroessner prepara-se para bater, com sua sexta reeleição, o recorde latino-americano (e talvez mundial) de permanência ininterrupta no poder, a Bolívia festeja seu próprio recorde de instabilidade política no momento em que o general-presidente Vildoso anuncia a entrega do comando da Nação à Assembléia Legislativa eleita em 1980, apenas dois meses depois de ter assumido o poder.

A primeira é, sem dúvida, uma triste marca para o continente, que vê se perpetuar uma ditadura anacrônica, só comparável às descritas por Alejo Carpentier, Roa Bastos ou García Márquez em seus já clássicos romances sobre as tiranias da Nossa América. Ao anunciar seu retorno ao país de diferentes pontos do exílio, um grupo de dirigentes oposicionistas paraguaios chamou a atenção mundial sobre a farsa que Stroessner está montando com o rótulo de "eleições". A delegação, encabeçada por Domingo Laino e pelos jornalistas que a acompanhavam, não pôde desembarcar em Assunção, mas pelo menos atingiu seu objetivo de conquistar um espaço na imprensa mundial para "a ditadura esquecida do Cone Sul".

A decisão dos militares bolivianos reunidos em assembléia enquanto o país era paralisado por uma greve geral da Confederação Operária Boli-

viana é, em compensação, uma boa notícia. Se, como se espera, a Assembléia Legislativa ratificar os resultados da eleição de 1980, Hernán Siles Zuazo e seu vice-presidente Jaime Paz Zamora poderão finalmente assumir os cargos para os quais foram eleitos três vezes pelo povo boliviano.

O lamentável, porém, é que os militares entregarão um país tecnicamente quebrado, incapaz de pagar sequer os juros de sua dívida externa com uma inflação que cresce a um ritmo de mil por cento ao ano, a indústria paralisada, o comércio falido e os bancos sem condições de funcionar, porque já não existe nem dinheiro. A tragédia é tal que a Bolívia só escapa de uma fome generalizada graças ao seu próprio subdesenvolvimento, pois grande parte do campesinato ainda pratica uma agricultura de subsistência à margem das leis do mercado e que hoje alimenta a maioria da população.

E como se isso fosse pouco, não há garantia nenhuma de que Siles Zuazo e Paz Zamora não sejam vítimas de novos atentados como o que desfigurou este último ao explodir uma bomba em seu avião há dois anos. E nem de que algum coronel ou general da "linha dura" não volte a tentar um putsch nos próximos dias ou semanas, respaldado talvez pela máfia dos narcóticos que em 1980 levou ao poder o general García Meza (com generosa ajuda, deve-se lembrar, dos militares argentinos).

A paz dos cemitérios reina em Assunção e a ameaça de guerra civil pende sobre La Paz. Dois tristes recordes que Nossa América deve se empenhar para não bater. (Roberto Remo)

A vigência do “torrijismo”

As mudanças na presidência não atingiram, — segundo os principais protagonistas — o projeto político do general Omar Torrijos, que se consolida como ponto de referência para a discussão de qualquer proposta de governo

A herança de Torrijos se fortalece ou se enfraquece com a mudança de figuras na presidência da República? Era esta a principal indagação, a que estava no centro de todas as discussões no Panamá, depois da renúncia, em 30 de julho passado, do presidente Aristides Royo, que alegou “motivos de saúde”.

Um ano depois da morte do general Torrijos — o dirigente carismático que conseguiu levar os Estados Unidos à mesa de negociações para restituir ao Panamá a soberania sobre o canal —, esse pequeno país centro-americano era alvo de fortes pressões, internas e externas, para redefinir sua política externa e principalmente suas relações com o governo sandinista da Nicarágua e os rebeldes salvadorenos.

Nesse contexto internacional,

as mudanças na presidência foram precedidas por uma campanha de agitação (ou, em termos mais atuais, de desestabilização) por parte da direita, e por uma onda de greves, em particular uma de professores que durou mais de um mês. Ambos os fatores combinados acabaram por desgastar a base de sustentação do governo Royo.

Horas antes de ser anunciada a renúncia do chefe de Estado, o então vice-presidente Ricardo de la Espriella havia proposto “pacificar os ânimos seguindo preceitos ‘torrijistas’ como o diálogo construtivo e a consulta permanente” entre os diversos setores.

Outra das perguntas que pairava no ar era qual passaria a ser, dentro do novo governo, o papel da Guarda Nacional. Cabe lem-

brar que Omar Torrijos abandonara, nos últimos meses de vida, suas tarefas administrativas para concentrar-se em seu trabalho à frente da Guarda Nacional, que havia sido a verdadeira detentora do poder desde 1968, quando a mesma derrubou o presidente Arnulfo Arias. Mas, nos meses posteriores ao acidente (ainda não inteiramente esclarecido) que matou o general Torrijos, a Guarda Nacional havia agido com cautela, sem aparecer diretamente, salvo em uma oportunidade, quando o ex-presidente Royo e o comandante da Guarda Nacional, general Ruben Darío Paredes, discordaram publicamente sobre a data das eleições presidenciais marcadas, em princípio, para 1984.

O general Paredes havia manifestado que os “panamenhos estão impacientes” por comparecerem às urnas, ao que Royo havia replicado com argumentos legais. O Tribunal Eleitoral se colocou do lado do presidente e afastou a possibilidade de adiantar o pleito.

Por disposição constitucional, a Guarda Nacional no Panamá é um dos poderes do Estado e esse desentendimento poderia ter dado lugar a maiores atritos se não fosse porque, tanto no seio da instituição militar como no Partido Revolucionário Democrático (PRD) — o partido fundado por Torrijos e atualmente no poder —, prevalecem os elementos fiéis ao legado político do falecido líder.



Os ideais de Torrijos continuam vivos, tanto no povo quanto no governo

A homenagem a Torrijos

Depois de uma ausência das ruas do Panamá que durou vários meses, o "torrijismo" tornou a ocupar a capital do país, numa manifestação sem precedentes, no dia do primeiro aniversário da morte do general. Exatamente no mesmo dia, ocorreram mudanças na presidência.

O teor dos discursos pronunciados durante o ato já deixava entrever uma reacomodação.

O então vice-presidente De la Espriella havia afirmado nessa oportunidade que "aquele que se distrai vivendo do passado e descuida do presente fracassa no futuro", numa alusão que visava claramente o presidente demissionário.

Em um dos primeiros atos de governo, o presidente De la Espriella reformou o gabinete, uma das exigências da Guarda Nacional. Pouco depois de entregar o poder, o general Paredes havia "recomendado" uma série de medidas a serem adotadas pelo Executivo. Elas previam a reorganização do Tribunal Eleitoral com a participação de um representante da oposição, mudanças na equipe do governo e nos quadros diplomáticos, e um prazo de 72 horas para que as investigações sobre suborno ou pecu-

lato pudessem conduzir à prisão dos culpados.

Paredes — que é indicado por alguns setores como um provável candidato à presidência da República nas eleições de 1984 — também havia afirmado que o país viveria um período pacífico até as eleições, cuja realização confirmou.

Segundo comentários de dirigentes do Partido Revolucionário Democrático, essas mudanças ajudariam a pôr um freio na campanha desestabilizadora da direita, ao mesmo tempo que permitiriam corrigir deformações no processo iniciado por Torrijos, para deixar o partido fundado por ele em condições de disputar, com novas energias, a prova eleitoral e enfrentar outros desafios da realidade interna e internacional.

Para esses dirigentes, De la Espriella — economista de formação, discípulo político e estreito colaborador do general Torrijos — poderia dar os passos necessários para iniciar uma nova fase da história panamenha, adequando as experiências desses anos de governo nacionalista à nova realidade centro-americana.

O papel do PRD

A continuidade da linha de Torrijos é algo que os membros

principais do Partido Revolucionário Democrático se empenham em destacar, desmentindo, inclusive, acusações de adversários, como a Frente Ampla Popular (Frampo), agrupação social-democrata aliada, até pouco tempo atrás, às forças do governo.

O secretário da Frampo, Renato Pereyra, exclamou, diante do anúncio do novo gabinete, que com a escolha desses nomes o "torrijismo" tinha desmoronado. Ele baseou sua interpretação na origem centro-direitista de alguns dos novos ministros, técnicos e profissionais, que haviam chegado a questionar o chamado "processo torrijista".

Pérez Balladares, secretário-geral do PRD, rebateu as acusações afirmando que "o fato de a Frampo não participar do governo não significa que o torrijismo tenha acabado". E acrescentou que seu partido "manterá sua independência diante do governo, o que analisará com uma posição crítica".

Ele reconheceu que a equipe de colaboradores de De la Espriella "não é política", mas afirmou que isso é "saúdavel" porque "essa responsabilidade recai sobre nosso partido".

É sintomático, nesse sentido, que as delegações que o novo governo enviou à Nicarágua e à Venezuela (países com os quais o Panamá tem relações muito especiais, fortalecidas pela luta de Torrijos e Carlos Andrés Pérez a favor da Frente Sandinista, quando ambos eram chefes de Estado de seus países, durante a guerra na Nicarágua contra a ditadura somozista) tenham sido encabeçadas, respectivamente, pela sra. Berta Torrijos, irmã do general e dirigente do PRD, e pela sra. Rita Torrijos de Arosemena, filha do falecido líder panamenho.

Tanto a Nicarágua como a Venezuela declararam sua satisfação diante da visita oficial realizada por essas delegações e pelo



Torrijos (à direita) com Fidel: o firme compromisso não-alinhado

conteúdo da mensagem recebida, no sentido de que o novo governo manter-se-ia fiel à linha traçada pelo general Torrijos.

Será preciso dar um tempo ao governo de De la Espartero se se quiser chegar a conclusões mais definitivas. Ninguém tem dúvidas de que a Guarda Nacional mantém sua posição privilegiada

dentro da política panamenha. O próprio general Paredes afirmou, poucos dias depois que o novo presidente assumiu o cargo, que "quem detém o poder real no Panamá, é a instituição armada, enquanto que o poder administrativo designado se encontra na Presidência da República".

Resta saber se há uma coor-

denação entre a Presidência e a Guarda Nacional, e se dessa confluência de esforços sairá fortalecido o projeto político do general Torrijos que, embora contestado por alguns setores internos, colocou sem deixar dúvidas, o Panamá numa posição relevante dentro do contexto latino-americano.

JORNALISTAS DE TODO O CONTINENTE CONSOLIDAM SUA FEDERAÇÃO

☐ No dia 27 de julho passado, após três dias de deliberações, foi encerrado no Panamá o III Congresso Latino-Americano de Jornalistas, inaugurado pelo presidente Aristides Royo quando faltava menos de uma semana para ser destituído de seu cargo pela forças armadas.

Vários êxitos foram alcançados no final desse conclave reunindo a imprensa de todo o continente. Alguns temas ficaram para ser discutidos numa outra ocasião, como, por exemplo, o processo que corresponde a uma guinada à direita e uma posição pró-norte-americana por parte do regime panamenho, cujo papel na América Central teve muita importância a partir da gestão e promoção do general Omar Torrijos Herrera.

A Federação Latino-Americana de Jornalistas (Felap), fundada em junho de 1976 na cidade do México, com o patrocínio do governo mexicano, se reúne em sua sede, na mesma cidade, durante os seis últimos anos. E pode se considerar que o saldo de sua atuação é positivo.

Mediante o subsídio concedido pelo governo mexicano e as cotas anuais dos membros, as confederações nacionais de jornalistas — particularmente daqueles países onde a imprensa e os jornalistas não são vítimas da repressão —, a Felap cumpriu uma tarefa que foi centralizada principalmente na defesa da segurança e da vida dos homens e mulheres que se dedicam a informar através dos meios impressos e eletrônicos.

Com exceção do Paraguai, do Peru e da Bolívia, cujas delegações não puderam comparecer, estiveram presentes ao evento as restantes representações nacionais, incluindo os caribenhos de Cuba, Granada, República Dominicana e Jamaica.

No marco do 199º aniversário do nascimento do libertador Simón Bolívar e do primeiro aniversário da morte do general Omar Torrijos, o Panamá acolheu com efusão as diferentes delegações

e lhes proporcionou todas as facilidades. No encerramento foram eleitos os novos integrantes dos organismos de direção da Felap que atuarão durante os próximos três anos: o Comitê Executivo, o Secretariado e o Conselho Diretivo.

Foi confirmado como presidente, o venezuelano Eleazar Díaz Rangel, sendo eleito para a Secretaria-Geral o nicaraguense Danilo Aguirre, atual redator-chefe de El Nuevo Diario, jornal que apóia a revolução sandinista. Aguirre deverá chegar brevemente ao México para assumir o cargo na sede da Felap.

Mas, certamente, o mais importante do Terceiro Congresso Latino-Americano de Jornalistas, foi a reafirmação dos objetivos da entidade continental, agora mais do que nunca comprometida com as lutas pela liberdade de imprensa e de expressão, cada vez mais cerceadas pelos regimes autoritários de diversos países das Américas Central e do Sul.

No decurso desses seis anos de vida, a Felap mostrou-se solidária com as diferentes entidades humanitárias que tiveram de protestar ou exercer pressão perante a opinião pública internacional, visando o respeito aos direitos humanos. Nessa tribuna, se denunciou a violação dos mesmos e foram organizadas numerosas campanhas em favor da segurança e da vida de jornalistas e lutadores democratas em geral.

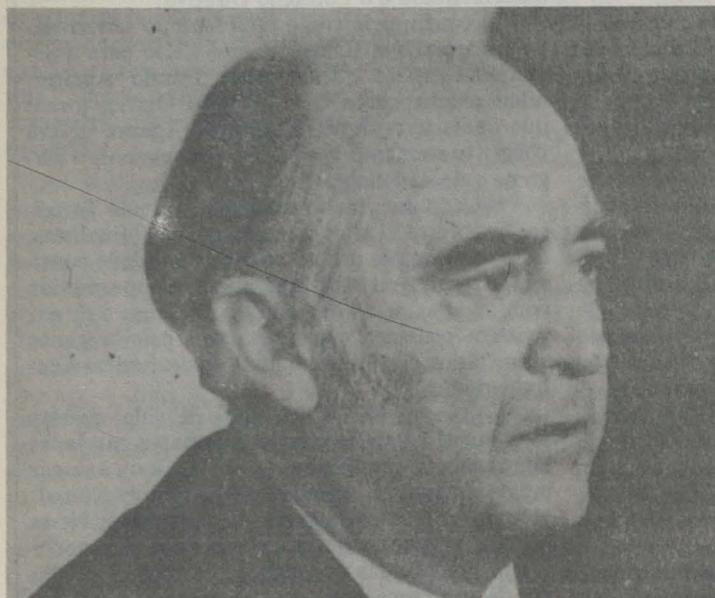
O México foi o país ideal pois permite esse tipo de atuação. Sem nenhuma classe de obstáculos, a Felap manteve o ritmo de sua ação e desvirtuou as tentativas — que já foram feitas — de tirar a representação dos jornalistas latino-americanos para colocá-la a serviço dos interesses imperialistas e antidemocráticos.

O Terceiro Congresso Latino-Americano de Jornalistas, além do mais, deu oportunidade aos homens e mulheres que trabalham na imprensa continental de consolidarem sua Federação, de torná-la mais forte, com maior representatividade e com planos de ação condizentes com a realidade de nossos povos, que estão em mudança permanente. (Francisco Guzmán)

Portillo nacionaliza os bancos privados

A apenas dois meses do término de seu mandato, o presidente mexicano deu um corajoso passo à frente em favor das maiorias nacionais

Roberto Bardini



López Portillo adverte: "Eles não sabem até onde poderemos chegar em defesa dos recursos financeiros nacionais."

Foi, sem dúvida, o acontecimento mais importante do ano e talvez dos últimos 60 anos. Muitos garantem que não acontecia nada igual desde que Lázaro Cárdenas nacionalizou o petróleo em 1938. Às 11 horas da manhã do primeiro dia de setembro de 1982, José López Portillo tinha começado a ler o 6º Relatório Presidencial — o último do seu mandato — perante o Congresso da Nação e o povo do México, por uma cadeia de

rádio e televisão. Exatamente às 14:25 horas locais, com voz grave e emocionada, anunciou:

"Temos de deter a injustiça do pervertido processo evasão de capitais/desvalorização/inflação, que a todos maltrata, principalmente ao trabalhador, ao emprego e às empresas que os geram. Essas são as nossas prioridades críticas. Para responder a elas, expedi dois decretos: um, que nacionaliza os bancos privados..."

E não pôde continuar: foi interrompido pela ovação das duas mil pessoas que enchiam o Palácio Legislativo. Os "viva" e "bravo" prolongaram-se durante um minuto e meio. Miguel de la Madrid Hurtado — o vencedor, pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI), das eleições de 4 de julho passado, e futuro presidente do México — foi um dos primeiros a pôr-se de pé e aplaudir.

Ponto final da crise

A medida presidencial, publicada no *Diário Oficial* no mesmo dia 1º de setembro, diz em seu artigo primeiro: "Por motivos de utilidade pública, expropriam-se em favor da Nação as instalações, edifícios, mobiliário, equipamentos, ativos, caixas, cofres-fortes, sucursais, agências, escritórios, investimentos, ações ou participações que tenham em outras empresas, valores de sua propriedade, direitos e todos os demais móveis e imóveis, enquanto necessários, a juízo da Secretaria de Fazenda e Crédito Público, propriedade das instituições privadas de crédito, às quais se tenha outorgado concessão para prestação dos serviços públicos de banco e de crédito".

Acabava-se, assim, o "ciclo perverso" especulação/inflação/desvalorização, gerado pela queda do preço internacional do petróleo, a disparidade inflacionária do México com seus clientes comerciais, a dívida externa saturada e o processo de evasão de capitais, acrescido nos últimos dias por uma poderosa campanha de boatos desestabilizadores e ameaças de "panelas vazias", como no Chile nos tempos de Salvador Allende.

"Conflito de interesses"

Já desde princípios de junho de 1981 — quando, através da Petróleo Mexicanos (Pemex), o preço do óleo cru de exportação

foi reduzido em quatro dólares — começou-se a perceber sinais de “argentinização” da economia. A 10 de julho desse ano, o presidente López Portillo disse que “começa-se a criar um mar de desconfiança no país”. Quatro dias mais tarde, o mandatário esclarecia que “não temos problemas de confiança; temos conflito de interesses monetários” e advertia que esses interesses “não sabem até onde poderíamos chegar em defesa dos recursos financeiros nacionais”. Os especuladores teriam feito muito bem se tivessem prestado mais atenção à advertência.

No início de 1982, a situação do país era grave: o déficit do comércio exterior tinha excedido todas as estimativas, a inflação crescia, teve-se que recorrer à dívida externa de curto prazo e o peso mexicano perdia paridade frente ao dólar. Foi então que começou uma forte “evasão”: na segunda-feira, 15 de fevereiro de 1982, por exemplo, saíram do país cerca de 400 milhões de dólares; no dia seguinte, as remessas chegaram a 526 milhões de dólares.

Nesse contexto, o Banco do México retirou-se do mercado de câmbio “para que a oferta e a demanda ajustassem a paridade” — porém o peso se desvalorizou em 75% —, o governo se viu forçado a reduzir novamente os preços do petróleo, anunciou-se um programa de redução do orçamento governamental em 3% (100 bilhões de pesos) e se deu apoio às empresas públicas a fim de impedir sua descapitalização. Em meados de março, renunciaram o secretário da Fazenda e Crédito Público e o diretor do Banco do México. O primeiro cargo foi então ocupado por Jesús Silva Herzog — considerado homem de confiança do presidente eleito Miguel de la Madrid —, que em maio anunciou que “a dívida externa do México está situada entre as maiores do mun-



A crise provocada pela crescente desvalorização do peso mexicano atinge principalmente as maiores pobres da população

do”. A evasão de divisas, enquanto isso, continuava.

Agosto foi mês de novidades e anúncios. Em primeiro lugar, estabeleceu-se um sistema de paridade dual para o peso: pelo fato de não haver dólares para enfrentar os compromissos externos, o Estado recorreu ao controle de câmbios. Na semana seguinte, estabeleceu-se que o pagamento dos depósitos em moeda norte-americana seriam efetuados em moeda nacional, criando uma terceira paridade: os *mex-dólares*. Paralelamente, proibiu-se a transferência para o exterior dos dólares depositados nos bancos particulares. Em meados desse mês, o secretário da Fazenda e Crédito Público anunciou que o governo mexicano tinha iniciado negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI); três dias depois, um consórcio de bancos particulares internacionais concedeu ao México um prazo de 90 dias para o pagamento dos vencimentos da dívida externa. Finalmente, setembro iniciou-se com o anúncio da nacionalização dos bancos privados e o estabelecimento do controle de câmbios.

Descontentamento da direita

No mesmo dia em que se divulgou o 6º Relatório Presidencial, o dirigente máximo da Associação de Banqueiros do México, Carlos Abedrop Dávila, que não se encontrava no Palácio Legislativo, não pôde esconder seu profundo desagrado: “A única coisa que se nacionaliza com a decisão do presidente López Portillo é o elevado endividamento em dólares dos bancos particulares, setor que não é traidor mas sim patriota e solidário com os mais altos interesses do país”, declarou.

Coincidindo com essa postura, dois partidos de tendência direita, o Ação Nacional (PAN) e o Democrata Mexicano (PDM), manifestaram seu desacordo com a medida presidencial e definiram como “muito perigosa” a possibilidade da burocracia estatal manejar os recursos dos depositantes. Dirigentes e deputados do PAN assinalaram que o principal responsável pela crise econômica era o governo, que fez um “bode expiatório” dos banqueiros.



Por seu lado, o presidente do Partido Democrata Mexicano assinou um comunicado de imprensa no qual afirma que a nacionalização dos bancos foi “uma decisão pessoal”, reveladora de “um presidencialismo exagerado” que fortalece “a tendência socializante da vida mexicana”, a qual caminha “para o autoritarismo”.

Apoio à medida

Enquanto isso, os partidos de esquerda — seis, no total — manifestaram seu apoio à decisão do mandatário mexicano e destacaram a necessidade de juntar forças e esforços para defender a medida diante das manobras desestabilizadoras da oligarquia nacional e do imperialismo.

O Partido Socialista Unificado do México (PSUM), terceira corrente depois do Partido de Ação Nacional nas eleições de 4 de julho passado, disse estar disposto a dialogar com os dirigentes do Partido Revolucionário Institucional na busca de acor-

dos que defendam a medida. Idêntica atitude assumiu o Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), enquanto o Partido Mexicano dos Trabalhadores (PMT) destacou que “cabe à esquerda a responsabilidade de ser capaz de somar forças que possam enfrentar os interesses estrangeiros, que resistirão”.

O Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) manifestou que os empregados bancários deviam se mobilizar para impedir a realização de sabotagens. Por sua vez, o Partido Social Democrata previu ações desestabilizadoras de grupos que “já iniciaram sua conspiração em Washington”, ao mesmo tempo que o Partido Popular Socialista (PPS) condenou “os grupos antinacionais que, com profundo sentido egoísta e antipatriótico, agiram com deslealdade, saqueando a economia do país”.

Por sua vez, o futuro presidente do México, Miguel de la Madrid Hurtado, declarou que “o Estado não pode permitir o avanço de situações caóticas que



Uma grave crise econômica obrigou o México a tomar uma série de medidas, sendo a mais importante delas a nacionalização dos bancos, para frear a evasão de capital. A decisão foi aprovada pelo próximo presidente mexicano, Miguel de la Madrid: “O Estado não pode permitir o avanço de situações caóticas que ameacem a Nação”

ameacem, com graves danos, o interesse nacional e particularmente o das maiorias de nosso povo”. O próximo mandatário, que assumirá o cargo no dia 1º de dezembro vindouro, acrescentou: “A Nação enfrentará seus problemas e limitações com decisão inquebrantável. Temos sabido sempre superar obstáculos para seguir avançando. Nossa história nunca foi fácil”.

José López Portillo está bem a par desses assuntos. As corajosas medidas foram o signo de sua gestão e, com o país imerso numa grave crise econômica por causa da especulação e da evasão de capitais, era de se esperar que ele enfrentasse o mal com decisão e o cortasse de um só golpe. Não ficaram dúvidas no dia 1º de setembro: ao nacionalizar os bancos particulares, faltando apenas dois meses para o fim de seu período governamental, o presidente mexicano ganhou um lugar na história e reinaugurou outro México, de acordo com sua tradição revolucionária. ●

A grande advertência

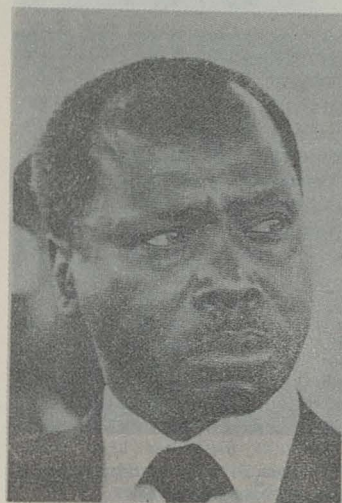
A fracassada tentativa de golpe de Estado dos oficiais da força aérea mostrou o elevado grau de descontentamento perante um regime impopular que não oferece solução aos problemas sociais e econômicos

Gabriel Omotozo

As diversas análises realizadas pela imprensa ocidental sobre a tentativa de golpe de Estado no Quênia, assinalaram que o mito de um dos países mais estáveis da África havia acabado, mas deram pouca importância em geral ao fato de se tratar de um regime extremamente anti-popular.

Na realidade, antes do pronunciamento da força aérea, em 1º de agosto, os indícios de um profundo e extenso mal-estar eram nítidos. E se a tentativa foi uma surpresa, deve-se a que os observadores estavam habituados a confiar na capacidade do aparelho de segurança para detetar e eliminar as atividades da oposição.

O centro intelectual de oposição ao regime do falecido Jomo Kenyatta e de seu sucessor, desde agosto de 1978, o presidente Daniel Arap Moi, estava localizado desde muito tempo atrás na Universidade de Nairóbi. Mas no fim de junho passado, a universidade havia atingido seu ponto máximo de ebulição. Os estudantes, identificados em sua maioria com posições progressistas, organizavam manifestações a favor da libertação de professores presos pelas suas idéias avançadas e contrárias ao regime.



Arap Moi (acima), sucessor de Kenyatta (abaixo): pressões da oposição



Os aviadores rebeldes que, segundo parece, não despertaram suspeitas dentro da unidade dos serviços gerais — o famoso GSU, corpo paramilitar encarregado da segurança —, se dirigiram à universidade à procura de apoio, reconhecendo o seu papel de vanguarda do setor civil.

Pouco tempo antes, ocorrera um fato importante no plano político. O veterano ex-vice-presidente, Jaramogi Oginga Odinga, que encabeçava a ala esquerda do Partido da União Nacional Africana do Quênia (Kanu) desafiou abertamente Arap Moi e a cúpula partidária.

O Kanu é virtualmente o único partido do Quênia desde a sua independência, em 1963. A posição de esquerda de Odinga, mais condizente com as lutas anteriores à independência do que com a trajetória conservadora e pró-ocidental imposta por Kenyatta ao Kanu a partir do governo, (e que Arap Moi não faria senão aprofundar), custou-lhe a marginalização dentro do regime e do partido.

Formar um partido de oposição

No início de maio, Odinga viajou a Londres, onde pronunciou um discurso numa reunião com deputados trabalhistas britânicos, que teve repercussões no Quênia.

Pelo seu conteúdo, o discurso de Odinga foi interpretado como um convite à formação de um partido de oposição.

Dias depois do retorno do ex-vice-presidente, um ex-parlamentar da mesma tendência, George Anyona, declarou que o país precisava de um partido de oposição de tendência socialista. Era evidente que — com a prudência aconselhada pelo passado repressivo — Odinga e seus seguidores estavam propondo abertamente uma alternativa externa, considerando esgotada a etapa de trabalho dentro do Kanu.



A vitória de Rawlings em Gana e a grave situação sócio-econômica do Quênia motivaram o levante dos oficiais da força aérea

A direção do Kanu considerou essas declarações suficientes para expulsar Odinga e Anyona do partido, o que ocorreu em 13 de maio. Embora muitos observadores acreditem que esse acontecimento teria influenciado o levante da aeronáutica, não tinham surgido, ao menos nas semanas seguintes à intentona, indícios de contatos recíprocos.

Mas, independentemente de eventuais vinculações, os jovens oficiais foram motivados pela gravidade da situação sócio-econômica e pelo exemplo de outros militares revolucionários vitoriosos,

como Jerry Rawlings em Gana e Samuel Doe na Libéria. (Exemplo disso são as suas palavras-de-ordem contra a corrupção e as desigualdades sociais e a favor de profundas reformas de cunho nacionalista).

A economia queniana depende do Ocidente, e Arap Moi entregou aos EUA dois aeroportos e uma base no porto de Mombasa, de importante valor estratégico, que permitem às forças armadas norte-americanas o acesso ao oceano Índico.

A crise econômica do país foi

impulsionada pela imitação do modelo capitalista de desenvolvimento. O centro de Nairóbi é moderno e rico e a burguesia usufrui de um alto nível de vida, mas a prosperidade do Quênia acaba ali. As camadas mais pobres vivem amontoadas na periferia da capital e há miséria no interior do país.

A crise do modelo viu-se agravada pela queda dos preços do chá e do café, os dois principais produtos de exportação do país, submetido a monoculturas de exportação. A renda per capita decresceu, assim, ininterruptamente, durante os últimos quatro anos.

Um caminho perigoso

Nesse país de 17 milhões de habitantes com um índice demográfico de quase 4% anual — um dos mais altos do mundo — 250 mil jovens lutam cada ano para ingressar no mercado de trabalho. O governo lançou o plano de desenvolvimento 1979-83, que só previu a criação de um terço dos empregos necessários.

Os aviadores haviam percebido claramente a gravidade da situação e se sentiram compelidos a transformá-la. Mas tudo indica que careciam de experiência pois não conseguiram aliciar a oficialidade do exército, onde também havia adversários do regime.

A derrota implicou a eliminação de todos os quadros progressistas da força aérea, assim como de numerosos dirigentes estudantis, totalizando uns três mil presos políticos. Para o regime, a tentativa de golpe significou o fim de um longo período de estabilidade política e uma vigorosa advertência: Arap Moi terá de optar entre modificar sua política ou lançar mão de uma repressão crescente para sufocar o clamor popular. Os observadores se inclinam a opinar que será por esse caminho perigoso que o governo optará.

Uma constituição de botas

A Junta militar no poder pretende impor um projeto de constituição que apenas disfarça o seu caráter ditatorial

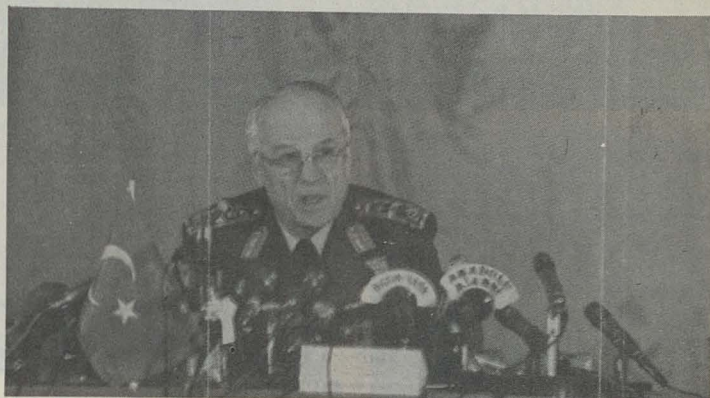
Agustín Castaño

Ditadura disfarçada ou ditadura sem máscaras: essa é a proposta que surge do projeto de constituição que a Junta militar gostaria de impor mediante um referendo em novembro. Mas apesar da censura e da repressão, a divulgação em fins de julho dos 200 artigos do projeto, levantou inúmeras críticas que, segundo alguns observadores, poderiam induzir o poder militar a emendá-lo parcialmente.

Aqueles que pensam assim, raciocinam que a Turquia, aspirante a ingressar na Comunidade Econômica Européia (CEE), não pode ter um regime contrário à democracia liberal sem que as portas da CEE lhe sejam fechadas e expondo-se à deterioração de suas relações com o velho continente.

Outros acreditam que nem a recusa interna ao seu projeto, nem a externa, serão suficientes para neutralizar o propósito da Junta militar de implantar um regime autoritário a longo prazo e a pressa do general Kenan Evren, titular da Junta, de perpetuar-se no poder.

As declarações dos próprios militares parecem dar razão aos últimos. Pouco depois da apresentação do projeto, perguntaram ao general Evren o que aconteceria se o resultado do referendo de novembro fosse negativo. "Isso significaria que o



O projeto de constituição do general Evren sofreu severas críticas

povo está contente conosco", respondeu.

O primeiro-ministro, almirante Bulent Ulusu foi (se isso é possível) ainda mais explícito: "Neste caso, o meu governo continuará", declarou. Está caracterizada, portanto, uma usurpação de poder. Se deveria, então, votar em favor da nova Constituição, ainda que origine um governo autoritário, já que do contrário a Junta militar continuará no poder. O povo turco teria que escolher entre os dois males, aquele que considere o menor.

Um golpe como tantos

Após um período caótico que pôs o país à beira da guerra civil,





As proibições, a censura e a forte repressão tornam tenso o clima da Turquia, invalidando o projeto de institucionalização do regime

insustentável do ponto de vista jurídico, que vários membros do comitê o criticaram abertamente.

Eis os principais aspectos do projeto:

- Ao presidente é atribuído poderes quase ilimitados e os altos comandos exerceriam, de fato, o controle do governo.

- As restrições às liberdades públicas e à imprensa são severas e o papel dos sindicatos ficaria completamente diminuído.

- Tanto o governo quanto o Parlamento poderão ser dissolvidos pelo presidente, cujo mandato seria de sete anos, durante os quais não terá que prestar contas a ninguém de suas decisões.

- Estão ilegalizados o comunismo, o fascismo e os partidários de um Estado religioso.

- Permanece em vigor a dissolução dos partidos e a cassação dos direitos políticos de numerosos políticos e sindicalistas, em sua maioria progressistas.

Estas proibições, junto com a repressão, a censura e o temor político generalizado, tiram a va-

lidez da singular institucionalização que os militares pretendem impor.

Muitas críticas

O projeto só foi elogiado pelo presidente da confederação empresarial, Halit Narin, e por alguns expoentes da direita. Fora desse âmbito minoritário, choveram críticas, inclusive da imprensa moderada que se expressou com a cautela que a situação exige.

Do ponto de vista social, quem melhor definiu o projeto foi a *Turk-Is*, a confederação centrada de trabalhadores, que por ter essa orientação é tolerada pelo regime. "Corre-se o risco de que os desejos dos patrões sejam institucionalizados", manifestou um documento da *Turk-Is*, onde também se denuncia a tentativa de calar a imprensa e tirar a eficácia dos sindicatos.

É verdade que os expoentes da esquerda são os maiores adversários do projeto constitucional, mas ninguém tem a possibilidade de conhecer suas opiniões. Estão presos ou ameaçados de ir para a prisão se abrirem a boca.

a Junta de comandantes tomou o poder em setembro de 1980. Prometeu a restauração do sistema democrático após a eliminação das causas da desordem e da violência. Evren instituiu um conselho consultivo de 160 membros, todos designados pela Junta.

O Conselho nomeou um comitê constituinte e encarregou-o de redigir um projeto de constituição que, após ser examinado pelo próprio Conselho e, em última e definitiva instância, pela Junta, seria submetido ao referendo.

No Conselho, naturalmente, predominam os conservadores. Mas o projeto é tão autoritário e

A morte de Koirala

O desaparecimento do líder e símbolo da oposição nepalesa deixa-a com a responsabilidade de substituí-lo e reativar o movimento contra a monarquia absoluta

Narinder Koshla

A morte do líder da oposição do reino do Nepal, Bisweswok Prasad Koirala, em 21 de julho último, constitui uma grave perda para o movimento de democratização desse país. Ele era chamado popularmente de B. P. e faleceu aos 67 anos de idade, após uma vida marcada pela resistência, a perseguição, a prisão e o exílio.

Ele desaparece quando a oposição e seu próprio Partido do Congresso Nepales (PCN) estão divididos e isolados.

Koirala era um membro da velha guarda da Internacional Socialista e sofreu influências, no início de sua atividade política, do movimento independentista da Índia. Naquela época, o país era dominado pela família Rana, que controlava o governo e manteve o território isolado do mundo durante um século.

O clã autocrático foi derrotado em 1951 e, em 1959, realizaram-se as primeiras eleições no reino. Triunfou o PCN de Koirala e este tentou executar um programa de modernização que incluía a reforma agrária, uma política de redistribuição das receitas e a criação de uma administração pública, virtualmente inexistente.

Contudo, em decorrência da Constituição, o Congresso dependia do monarca, depositário da soberania e do poder real. O analfabetismo atingia a grande maioria da população e, segundo as tradições religiosas, era atribuída ao rei uma natureza divina.

Pouco depois de um ano de



A monarquia: alvo de Koirala

governo houve um enfrentamento entre Koirala e o então rei Mahendra, que dissolveu o Congresso e encarcerou o líder do PCN. Mahendra restabeleceu a monarquia absoluta e impôs um regime que exclui os partidos políticos e que, com ligeiras modificações, ainda se encontra em vigência.

Exílio e prisão

Koirala permaneceu oito anos na prisão e, depois, mais oito anos exilado na Índia. Retornou ao reino do Himalaia em 1976 e foi novamente detido. Posteriormente, permitiram-lhe sair do país para onde voltou, pela última vez, em 1978.

A luta de Koirala e da oposição nepalesa estão dirigidas con-

tra a monarquia absoluta e o *Panchayat* (Congresso), cuja função consiste em aprovar os projetos remetidos pela casa real.

O PCN concordou em aceitar um projeto de constituição que reconhecesse à monarquia um papel limitado, mas que entregasse o governo a um sistema pluripartidário. Apesar da concessão, o rei recusou qualquer tipo de reforma.

Sob a regência do atual rei Birendra realizou-se, em 1980, um plebiscito sobre o regime do *Panchayat* e sua alternativa, o sistema pluripartidário. O *Panchayat* recebeu 55% dos votos e o pluripartidarismo 45%.

Nessas condições, a porcentagem obtida pela oposição constituiu um excelente resultado, que demonstrou o desejo de mudanças em amplas camadas sociais.

A sociedade nepalesa está condicionada pelas estruturas feudais e a oposição tinha dificuldades em comunicar-se com a população rural, que é majoritária no país, enquanto que o peso da tradição e da religião a levava a apoiar o monarca.

Diante das eleições do ano passado, a oposição, considerando que não contava com as garantias mínimas, recusou-se a participar. Foi uma decisão difícil, que alguns setores consideraram equivocada.

Foi eleito o primeiro-ministro, Surya Bahadur Thapa, e a participação nas urnas foi relativamente alta apesar dos apelos em favor da abstenção feitos pelos elementos oposicionistas.

Esta situação foi agravada pela doença de Koirala, o velho lutador, que sempre procurava sufocar as contradições no seio do PCN.

A morte de Koirala, líder e símbolo, deu-se, portanto, num momento negativo para a oposição nepalesa, que encara a responsabilidade de substituí-lo e de reativar o movimento contra o regime monarquista. ●

Operação Fênix

O massacre de civis em Sabra e Shatila não foi um "excesso condenável", mas sim parte de um plano premeditado de extermínio. A crise de consciência que esse novo holocausto criou nos judeus pode mudar o panorama no Oriente Médio

Roberto Remo

O "Plano Sharon", denunciado por cadernos do terceiro mundo em sua última edição, continua sendo cumprido ao pé-da-letra. Para aqueles que não o leram nessa oportunidade, devemos lembrar que os detalhes do plano foram publicados em março deste ano (três meses antes da invasão do Líbano pelas forças israelenses) na revista *Israel & Palestine*, editada em inglês, em Paris.

Ali podia-se ler textualmente: "Os planos (do ministro da Defesa israelense, Ariel Sharon) prevêem a ocupação da capital libanesa para assassinar ou destruir toda a atual direção da OLP. A tomada de Beirute seria acompanhada por uma 'internacionalização' da ocupação do Líbano e acabaria com a retirada israelense (depois que terminasse a primeira onda de assassinatos em massa) para ser substituída por uma força internacional sob controle norte-americano. Não é por acaso que parte dos atuais funcionários norte-americanos na embaixada em Beirute tinha desempenhado funções, no passado, no Laos, Tailândia e Vietnã, onde participaram do planejamento da 'Operação Fênix': o assassinato maciço de vietnamitas suspeitos de serem simpatizantes do Vietcong".

A encarniçada resistência palestina parecia ter driblado Sha-

ron. Israel não conseguiu tomar Beirute Ocidental em dois meses de guerra e, tanto a direção palestina como os combatentes da OLP se retiraram de Beirute sob a escolta — e até com honras militares — de uma força multinacional norte-americano-franco-italiana.

Mas nem por isso Sharon iria renunciar a seus objetivos. A força que supervisionava o cessar-fogo retirou-se de Beirute assim que o último palestino armado partiu, deixando sem defesa milhares de civis palestinos e libaneses muçulmanos, ilhados entre os

fogos de seus arquiinimigos cristãos maronitas a leste e o exército israelense ao sul.

A poeira da explosão que matou o recém-nomeado presidente libanês Bashir Gemayel ainda não havia assentado e Israel já aproveitava o pretexto para avançar sobre Beirute Ocidental e tomar toda a capital, violando descaradamente o cessar-fogo. Gemayel tinha muitos inimigos e nenhum dentre eles assumiu a responsabilidade da bomba (100 quilos de dinamite) que pôs fim à sua vida. Podem ter sido as milícias cristãs do ex-presidente Ca-



Os corpos demonstram a hipocrisia das justificativas de Sharon



O massacre de civis palestinos foi condenado até em Israel

mille Chamoun — apelidados “os tigres” — contra os quais a falange *Kataeb* de Gemayel lutou várias vezes, até que Bashir conseguiu impor sua direção política e militar sobre toda a comunidade maronita. Podem ter sido libaneses muçulmanos, contra os quais Gemayel lutou numa sangrenta guerra civil, em 1976. Podem ter sido agentes de qualquer país árabe, já que todos eles foram desafiados por Gemayel quando este se aliou a Israel. Mas de uma coisa se pode ter certeza: não foram os palestinos, cujos combatentes já estavam fora do Líbano. E surpreende que a ninguém tenha ocorrido levantar a hipótese que o atentado pode ter sido obra dos próprios israelenses. Afinal de contas, qualquer romance policial de segunda classe ensina que a primeira pergunta a ser feita é quem lucra com o crime. E, por outro lado, muitos judeus devem se lembrar do papel do clã de Gemayel como aliado dos nazi-fascistas durante a Segunda Guerra Mundial, embora esse passado recente não pareça preocupar Begin e Sharon, que agora acusam o Vaticano de não ter defendido os judeus naquela oportunidade, mas não va-

cilam em firmar uma aliança com um partido que continua se chamando de “falangista” e que jamais renegou esse passado.

Monumento à hipocrisia

“As forças israelenses tomaram posições em Beirute Ocidental para prevenir o perigo da violência, o derramamento de sangue e a anarquia”, afirmou o gabinete israelense para justificar a invasão.

A frase merece ser gravada em mármore sobre as ruínas dos acampamentos de Sabra e Shatila, para que ninguém esqueça tamanha hipocrisia. Enquanto se comemorava em Israel o Ano Novo Judeu, os soldados israelenses em Beirute iluminavam o céu com fogos de artifício. Não estavam festejando. Estavam iluminando a cena para que as falanges *Kataeb*, no melhor estilo de seus modelos nazistas, vingassem a morte de um líder, assassinando impunemente quase dois mil civis em Sabra e Shatila.

Os detalhes do massacre são conhecidos. Não havia homens com idade ou condições de lutar nesses campos, porque todos os

combatentes palestinos já tinham sido evacuados. As vítimas foram crianças, anciãos, mulheres e houve até animais sacrificados.

A revista *Time* registrou que tudo aquilo não poderia ter sido possível sem a “cumplicidade, descuido ou incompetência” das forças israelenses encarregadas de evitar “a violência, o derramamento de sangue e a anarquia”. As hipóteses de incompetência ou descuido não resistem a nenhuma análise. E o próprio termo “cumplicidade” é fraco demais. Quem abre a porta do curral de ovelhas, pode ser considerado apenas cúmplice do lobo? Afinal, o próprio Sharon já começa a admitir sua responsabilidade.

Os pretextos israelenses disfarçavam tão mal o crime, como aquela frase atribuída aos cangaço do nordeste brasileiro: “Quem mata é Deus, eu só puxo o gatilho...”

O que não deve ser esquecido, na hora de julgar os criminosos (e o próprio Simon Wiesenthal, o famoso “caçador de nazistas”, afirmou que se os responsáveis não forem julgados, os judeus não poderão exigir mais o julgamento dos que ordenaram e executaram o *holocausto*, durante a Segunda Guerra Mundial), é que existe um plano traçado friamente por trás dos “excessos” em Beirute Ocidental. Um plano que Washington conhece e com o qual a administração Reagan colabora.

Como explicar então a presença de tantos veteranos das guerras da Indochina na embaixada norte-americana no Líbano? Como explicar a rápida retirada das tropas norte-americanas de Beirute Ocidental? Por acaso Reagan acreditou na palavra de Begin depois que ele anexou Jerusalém contra a posição da Casa Branca, anexou Golã contra a opinião da Casa Branca, continua implantando colônias na Cis-

jordânia contra a opinião da Casa Branca e invadiu o Líbano contra a opinião da Casa Branca?

Entretanto, em momento algum a Casa Branca ameaçou sequer cortar o fornecimento de armas e dólares que sustentam Israel e possibilitam a continuidade desses "desacatos".

A carta trabalhista

Ultimamente, insinua-se que algo começa a mudar nas relações norte-americano-israelenses. Por um lado, porque a violência inaudita da guerra em Beirute chegou aos vídeos de televisão dos norte-americanos e estes — como todos os homens e mulheres do mundo — reagiram com horror. Por outro, porque poderosos grupos transnacionais já não estão interessados na política agressiva de Israel e prefeririam uma aliança com os árabes "moderados" (Egito, Arábia Saudita, alguns emirados do Golfo), impossível de ser alcançada sem forçar Israel a fazer algumas concessões.

Por isso, o *premier* israelense denuncia agora uma campanha de desestabilização contra ele, enfatizando que "não é Allende". A comparação é um insulto à memória do presidente chileno assassinado, embora seja certo que Washington aposta cada vez mais na *carta trabalhista* no Oriente Médio.

O Partido Trabalhista de Shimon Peres explorou, de fato, o escândalo provocado pelo massacre para conquistar posições políticas, mas sua interpelação ao ministro Sharon no Parlamento israelense ficou muito longe de ser um questionamento radical. Em última instância, foi sob a condução do trabalhismo que Israel ocupou a Cisjordânia e a Faixa de Gaza em 1967, negando-se desde então a cumprir as resoluções das Nações Unidas, que exigiam a sua retirada.

É muito frágil o argumento

de que os trabalhistas poderiam fazer as concessões que os Estados Unidos precisam para tornar confiável sua política perante os aliados árabes. Quando Begin conquistou a posição de *premier* em 1977, raciocinava-se em Washington exatamente o contrário: Begin é um "duro" e, portanto, poderia fazer concessões aos palestinos sem ser acusado de fraco, tolerante ou traidor, como seria certamente um governante trabalhista que tentasse fazer a mesma coisa. A história se encarregou de mostrar a falácia dessa teoria. Poderiam agora os trabalhistas mudar o que já foi feito em caso de chegarem ao poder, sabendo que contariam apenas com uma frágil maioria?

Crise de consciência

Mas algo mais profundo que uma simples mudança na coalizão governamental está acontecendo em Israel. As 400 mil pessoas (mais de 10% da população do país) que saíram à rua para reivindicar uma investigação honesta das responsabilidades, não estão pensando em termos de eleições antecipadas ou de renúncias ministeriais, mas atravessam uma dramática crise de consciência. O Estado que se criou como esperança e promessa de que o Holocausto não se tornaria a repetir, utiliza os mesmos métodos criminosos que os judeus sofreram na própria pele há quatro décadas.

Até agora, as denúncias nesse sentido eram consideradas mera propaganda anti-semita pelos cidadãos israelenses e pelas comunidades judaicas no mundo (principalmente nos Estados Unidos), que tornam viável, através de seu apoio, a existência de Israel. Enquanto a guerra era travada entre Israel e os países árabes vizinhos, em condições de enfrentamento militar convencional mais ou menos equilibrado, os israelenses se viam a si

mesmos no papel de David contra Golias. Agora os papéis se invertem e cresce em Israel uma oposição consciente manifestada pelo movimento "Paz Agora" e outras forças político-sociais novas, à margem do tradicional jogo de partidos.

A crise que Israel começa a sofrer é uma crise de Estado, mais que uma crise de gabinete. A evolução dessa crise é imprevisível e não depende somente do que aconteça dentro de Israel e das comunidades judias no mundo. A Organização para a Libertação da Palestina está no ápice de seu prestígio internacional. Yasser Arafat recebe honras de chefe de Estado na Europa e a bênção papal no Vaticano. Os Estados Unidos procuram redefinir sua política para com o Oriente Médio e os governos árabes sofrem as pressões de seus povos visando uma tomada de posição mais firme.

Uma sincera autocrítica da maioria dos israelenses poderia conduzir a um diálogo franco com a OLP, passo prévio para a constituição de um Estado palestino ao lado de Israel e, talvez, para uma futura reconciliação que permita — como deseja o programa a longo prazo da OLP — a construção em toda a Palestina histórica de um único Estado, laico e progressista, no qual judeus, muçulmanos e cristãos possam conviver respeitando a igualdade de direitos.

Trata-se ainda de um sonho distante, mas não resta dúvida que o panorama da região não tornará a ser o mesmo depois de Sabra e Shatila, assim como a situação política no Vietnã tornou-se irreversível depois do massacre de My Lai. As guerras de libertação não se ganham somente nos campos de batalha, mas também nas manchetes dos jornais, nos canais de televisão e nos púlpitos, onde se forma essa força misteriosa mas decisiva que é a consciência da humanidade. ●

Procura-se um Napoleão

Depois da saída dos combatentes da OLP de Beirute, o país enfrenta profundas divergências internas. Para os palestinos, a questão continua: a criação de um Estado independente

Beatriz Bissio

“Neste momento, o Líbano precisaria de três homens: Napoleão, para que ganhasse a guerra; Bismarck, para que unificasse a Nação; e Henrique Duntant (fundador da Cruz Vermelha Internacional), para que curasse nossas feridas”.

Esse comentário da Rádio Nacional do Líbano, às vésperas da eleição de Bashir Gemayel, ilustra bem as dificuldades que o país dos cedros atravessa; e, sob todos os aspectos, o Líbano não terá no novo presidente Amin Gemayel nenhum dos três homens que precisa.

A saída de Beirute dos combatentes da OLP e a violência inaudita que se desencadeou na cidade depois dessa retirada demonstram que não era a organização palestina a causa da profunda divisão do Líbano. Existe nesse país uma situação que se arrasta há muitos anos sem solução e que está diretamente ligada à luta pelo poder. Uma comunidade cristã maronita, aliada de Israel, domina os principais pilares de um poder que, se fosse democrático, seria ao menos compartilhado em termos reais — não formais como até agora — com a população muçulmana, que é majoritária. Essa mesma população que esteve ao lado dos palestinos nesses difíceis tempos e que agora recebe como

herança inesperada da invasão israelense, além de todo o custo material da guerra, a imposição — disfarçada com uma máscara de eleição indireta — de um presidente de ideologia fascista; peça fundamental da estratégia israelense para articular no Líbano um governo dependente e servil a Telavive.

Uma segunda África do Sul?

O dirigente máximo da comu-

nidade drusa, Walid Jumblatt, líder do Partido Socialista Progressista, fundado por seu pai, Kamal Jumblatt, em declarações ao *Le Matin* de Paris afirmou, ao se concretizar a retirada da OLP de Beirute, que os libaneses muçulmanos temem ser tratados como a população negra da África do Sul, ou como os palestinos da margem ocidental do Jordão. Isto é, para eles, Gemayel na presidência não inspira mais confiança do que se estivessem regidos pelas regras do *apartheid*. “Gemayel está para romper o entendimento estabelecido desde 1943 e que, ainda que precariamente, permitiu a maronitas e muçulmanos compartilhar o poder no país”, declarou Jumblatt.

Representação muçulmana

De acordo com a Constituição do Líbano, o presidente deve ser escolhido entre os membros da comunidade maronita e o primeiro-ministro entre a população muçulmana. Mas será difícil para Gemayel (isso na hipótese de ele estar interessado em



respeitar esse preceito constitucional, o que é duvidoso) encontrar um representante dos muçulmanos libaneses que queira coparticipar de sua gestão sem antes não se comprometer a aceitar as reivindicações mínimas dessa comunidade.

O ex-primeiro-ministro Saeg Salam, cotado para o cargo, sem negar nem confirmar que estaria sendo consultado a respeito, adiantou que somente começaria a pensar no assunto se Gemayel lhe garantisse que evitaria nova guerra civil, dissolvendo todas as milícias, a começar pelas falanges. afirmou, além disso, que nesse ponto estão de acordo tanto os dirigentes muçulmanos moderados quanto os líderes da esquerda.

Por outro lado, Salam rejeitou a possibilidade de o Líbano chegar a assinar um acordo de paz com Israel, assinalando que a posição a seguir é a dos demais países árabes, ou seja, de rejeição à aliança formada em Campo David.

Um "triângulo de paz"

Não é essa a versão que anda difundindo o ministro da Defesa de Israel, Ariel Sharon, que declarou em Nova Iorque que o Líbano ia aderir à estratégia dos acordos de Campo David, criando com Israel e o Egito um "triângulo de paz".

Reunidos em Trípoli, ao norte do Líbano, dirigentes muçulmanos formularam uma declaração na qual qualificaram de "ilegal" a eleição de Bashir Gemayel para a presidência da República e se comprometem a organizar uma força operacional conjunta político-militar para dirigir o Líbano Norte (que não foi ocupada por Israel).

Essa postura não muda com a substituição de um Gemayel por outro. Questões importantes ainda estão sem resposta. Por exemplo: o que vai acontecer com as

tropas israelenses? Em momento algum, nem Begin nem Sharon nem o próprio Reagan definiram qual era o prazo para a retirada do exército invasor. Tudo permanece no terreno das incógnitas, com declarações contraditórias e evasivas.

Tenta-se condicionar a retirada de Israel à das tropas sírias. Mas não há comparação entre uma e outra. Enquanto Israel entrou no Líbano como exército invasor, os sírios estão em território libanês com a aquiescência das autoridades do país. E poucos libaneses duvidam que se não fosse pela presença dos mísseis sírios no Vale de Bekaa e pelo importante desempenho de suas tropas, a invasão israelense teria podido avançar muito mais.

Situação perigosa

Alguns observadores calculam que, no caso de não se conseguir a retirada israelense ou a dos dois exércitos de forma conjunta, com alguns compromissos por parte do novo presidente, poderia ocorrer uma situação perigosa: a divisão do território libanês entre os dois exércitos. Isso, além de ser um permanente convite a uma nova guerra, deixaria o Líbano sem nenhuma autoridade real para começar a discutir o seu futuro.

Contudo, uma coisa é clara: caso Israel (e Gemayel) insistir em condicionar a retirada a uma igual decisão das tropas sírias, a guerra será a espada de Dâmocles que pesará sobre o território libanês por um longo tempo.

Para os sírios, não se trata apenas da defesa de seus aliados libaneses. Damasco está a menos de 20 quilômetros da fronteira com o Líbano. Tanto o presidente Hafez Assad quanto os estrategistas militares sírios sabem que a hipótese de uma guerra com Israel não pode ser descartada. E, nesse sentido, a presença militar no Vale de Bekaa cumpre

também um papel de defesa do próprio território sírio. Esses mesmos analistas militares, estudando a evolução do expansionismo israelense, deduzem que a invasão do Líbano não era um fim em si mesmo, mas parte de uma aspiração estratégica e geopolítica dos governantes de Telávie, pela qual a Síria e a Jordânia estão ameaçadas.

Uma ocasião para deixar bem clara a posição síria foi durante a visita do ex-presidente Frangieh a Damasco, no dia 31 de agosto passado. Nessa oportunidade, o ex-chefe de Estado libanês disse claramente ser contra a eleição do líder das falanges direitistas para a presidência do Líbano: "As forças e as personalidades nacionais rejeitam o poder que está colaborando com os ocupantes israelenses. Continuaremos a luta para pôr fim à invasão sionista", afirmou.

E respondendo a seu hóspede, o presidente Assad se comprometeu a manter-se ao lado das forças libanesas que lutam contra os invasores.

A questão palestina

Se o futuro do Líbano não apresentou nenhuma solução através dos acordos estabelecidos nas diversas capitais do Oriente Médio por Philip Habib, muito menos aconteceu no que diz respeito ao destino do povo palestino.

O massacre nos campos de refugiados de Sabra e Shatila demonstrou que os palestinos jamais poderão se sentir seguros enquanto não tenham uma pátria, assim como reavivou ante a consciência do mundo a necessidade de saldar, o quanto antes, a tremenda dívida que a Humanidade tem para com esse povo.

Yasser Arafat tinha adiantado que o Congresso Nacional Palestino (o Parlamento no exílio) aceitava iniciar o diálogo com as forças democráticas israelenses e

que a OLP estava disposta a estabelecer relações com qualquer um que reconheça o direito dos palestinos à autodeterminação. E cresce, inclusive dentro de Israel, o sentimento de que uma solução justa passa pela construção de uma pátria palestina.

Segundo uma enquête do *Jerusalem Post*, enquanto em maio passado só 38,5% dos israelenses adultos eram favoráveis à devolução dos territórios ocupados, em



agosto, a cifra tinha aumentado para 51,2%. E isso, antes dos massacres de Beirute, que sensibilizaram ainda mais os israelenses não cegos pelo fanatismo de Begin e Sharon.

A proposta norte-americana

Enquanto Begin prosseguia sua política de estabelecimento de colônias nos territórios ocupados e quando já se esperava que o próximo passo de seu governo fosse a anexação de Gaza e da Cisjordânia, o presidente Reagan lançou "uma iniciativa de paz para o Oriente Médio", ampliando o alcance dos Acordos de Campo David.

Em mensagem dirigida a Begin, o presidente dos Estados Unidos não somente o instava a pôr fim ao estabelecimento de novas colônias, como também

Para Walid Jumblatt (à direita), líder da comunidade drusa, agora a maioria não cristã dos libaneses teme viver um regime de apartheid



anunciava a intenção de propiciar a criação de uma entidade palestina com *autogoverno*, ampliando assim os conceitos de *autonomia palestina* previstos nos acordos firmados por Carter em 1978.

"A paz não pode ser obtida com base na soberania ou controle de Israel (sobre os territórios ocupados)", assinala o comunicado oficial de Reagan a Begin. Essa proposta está longe de satisfazer às aspirações palestinas — já que Washington continua se opondo à criação de um Estado palestino independente. A comunidade internacional também vê com desconfiança uma iniciativa que em vez de ser colocada no seio das Nações Unidas — o foro natural para se discutir o problema palestino, já que o Estado de Israel foi uma criação da ONU — é canalizada exclusivamente para os interlocutores da Casa Branca nos Acordos de Campo David — Egito e Israel — e para os Estados árabes mais próximos da política norte-americana.

Mas essa iniciativa significa um recuo de Washington em relação à sua própria estratégia — traçada em Campo David — já que implicitamente reconhece que a autonomia, nos termos em que foi colocada, é inaceitável e inviável.

Para a OLP, continua em primeiro lugar a questão de seu reconhecimento. Os Estados Unidos não poderão discutir o autogoverno palestino — se realmente querem consegui-lo — sem falar com os palestinos. E falar com os palestinos, hoje mais do que nunca, significa a OLP sentar à mesa de negociações. Se esse passo fosse dado, ainda que se começasse a discutir um projeto que já nasce viciado pelo seu espírito restritivo e seu caráter neocolonial, a negociação política para os problemas do Oriente Médio poderia estar em gestação. ●

A ajuda militar norte-americana a Israel

Cláudio Nino

De acordo com os anuários internacionais sobre comércio de armas, 90% do armamento recebido por Israel desde 1979 até agora provém dos Estados Unidos e constituem uma ajuda essencial para todo o seu poderio bélico.

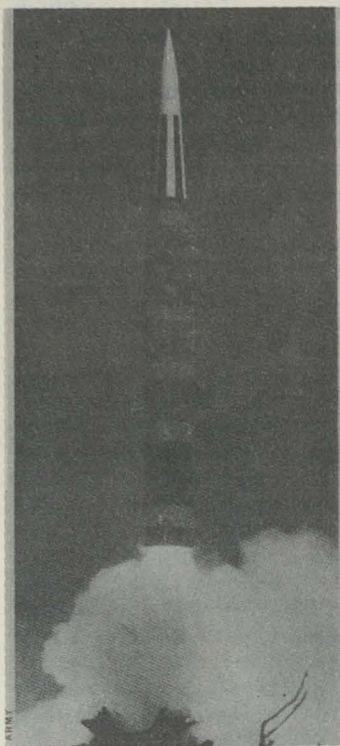
Os peritos militares concordam que, mesmo contando com sua própria indústria bélica, o nível tecnológico das armas enviadas pelos Estados Unidos não poderia ser substituído por nenhum outro país.

Trata-se não só de grandes quantidades de meios bélicos mas também de um conjunto integrado e completo de sistemas de armas utilizado pela aviação, pela marinha e pelo exército israelenses.

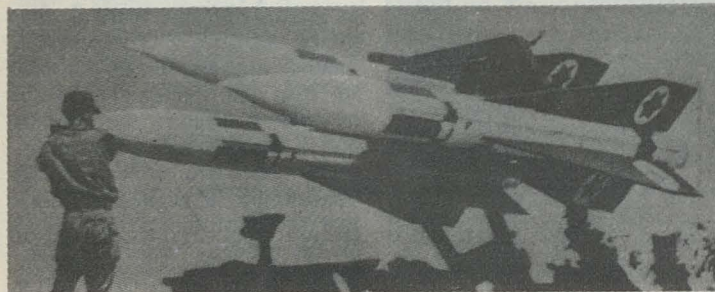
Ao setor da aeronáutica, carro-chefe de Israel, os Estados Unidos acrescentaram centenas de *Phantom* F-4 que, a partir de 1979, massacraram diariamente as populações libanesas e palesti-

nas e entregaram 76 caças-bombardeiros F-16 A e 35 caças interceptadores F-15, *Eagle*, dotados do mesmo sistema eletrônico avançadíssimo dos aviões da força aérea norte-americana.

Nenhuma força aérea da Otan recebeu um número parecido de



A alegação dos Estados Unidos de que não pode impedir as ações bélicas de Israel soa hipócrita, já que a maior parte do armamento altamente sofisticado que compõe o arsenal israelense provém da potência norte-americana



aviões desse tipo. Para armarem suas esquadrilhas, as indústrias bélicas norte-americanas já enviaram a Israel 600 mísseis ar-ar AIM 91 e 600 ar-terra AGM 65A, assim como trinta helicópteros do tipo 209HS *Cobra* com 600 mísseis antitanque GGM 71A, *Town*. As forças terrestres israelenses receberam cinco mil mísseis antitanque *Dragon*, FGM 77A.

Marinha e exército

A marinha de guerra, que se destacou nos ferozes bombardeios contra Beirute, recebeu em dois anos cem mísseis antinave *Harpoon* RGM 84, de rendimento superior ao do famoso *Exocet* utilizado pela Argentina nas Malvinas.

Suas forças terrestres, executoras diretas dos planos de extermínio cinicamente chamados de "Paz para a Galiléia", receberam: 200 canhões auto-motrizes M-109 A-1, de 155mm, capazes de disparar oito projéteis por minuto, ininterruptamente; 600 blindados M-113 A2 (transportes, tropas e veículos de combate de infantaria), que constituem o núcleo central da sua infantaria mecanizada, setenta tanques M-60 A3 de 50 toneladas, armados com um canhão de 105mm, junto com 56 veículos blindados do tipo M-548 e 98 do tipo M-577 A1. Ficou pendente o fornecimento de 130 tanques M-60.

São de fabricação norte-americana as armas e obuses que mataram e matam nas ruas de Beirute, Tiro e Sidon. O embaixador itinerante de Reagan, Philip Habib, dificilmente poderá explicar isso, não só perante os palestinos e libaneses como a todo o mundo árabe. As declarações da administração Reagan, segundo as quais "não tem elementos para obrigar Israel a cessar suas ações bélicas", soam hipócritas. Os elementos que indicam o contrário estão sobrando e as armas também.

“Beirute: um milagre de heroísmo”

“Vou embora, mas meu coração fica em Beirute”, foram as poucas palavras pronunciadas por Yasser Arafat ao abandonar a capital libanesa, no dia 30 de agosto passado.

Durante a sua partida, Arafat, presidente da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), foi escoltado por um destacamento das tropas francesas que custodiavam a capital libanesa.

O líder palestino levava na mão um ramo de oliveira e embarcou no navio grego *Atlantis*. Antes de dirigir-se ao porto, Arafat foi saudar em suas próprias casas alguns dirigentes da esquerda libanesa, entre eles seu líder, Walid Jumblatt, e tornou pública uma mensagem de despedida ao povo libanês.

Este é o texto da mensagem:

Beirute, 30 de agosto de 1982.

“Meu querido povo libanês, bravos habitantes de Beirute,

queridos irmãos, heróis das forças conjuntas: quero dirigir-me a todos vocês, a cada homem, cada mulher e cada criança, depois da hora histórica que vivemos juntos, lado a lado, nas trincheiras de nossa luta.

“É uma luta que travamos juntos com sangue e sacrifícios, com angústia e sofrimentos, com determinação, com fé, com vontade, escrevendo juntos essas gloriosas páginas da história de nossa Nação Árabe: a epopeia de Beirute.

“O mundo inteiro acompanhou, retendo a respiração, essa página de resolução e heroísmo escrita pelos bravos cidadãos de Beirute e seus irmãos, os defensores da cidade, assaltados pela mais destrutiva máquina de guerra norte-americana-israelense da história contemporânea.

“Nessa desprotegida trincheira árabe, a coesão revolucionária

palestina-libanesa se fortaleceu na luta comum, unidos sob o inferno desencadeado por milhares de toneladas de bombas com que nos atacaram, noite e dia, por terra, mar e ar, durante quase três longos meses.

“Beirute ergue-se hoje como um milagre de heroísmo, cuja inspiração reside na decisão que assumimos em conjunto, palestinos e libaneses, de defender a cidade contra a invasão criminosa, nas mais difíceis circunstâncias às quais a Nação Árabe nunca antes se expusera. Isso fez de Beirute um símbolo que permanecerá vivo na história.

“O Líbano árabe abriu seu coração para abrigar nele a nossa revolução e a nossa justa causa, honrando a tradição de resistência de nossa Nação, cuja defesa nossos antepassados assumiram contra os invasores e suas ambições.

“Por mais que tentasse, esforçando-me de todas as maneiras possíveis, não seria capaz de expressar com palavras os sentimentos de amor e gratidão que meu coração guarda e que englobam todos aqueles que aderiram à nossa Revolução com amor, simpatia e sacrifícios. As palavras não servem para evocar a relação inquebrantável que a luta criou entre nós e que nos lembra os companheiros do Profeta, em contraste com a falta de amizade e companheirismo que observamos em tantos lugares.

“Irmãos: avançamos por nossa própria conta, ao longo de uma experiência única que vivemos em comum e que fez o Líbano e os palestinos entrarem nos corações, almas e consciências de todo o mundo. Nos dias que passaram, lutamos juntos em nosso baluarte de Beirute, assediado pelo poderoso exército norte-americano-israelense. Beirute cresceu muito mais, para além de suas fronteiras geográficas e numa extensão muito mais vasta do que seus dez quilômetros quadrados de superfície.



A guerra no Líbano deu a Arafat e à OLP uma grande vitória política



A heróica resistência palestina, apoiada quase que apenas pelos libaneses progressistas, evidenciou as divergências interárabes

"O potencial humano e material de Beirute se mostrou verdadeiramente grande diante das armas destrutivas dos modernos arsenais, armas proibidas internacionalmente. É necessário dizer que nossa batalha espalhou a semente das grandes mudanças que nossos povos e nações esperam. O manancial do sangue palestino-libanês derramado nessa luta, que flui de massacres e tragédias, destruição e escombros e de uma longa lista de mártires, afirmou a glória de nossa posição resoluta, a vontade de resistir e o milagre de sacrifício.

"Os ecos deste despertar ganharão força com o passar do tempo. Sua lição e seus efeitos

concretos fizeram cair o véu das ilusões que cobria o mundo árabe. Este despertar pôs em relevo capacidades que foram provadas na legendária batalha de Beirute e nossas táticas de combate contra os fascistas criminosos desmentiram os manuais militares.

"Os acontecimentos desses últimos gloriosos dias representam a derrubada dessas ilusões doentias, de uma vez por todas. Esses acontecimentos consolidaram as capacidades das massas árabes, armadas em primeiro lugar com a vontade de combater num confronto inevitável e construir, desse modo, o futuro de nossos filhos em nossa querida terra, de maneira que não vivam escravos

na nova era que a invasão israelense iniciou.

"O destino desta Nação é a *Jihad* (guerra santa), até que passemos a nossos filhos e às futuras gerações uma bandeira que possamos fazer ondular em liberdade.

"Tenho uma palavra a dizer àqueles irmãos libaneses com quem, no passado, tivemos diferenças por várias e diversas razões. Quero dizer a esses irmãos, inspirado num sentimento de fraternidade e no destino comum que enfrentamos, que lutamos e entregamos nossos mártires em defesa do Líbano. Aqueles que entregaram seu sangue e sua alma são amados por nosso coração. Sacrificaram-se em defesa desta boa terra, na qual nossos avós viveram e na qual viverão nossos filhos.

"Esta terra continuará sendo árabe, gostem ou não os agressores, queiram ou não os criminosos invasores. As lições do passado e do presente são um grande ensinamento para o futuro que nos espera, para percorrer o caminho da *Jihad*. Aqueles que criaram a lenda da resolução também sabem agora como transformar este novo despertar revolucionário num signo de luz e de vitória ao longo de um áspero caminho de sofrimentos: o caminho do Gólgota, em direção à libertação palestina e em direção à nossa cidade de Jerusalém."

CONDECORADOS OS DEFENSORES DE BEIRUTE

□ Na cerimônia de despedida realizada em 30 de agosto no porto de Beirute, o líder da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), Yasser Arafat, comunicou ao primeiro-ministro libanês, Chafic Wazzan, a decisão dos chefes da Revolução Palestina de concederem a condecoração "A firmeza de Beirute" a todos os heróicos combatentes que defenderam essa cidade, cujo exemplo "permanecerá como guia para as gerações futuras".

Arafat solicitou a Wazzan que transmitisse essa distinção, com todo o carinho e a gratidão do povo palestino, a todos os habitantes de Beirute e do Líbano, como símbolo de unidade até que as bandeiras da Nação Árabe possam ser içadas bem alto em Jerusalém libertada.

A condecoração, em forma de pergaminho, tem uma inscrição que diz: "A todos aqueles que compartilharam da honra da Jihad (guerra santa) em defesa da heróica cidade de Beirute, por orgulho e resolução dessa gloriosa cidade que desafiou



os sionistas, cujas forças invasoras não puderam nela penetrar. Essa população suportou um rigoroso sítio de três meses, foi capaz de enfrentar repetidos assaltos e os mais violentos bombardeios por terra, mar e ar durante dias e noites. Apesar de tudo, Beirute permaneceu firme e orgulhosa desafiando os invasores e inscrevendo uma gloriosa epopéia de heroísmo e uma nobre imagem de sacrifício e firmeza".

CHASQUI

REVISTA LATINOAMERICANA DE COMUNICACION

- POR UMA NOVA ORDEM INFORMATIVA
- NOVAS CORRENTES TEÓRICAS DA COMUNICAÇÃO
- COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA
- INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E PEDAGÓGICAS
- DEMOCRATIZAÇÃO DOS SISTEMAS INFORMATIVOS

Dirija-se a CHASQUI, apartado 584, Quito, Equador



OPOSIÇÃO? SÁ'TIRA?
MOLECAGEM? SÓ NO
PASQUIM!

TODA QUARTA-FEIRA
NAS BANCAS!

MAS FAZENDO UMA
ASSINATURA SAI
MAIS BARATO!



EDITORA CODECRI LTDA.

Rua Saint Roman, 142 — Copacabana
22.071 — Rio de Janeiro — RJ.

quero fazer uma assinatura do PASQUIM. Para
isso estou enviando cheque nominal à EDITORA
CODECRI LTDA. no valor e prazo anotados
abaixo.

**Assinatura
anual**

4.800,00

EXTERIOR - 150 dólares

**Assinatura
semestral**

2.800,00

EXTERIOR - 90 dólares

NOME

ENDEREÇO

CEP

CIDADE

EST

O grupo partiu para a praça pública, para o contato direto com o povo, a fim de provocar a eclosão do teatro que já existe na rua e, dele, extrair as bases de uma linguagem não colonizada

Angela Masulani



Um teatro que descoloniza

Céu aberto. Um dia qualquer, sem aviso, você pode estar andando em alguma cidade do Brasil e se deparar com um alegre bando de pessoas, chegando a uma praça ou acontecimento público.

Eles acreditam que o futuro está no homem e na instalação de uma nova sociedade. E para que isso aconteça, resgatam a memória histórica de seu povo e, com jogo e sensualidade, tentam driblar as armadilhas da ideologia.

Esse grupo — que já foi o “Grupo de Niterói” — hoje é o “Tá na Rua” e tem em Amir Haddad (ver entrevista) o fio de sua continuidade ao longo dos últimos oito anos, trabalhando em busca do que chamam de “a utopia representada”, em busca de uma linguagem que descolonize.

Um resumo histórico

Desde 1974, o “Tá na Rua” vem se dedicando sistematicamente a pesquisas e investigações na área da linguagem, e especificamente, da linguagem teatral.

Nascido da inquietação que levou à produção do espetáculo “Somma” ou “Os melhores anos

de nossas vidas”, esse grupo vem trabalhando ininterruptamente desde aquele ano. Inicialmente, isolado em Niterói — para onde se dirigiu depois da interrupção daquele espetáculo pela Censura — o grupo foi aos poucos se reestruturando e gradativamente abandonando seu isolamento. A sua base é um profundo trabalho de investigação, não apenas do espetáculo teatral mas também de tudo o que o envolve e dele se desenvolve, desde a formação do grupo até a escolha do texto, desde a forma de produção dos espetáculos até as relações internas do trabalho, que podiam — e podem — determinar a natureza do produto final, colocando-o fora do controle do grupo que o produz.

Dos estudos e conclusões do grupo inicial nasceu o atual “Tá na Rua”, somando os investigadores remanescentes do trabalho em Niterói com alunos dos cursos dados por Amir Haddad, organizador da pesquisa em Niterói e professor de teatro no Rio.

Com três anos de atividades externas, o “Tá na Rua” tem se apresentado em várias cidades do Brasil e em quase todas as praças e diversas ruas do Rio de Janeiro, além de realizar vários cursos

e oficinas tanto no Rio como em outras cidades brasileiras tais como Juiz de Fora, Volta Redonda, Belo Horizonte, São Paulo, Ouro Preto, e nos estados da Paraíba, Pernambuco, Goiás, por meio de convênios com instituições como a Fundação Rio, a Universidade Federal da Paraíba, a Prefeitura do Recife, o Sesc etc.

Propostas

O “Tá na Rua” prepara-se agora para ampliar ainda mais as suas atividades, passando para isso por uma transformação de sua realidade econômico-financeira. Para tanto, dedica-se no momento a uma campanha de levantamento de recursos que venha permitir o pleno desenvolvimento dos seus vários projetos que compreendem:

I — Transformação do núcleo original do trabalho em um instituto que se dedicará: a) à investigação da linguagem teatral e da educação popular; b) ao crescimento individual e coletivo do ser humano através do teatro; c) ao setor de dramaturgia, com a montagem de autores nacionais; e d) à continuação — essencial para o grupo e para a sua história — das atividades do teatro de

rua, fonte inesgotável de conhecimentos e informações.

II — Procurará, também, uma forma de melhorar suas atuais condições de trabalho (uma pequena sala cedida pelo Centro Cultural da CEU — Casa do Estudante Universitário, no Rio), dada a necessidade premente de conquista de novos espaços que permitam a expansão de suas atividades, aí incluídas as didáticas (cursos, palestras, debates teóricos a respeito da história do teatro e do espetáculo etc.), além de cursos e atividades de formação de atores, com vistas ao desenvolvimento de mão-de-obra qualificada para execução de novas tarefas que se farão necessárias com o crescimento e a expansão do trabalho.

III — Além desses projetos, o grupo também pretende a publicação dos resultados obtidos em suas pesquisas em todos esses anos. Assim, essas experiências poderão ser melhor compartilhadas por todos aqueles que se interessam pelo problema da Cultura e da liberdade de expressão. O grupo sente que a socialização e a discussão crítica desses resultados poderão trazer uma grande contribuição ao trabalho de renovação da linguagem teatral que vem realizando.

Uma ilusão de ótica

Quando, através da televisão, o nosso país é mostrado como uma terra de brancos, olhos azuis, alegria e mesa farta, Amir diz que “esse teatro é uma ilu-

são de ótica, porque o ator está projetando uma imagem que se realiza independente da própria pessoa do ator. O teatro burguês trabalha na identificação do ator com o personagem (coloca a máscara e se transforma). No entanto, o nosso teatro desidentifica; por isso dizemos que é uma ilusão de ótica, porque se pode — à primeira vista — até imaginar que está diante do personagem. Mas quando a gente se aproxima, nota que está diante do ator, com sua opinião, seu humor, sua ideologia...” E profetiza: “A televisão é a pré-história do ator”.

Partindo dos próprios conceitos colonizadores, cuja ideologia é eminentemente de elite, o “Tá na Rua”, sabendo disso, surge com suas lindas mulheres e belos

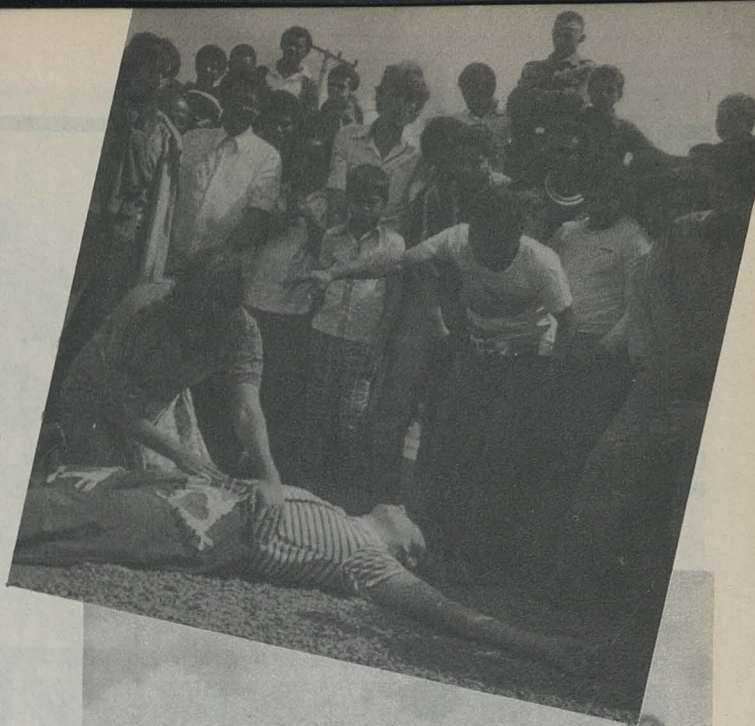


homens — um novo tipo de ator — explorando e valorizando cada detalhe do real que sirva de alusão aos modelos da cultura dominante. A temática, aparentemente baseada nos preconceitos existentes, investiga até a exaustão o filão imaginário do homem urbano, esse depositário da dita cultura de massa que o afoga em lagoa rasa. O homem é que *tá na rua*.

O trabalho cotidiano do grupo consiste na formação do ator, diretor de sua própria ação. Não há “ensaios”, no sentido comum do fato teatral. Aprofunda-se na potencialidade do ator e na relação de jogo que existe entre os atores. Busca o rompimento das estruturas formais de relação ator/público. Para quebrar essa forma de relacionamento já estratificada, é necessário uma aproximação real do público, de maneira a possibilitar o desmascaramento da sua condição de receptor de fatos e acontecimentos já prontos que não levam em consideração a sua opinião (ao contrário, determinam como ela deve ser).

O grupo não se quer messiânico nem paternalista: “Não vamos à praça para ensinar as pessoas, nem mesmo mostrar ‘o quanto somos bonitos’. Nós, os ‘novos atores’, dispensamos as velhas formas de atuação. Fazemos aparecer, quer dizer, provocamos a eclosão do teatro que já existe ali, naquelas pessoas, naquele determinado momento, naquele espaço definido”.

Recusar compromissos com instituições e modelos culturais não foi o suficiente para Amir Haddad; e ele foi pesquisar na história do Teatro, qual o momento em que parou de existir o ator e este foi substituído pelo personagem e pelo autor; o momento histórico em que o ator passou a ser um instrumento do autor, tornando-se apenas massa expressiva, sem opinião própria.



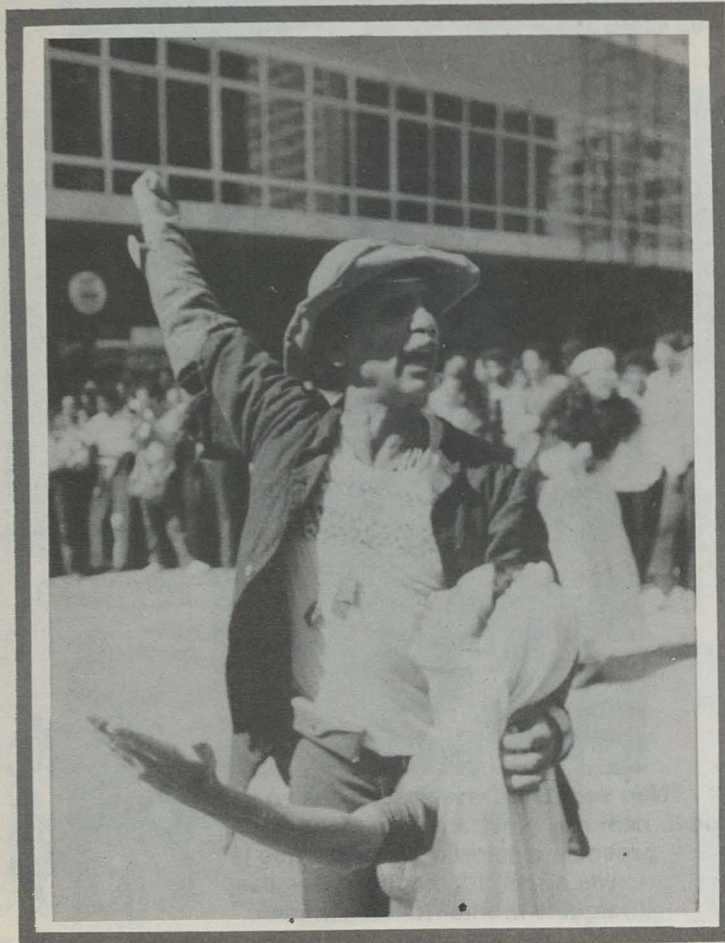
“Não vamos à praça ensinar teatro ao povo nem nos mostrar. O que fazemos é provocar a eclosão do teatro que já existe ali na rua, naquelas pessoas, naquele momento determinado”



Amir Haddad: desmontar o autoritarismo

Com um grande currículo teatral, inclusive vários prêmios "Molière", Amir Haddad resistiu a todas as tentações do "grande teatro" e partiu com seu grupo para as ruas, na tentativa de devolver o povo ao teatro e o teatro ao povo

Participaram da entrevista Cláudia Guimarães, José Carlos Gondim e Guy Vandebeuque



Como é que vocês chegaram até o teatro da rua?

— Quando tivemos o nosso trabalho proibido pela censura, quisemos nos aprofundar e entender mais esse tipo de estrutura política que tirava de cena “Os melhores anos de nossas vidas”.

Assim, surgiu o estudo de diversos textos, entre eles, o “Morrer pela pátria”, escolhido para ser trabalhado. Esse texto, do integralista Carlos Cavaco, foi escrito em 1936 (um ano depois do levante comunista e um ano antes do Estado Novo), expressamente anticomunista e a favor do Estado Novo, portanto, pedindo que este assumisse o comando da Nação, pelas mãos fortes das forças armadas.

Nesse instante de nosso trabalho, não tínhamos outra ambição senão desenvolver uma linguagem distanciada, crítica.

Iniciamos o desmonte da linguagem autoritária do texto. Inevitavelmente esse desmonte nos conduziu ao nosso próprio autoritarismo (formação do grupo, distribuição de poder, dominação cultural etc.), a discussão das relações que o produzem, a busca de outras alternativas. E o que nos surpreendeu nesse processo foi o aparecimento de uma linguagem popular.

Em “Morrer pela pátria”, nos descobrimos lutando contra tudo e contra todos. Na “volta por cima”, entendemos que a luta é pelo que a gente quer, lutando “a favor!”

Carlos Cavaco nos levou aos subterrâneos da sociedade autoritária e nesses subterrâneos encontramos vida. Para chegar a essa vida, que é a linguagem popular, foi necessário um longo percurso, verdadeiras escavações arqueológicas que nos permitiram chegar ao “complexo cristalino brasileiro”, ao duro da rocha, ao que é essencial.



E o que vocês descobriram?

— Descobrimos que enquanto houver um povo oprimido, este país vai estar mascarado e suas manifestações mais profundas não corresponderão a nenhuma realidade. Porque as classes dominantes sabem o que é vivo, sabem onde é que existe um contato elementar entre os homens. E aí proibem. Mas da mesma forma que proibem, roubam, porque a aristocracia e a burguesia vão lá nas manifestações populares, reconhecem que elas são um fenômeno vivo, transformador. E o povo brasileiro, cada vez com maior sofisticação, está sendo proibido e roubado.

O futebol brasileiro foi roubado porque a maioria de seus técnicos estão identificados com a classe dominante. O samba foi roubado e marcado por sinais e características onde seus "animadores" não mais se reconhecem. Paulo Freire foi roubado e o Teatro foi roubado e trazido para dentro de "palácios de cultura".

Nós, no Brasil, sempre tivemos acesso às informações colonizadoras. E na reinterpretação dessas informações, colhemos argumentos que situam os grandes momentos da história do teatro (teatro elizabetano, o teatro de Sevilha etc.) muito próximos do popular.

O teatro sempre esteve ligado ao povo. No aparecimento da burguesia e na inexistência de uma linguagem artística própria é que ocorre uma expropriação do teatro popular. Com a censura às classes populares, essa linguagem foi deturpada. Na medida que se proíbe tudo, só fica a culpa. Fica o estereótipo da realidade, "limpo" pelas classes dominantes e mascarado de seus conteúdos. E, com isso, ninguém pode ficar feliz e vivificado. Isso estimula apenas um lado do ser humano. E enquanto houver uma classe oprimida, não se chega ao inteiro, não se é íntegro.

O teatro político

E a questão financeira, de so-

brevivência do grupo, como é que vai indo?

— O trabalho vai indo bem... tem crescido. Mas não dá para falar do trabalho dissociado da realidade: falta de dinheiro. Há uma forma de controle do sistema sobre esse tipo de trabalho: ninguém investe nele. E na ausência de investidores, nós é que temos que investir tudo neste trabalho. E esse "tudo", quer dizer, o nosso capital, é o próprio trabalho.

Nós precisaríamos de um espaço maior, para que todas as nossas atividades possam se subdividir naturalmente.

Se, antes, nós éramos um grupo de 10 pessoas trabalhando, hoje, temos três grupos que trabalham comigo e um com o Artur, outro integrante do "Tá Na Rua". São quatro grupos trabalhando, sem falar nas oficinas que a gente orienta e o que está sendo produzido em termos de material escrito para publicação. Então, o grupo cresce, produz muita coisa e se ramifica, atuando

do em outras áreas fora do teatro, como por exemplo, em educação.

Mas não podemos crescer mais por falta de investimento que, entre outras coisas, permitiria uma dedicação em tempo integral. Hoje gastamos dois-terços do nosso dia lutando pela sobrevivência. Então, a gente só resiste porque sabemos que a resistência tem um sentido político e que a falta de dinheiro, a inflação, a fome, são formas de dominação. Que são, inclusive, utilizados conscientemente para impedir o surgimento de uma proposta alternativa, capaz de discutir ideologicamente a questão da linguagem não só teatral, mas a da linguagem em geral.

Nós não queremos que o crescimento implique aprisionamento; nem o contrário, que cresça sem realidade econômica, senão ele explode. O nosso trabalho está sujeito a esses tipos de pressões, principalmente num país

como o Brasil, onde não se investe nem mesmo em educação básica.

Não somos um grupo que "faz teatro político". Mas o político se estabelece na medida em que se estudam as formas de dominação. Não somente as grandes — que elas são flagrantes e óbvias e acabam vindo inevitavelmente à tona — mas também as pequenas formas de dominação, sintetizadas no corpo do homem, no corpo político, que se expressa com uma linguagem de classe e que, portanto, determina uma relação de valoração do saber.

Quando, na rua, dizemos: "Nós não fazemos televisão!", eles respondem: "Tá se vendo... Tá se vendo...!" Meio brincando, meio sério, mas eles sabem que aquilo que estão vendo é diferente. Eles têm opinião, mas não são chamados a dá-la. Só os "eleitos" é que têm opinião, é que falam...

Por falar em televisão, nela o espetáculo é as vezes a própria realidade, transformada em show e despersonalizada, esvaziada do seu conteúdo. Isso foi muito claro nos Estados Unidos, quando as famílias jantavam assistindo ao vivo cenas horrorosas da guerra do Vietnã, e mais perto no tempo e no espaço, quando aqui assistimos as cenas da guerra das Malvinas... A realidade transformada em teatro morto...

— É verdade. É um absurdo que os órgãos de comunicação, meios como a televisão mostrem a guerra real como um grande teatro, com todo o charme, a sofisticação, a beleza da guerra. Eles chamam "o teatro de operações", "o palco da batalha" etc., e mostram a guerra como um grande espetáculo do qual a humanidade pode usufruir.

É de uma crueldade absoluta. Igual aos romanos vendo os cristãos sendo devorados pelos leões. As televisões mostram a guerra





com esse brilho do espetáculo. É linda a fotografia do navio inglês explodindo, parece fogo de artifício. É lindo, mas quantas pessoas não estavam explodindo ali? Eles nos divertem com o espetáculo da morte. Mas é muito distante, a morte não chega a se consumir como um dado real, mas sim como estatística. Eles eternizam a guerra como um acontecimento inevitável.

O velho e o novo

Você falou em novo, coisas novas no trabalho. Quais seriam?

— O velho significa imobilismo; e o novo, movimento, revolução. E nós, no trabalho, sentimos que esse novo estava surgindo, mas não sabíamos o que era. O velho a gente já conhecia. E fomos investigar. E o novo não se faz eliminando o velho.

A nível individual, é muito fácil se conseguir uma relação espontânea e não-autoritária. Cole-

tivamente, as contradições são mais fortes. Resolvendo essas contradições, nós estamos recriando em nós esse novo teatro, a nova linguagem, e restabelecendo o "teatro da utopia representada". E cada vez que a gente desmonta uma linguagem autoritária, o que aflora é uma linguagem popular, isto é, uma linguagem capaz de ser entendida por todas as camadas da população. Libera-se o opressor e o oprimido que cada um tem dentro de si e aí se entende que *povo* é a população de um país sem distinção de classes.

Então, o trabalho se faz a partir do desmontar do autoritarismo que cada um tem dentro de si...

— Exatamente. Mas, sem perder o contato com a realidade, porque senão fica parecendo que a psicanálise é capaz de resolver isso... Nós podemos nos discutir subjetivamente, mas temos que

ter o contato com a realidade. É na relação de objetivo com subjetivo que a gente consegue esse "desmonte". Você vê, na rua, ninguém é proprietário de nada: nem do texto, nem do espaço. Não há essa relação de dominação, aristocrática, que existe no teatro em sala fechada.

Nós achávamos que, como atores de classe média, iríamos desenvolver uma linguagem crítica, bem-humorada. Foi surpreendente quando a gente começou a perceber que quanto mais se desmontava o autoritário, mais o popular aparecia. Então, o popular não era uma meta a ser alcançada; ele se colocou para nós como objetivo e nós tivemos que fazer uma opção: assumir isso e ir adiante, ou largar tudo e esquecer. Então, fomos para a rua. Ela não tem limites e não vão ser as quatro paredes de um palco tradicional que vão delimitar nosso espaço, mas sim o alcance das projeções de nossas imagens.

Como vocês, indo para a rua, medem no povo o nível de colonização imposto pela cultura dita de massa?

— Quando a gente enfrenta uma platéia de classe média, tem-se a sensação de que essa colonização é irremovível. Mas não é. Com o instrumental de linguagem que a gente tem, acaba-se desmontando essa estrutura ideológica que a cultura de massa representa, e tocar no mais profundo do ser humano; e ele te responde por inteiro. As pessoas de nível econômico mais baixo têm uma resposta mais clara. À medida que se vai brincando, que se vai “jogando”, vão-se desarmando esses valores e começa a aparecer uma nova linguagem que o povo reconhece imediatamente e da qual ele não tem imagens. Ele reconhece essa linguagem porque faz parte de sua infância, de sua história, e que ele chama de “brincadeira”: “Tá ótima a brincadeira!” Assim como o inglês diz *play*, o francês fala *jouer* e o espanhol, *jugar*. Nós falamos “representar” porque o teatro que veio para o Brasil foi trazido pela igreja; não é jogo, não tem lúdico. Nós já o recebemos estrangulado pelo sentido didático-catequético.

Temos uma herança, a do *Buhlu*, que é o ator que sai sozinho de cidade em cidade, divertindo as pessoas por um prato de comida e por uma dormida. Essa herança nos vem através das manifestações populares da Idade Média, que entram pelo Nordeste, onde se mantém muito viva. Esse é o verdadeiro teatro que corria solto pela península Ibérica. O outro, o do palco italiano, o das casas de espetáculos, foi o teatro de dominação. Aí não tem o sentido da palavra “brincar”, brincar é uma atitude do povo.

É o teatro como “trabalho”, o “meu” trabalho, o trabalho sacralizado...

— “Eu sou o ator, o teatro é



um templo, eu sou o sacerdote. Isto não é brincadeira!” É assim que o ator burguês age. Eu já vi vários atores pararem no meio do espetáculo e dizerem: “Meu senhor, isto aqui não é brincadeira, isto é cultura, isto é teatro”. O ator burguês precisa do silêncio do público. Ele não pode ter uma resposta viva porque ela o derruba. Ele tem que ter uma resposta subserviente que devolva para *ele* a imagem *dele* que *ele quer* ter. Mas não é a imagem da realidade para que o povo possa, por meio dele, ator, se mirar, se ver. *Ele* se mira no povo. Inverte as coisas. Ele pede silêncio, *cultura*.

Todo o nosso trabalho, então, é descolonizar essa expressão em nós mesmos, mobilizar a expressão descolonizada.

Então, essa descolonização se daria mais em vocês próprios do que em grande parte do público? E o mesmo acontece numa praça

da zona sul do Rio que é classe média?

— A platéia popular reage melhor e reforça o lado espontâneo e descolonizado da gente. Mas também o próprio público de classe média não aguenta, na rua, uma linguagem tradicional, de teatro dramático. Ele também vai embora. Se não houver uma linguagem descolonizada, popular, autêntica e forte, ele não fica. Ele aguenta ficar, horas a fio, vendo um espetáculo que ele pagou e que é reconhecidamente “cultura”. Mas, na rua, ele quer *Vida*.

O ser humano quer vida em qualquer lugar. Só nesses túmulos da cultura que são os museus, os teatros, é que ele esquece da vida. Ele entra lá para esquecer da vida. E a grande descoberta do nosso trabalho foi ter percebido, nas entrelinhas da história do Teatro, a história do Ator. Isso deu história para o nosso trabalho. Nós não éramos atores



a partir do nada, nós éramos a ponta de uma linha e esse labirinto tinha saída. O teatro é a expressão do futuro, a expressão que vai interessar. Ele vai se livrar das peias da ideologia e ser a grande manifestação da humanidade mais livre. As pessoas, nas ruas, te devolvem o teatro inteiro, pessoas que talvez nunca tenham visto um espetáculo em sala fechada. Onde está ele? Está vivo dentro delas, no inconsciente coletivo; o homem se expressa teatralmente e dá tudo para você em troca. E você tem que dizer: "Mas isso tem história!" Ou então, vamos ter de acreditar que essa pessoa recebeu inspiração divina. Como é que pode?

É... uma coisa que ficou sufocada tantos anos mas que um belo dia aflora.

— É uma força inaudita que vem para a gente e que a gente recebe e devolve para eles. E



quando a gente grita: "Viva o Teatro! Teatro, alegria do povo!", eles estão absolutamente alegres com a gente. Felizes porque estavam ao alcance da expressão e a expressão ao alcance deles. E eles estiveram com essa expressão esmagada durante séculos,

sendo ela um privilégio de uma minoria! A gente quer devolver o teatro ao povo e o povo ao teatro, porque o Teatro sente falta disso. Ele precisa desse contato que o faz renascer e revigorar-se. O Teatro está morto. Viva o Teatro! (Angela Masulani) ●

"Não há vagas"

Mais um grupo de teatro de participação popular surge para reunir experiências a partir de outras manifestações culturais e fazer um teatro que fale das e para as grandes camadas do povo. É o Terra Seca — Teatro de Participação Popular, que se apresenta em Feira de Santana, estado da Bahia. "Não há vagas", contando a história de um casal de operários diante do drama do desemprego, é um espetáculo que pretende "que o público saia munido de idéias e imaginação suficientes para melhor se confrontar com o mundo em que vive".

Manoelito Guimarães, jornalista e diretor da peça, é o autor do texto que tenta "renovar o contato com o povo usando uma linguagem viva e penetrante, numa relação direta e imediata, capaz de fazê-lo identificar-se com sua própria situação social".

"Se me permitem falar"

Uma atriz peruana, Miriam Reategui, e uma dona-de-casa, antiga militante do movimento mineiro boliviano, Domitila de Chungara, são atualmente o mais agressivo binômio teatral que está sendo levado nos sindicatos e universidades de Lima (Peru), dando um testemunho dramatizado das lutas das mulheres latino-americanas.

Domitila de Chungara foi uma das fundadoras dos comitês de donas-de-casa nas cidades mineiras da Bolívia, surgidos para apoiar os sindicatos em greve. Domitila foi presa, torturada e abortou no cárcere em consequência da violência policial. Meses mais tarde, seu testemunho foi compilado por uma socióloga e constitui a base de um livro que comoveu o mundo: "Se me permitem falar...".

"Escolhemos esse texto porque a situação que Domitila descreve — a luta dos operários bolivianos e a participação de suas esposas, assim como a repressão policial — refletem também a situação dos mineiros peruanos", disse Miriam Reategui. E acrescenta: "Acho que o valor fundamental da peça consiste em mostrar a mulher com plena consciência de seu papel social. Nosso propósito é demonstrar que os movimentos femininos participam de forma muito ativa e sacrificada nas lutas sociais".

"El Salvador, dê cá um abraço"

Uma montagem coletiva do grupo Galo de Briga, formado por jovens da capital paulista, presta sua homenagem e dá o seu apoio à luta do povo salvadorenho. "El Salvador, dê cá um abraço" é um trabalho que reúne textos e músicas contando e

analisando o momento político daquele país irmão.

"Fazemos este trabalho porque sabemos que, em profundidade, nossa luta é a mesma do povo salvadorenho. Nossas formas de luta hoje, no Brasil, é que são diferentes. Estamos nas fábricas, sindicatos, favelas, escolas. Mas é preciso entender que ao povo salvadorenho só restou esse caminho", explicam os integrantes do grupo Galo de Briga.

Concurso de peças do Terceiro Mundo

O Instituto Internacional de Teatro, órgão da Unesco com sede em Caracas, Venezuela, anuncia as inscrições para o 2º Concurso Internacional de Peças Teatrais do Terceiro Mundo, que serão encerradas no dia 31 de dezembro deste ano. São as seguintes, as bases do concurso: 1) Podem concorrer os dramaturgos dos países do Terceiro Mundo (África, Ásia, Oceania, Países Árabes, América Latina e Caribe). 2) Os idiomas oficiais são: espanhol, inglês e francês. 3) O júri estará integrado por venezuelanos e estrangeiros residentes na Venezuela e por especialistas de outros países do Terceiro Mundo que forem designados pelos vice-presidentes do Comitê Permanente. 4) O primeiro prêmio consiste na quantia de 1.000 dólares e na tradução, reprodução e divulgação mundial da peça vencedora em espanhol, inglês e francês. 5) As melhores peças concorrentes serão reproduzidas e divulgadas mundialmente em seus idiomas originais. 6) As peças deverão ser inéditas (não-encenadas, não-publicadas e que não tenham recebido prêmios nacionais ou internacionais). 7) As obras concorrentes deverão expressar o caráter nacional respectivo e, de preferência, incorporar formas e temas que sejam o resultado de buscas na criação do novo teatro do Terceiro Mundo. 8) As peças serão recebidas até 31 de dezembro de 1982. 9) As peças devem ser enviadas com um pseudônimo e, em envelope fechado, anexo, deverá constar o nome e o endereço do concorrente. 10) O júri se reunirá em Caracas, Venezuela, na segunda quinzena de janeiro de 1983 para ler as obras e pronunciar o veredito. 11) As peças deverão ser enviadas em original e três cópias, impressas ou mimeografadas, devidamente numeradas, para o seguinte endereço: Presidência do Comitê Permanente de Teatro do Terceiro Mundo — Centro Venezuelano de Teatro, Instituto Internacional de Teatro (ITI — Unesco), Apartado de Correo, 51.440 — Caracas 1050 — Venezuela.

3º CONGRESSO DE CULTURA NEGRA DAS AMÉRICAS

Uma Organização Interamericana do Negro, para coordenar a atuação dos movimentos negros na América Latina e Caribe, foi criada em agosto último na cidade de São Paulo.

A OIN foi criada pelos participantes do Terceiro Congresso de Cultura Negra das Américas, que transcorreu de 21 a 27 de agosto na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Esse terceiro congresso, presidido pelo brasileiro Abdias do Nascimento, contou com a participação de delegados do Panamá, Porto Rico, Costa Rica, Colômbia e de organizações de negros brasileiros de diversos estados.

Os defensores da proposta de criação da OIN consideram que a implantação da entidade a nível interamericano se dará gradualmente, na medida em que os negros superem suas divergências e unifiquem os vários movimentos existentes em cada país.

Essas divergências, segundo eles, serão superadas através da ação política e da prática junto às massas realizada pelos diferentes movimentos que devem perseguir um mesmo objetivo.

África do Sul

Como convidada especial ao terceiro congresso, esteve presente a cantora sul-africana Sathima Ibrahim, em representação oficial do Congresso Nacional Africano (ANC) e da Organização do Povo do Sudoeste Africano (Swapo).

Em sua intervenção lida em plenário, a representante do ANC descreveu a situação do negro sob o regime de *apartheid* em seu país e pediu a todos os povos do mundo, particularmente dos Estados Unidos, para que dêem maior atenção ao sofrimento dos negros da Namíbia.

Sathima Ibrahim também conclamou todos os países democráticos a empreenderem um boicote cultural completo à África do Sul não mandando artistas nem atletas para lá.

Augusto Caccia Bava, da Associação de Solidariedade com o Povo Moçambicano (Abrasso), lembrou que 500 negros já foram condenados pelo regime sul-africano e pediu o imediato rompimento de relações com o governo branco de Pretória.

Nessa oportunidade, os participantes do Terceiro Congresso de Cultura Negra realizaram uma passeata que culminou com uma concentração

diante do consulado da África do Sul, na capital paulista.

João Batista Félix, representante das entidades negras do Brasil denunciou os meios de comunicação de massa que não informam a respeito da África e da América Latina. Igualmente houve protestos pela pouca ou nenhuma cobertura dos meios de comunicação ao terceiro congresso.

Cultura e mulher

Foram aprovadas várias propostas com vistas ao resgate da cultura negra, como: a criação de centros de pesquisa afro-americana; a formação de comitês de educação e cultura para preparar projetos que resgatem o homem negro das Américas; que se considerem os blocos de afoxé e a música *reggae* como manifestações da resistência cultural negra; e que as manifestações religiosas, como o candomblé, não sejam encaradas como "folclore" pelas autoridades.

O grupo de trabalho sobre a mulher denunciou a desigualdade de direitos e deveres, educação e oportunidades de emprego da mulher negra. Foi enfatizado, no entanto, que é fundamental que a militância da mulher negra aconteça no mesmo nível da do homem:

"Nós, mulheres negras, em particular, temos sido o melhor exemplo de superação pessoal, força de caráter e integridade moral, apesar de vivermos em sociedades e ambientes hostis, que nos têm explorado enquanto força de trabalho, sexo e raça. É, portanto, momento de reconhecer nossos méritos", diz o informe aprovado por esse grupo.

América Central

A situação do negro na América Central foi descrita pelos delegados George Priesthey e Humberto Brown, do Panamá, Marvin Wright Lindo, da Costa Rica, e Manoel Zapata Olivella, da Colômbia.

Os panamenhos disseram que o general Omar Torrijos abriu aos negros a possibilidade de participação na luta política do país, inclusive com acesso à pasta de Ministro de Estado.

O Estado de Granada será a sede do próximo congresso, por sua importância política não somente "contra o racismo, mas a favor do proletariado internacional". Granada foi o primeiro país de maioria negra, na região do Caribe, que, com a implantação do sistema socialista, colocou a questão racial como assunto de Estado.

CUBA: MEMÓRIAS DE GUILLEN

Ao fazer 80 anos de idade, o poeta cubano Nicolás Guillén lançou um livro de memórias, em julho passado, intitulado "Páginas Veltas". Nele, numa prosa elegante e fluida, Guillén relembra passagens de sua infância, de sua vida sentimental e de sua luta política — numa época rica em acontecimentos e definições — além de suas viagens pela América Latina. Não faltam também as circunstâncias em que foi escrita a sua famosa "Elegía a Jesús Menéndez", considerada por alguns críticos como parte do patrimônio da cultura universal.

ETIÓPIA: ÊXITOS NA CAMPANHA DE ALFABETIZAÇÃO

A campanha nacional etíope para a erradicação do analfabetismo entrou na sua sétima fase, cuja meta é ensinar 1,4 milhão de etíopes a ler e escrever, depois de já ter alfabetizado 9,6 milhões nos últimos três anos. A campanha, este ano, mobilizará 20 mil professores e custará quatro milhões de dólares. Para avaliar a magnitude do avanço, basta lembrar que em 1974, ano em que os militares progressistas encabeçados pelo coronel Mangistu Hailé Mariam derrubaram a monarquia, somente 7% da população estava alfabetizada.

MERCEDES SOSA: CONTRA A GUERRA

Em declarações à imprensa argentina, a cantora folclórica Mercedes Sosa explicou que é contra "os festivais ou atos em favor dos que caíram nas Malvinas, porque é obrigação do Estado se preocupar com este problema". E acrescentou que durante sua ausência da Argentina nos últimos quatro meses se sentiu muito afetada porque "uma grande quantidade de rapazes muito jovens estava combatendo sem ter nenhuma experiência disso".

MÉXICO: CONTINUA O "DIÁLOGO DAS AMÉRICAS"

Intelectuais latino-americanos, canadenses e norte-americanos se reunirão entre 9 e 13 de setembro na capital mexicana, para analisar e debater a defesa da autodeterminação dos povos, no denominado "Diálogo das Américas". O encontro contará com

a participação de uns 300 escritores, artistas, cientistas, entre eles, a historiadora haitiana Susy Castor, o colombiano Gabriel García Márquez, o dominicano Juan Bosch, o brasileiro Chico Buarque de Hollanda, o nicaraguense Ernesto Cardenal e o cubano Mariano Rodríguez. Frear a política belicista dos Estados Unidos e fazer frente às ideologias que atentam contra as soberanias nacionais, estarão entre os principais temas do encontro.

DA EXTREMA MISÉRIA, SURGE UMA POETISA POPULAR

"Minha poesia vai em busca da vida, do pão e da escola", diz Griselda de las Mercedes Núñez, poetisa e folclorista popular recém-descoberta na paupérrima comunidade rural de Batuco, em Santiago do Chile. Mulher humilde, com uns 40 anos de idade, Griselda é lavadeira, e é após sua longa jornada de trabalho que ela escreve seus poemas e letras de músicas. "La Batucana", como é chamada pelos habitantes da comunidade, é fundadora do nascente teatro popular *Iskra*. Em 1977 participou de um concurso literário camponês "El Surco" e segue o exemplo de outra poetisa popular: Violeta Parra. Griselda realiza uma constante peregrinação por sindicatos e povoados, convidada por trabalhadores que vêm refletidas nos seus versos suas próprias vivências. O seu exemplo tem estimulado a população favelada, que tenta seguir o seu caminho: "Temos de criar muitas bibliotecas itinerantes para divulgar a cultura no seio do povo", dizem os dirigentes das associações de moradores.

CUBA: 3º CONGRESSO DE ESCRITORES E ARTISTAS

Iniciando seu congresso com uma homenagem a Raul Roa, intelectual e estadista falecido pouco antes, a União de Escritores e Artistas de Cuba (Uneac) reuniu, em julho passado, seus 1.534 membros para o terceiro congresso da associação. A Uneac foi fundada em 1961 e é formada por artistas das áreas de literatura, música, artes plásticas, artes cênicas, cinema, rádio e televisão. Os intelectuais presentes denunciaram que a atual administração norte-americana está empenhada em uma guerra contra Cuba no campo da cultura e que, por isso, um dos objetivos do congresso era se preparar para fazer frente a essa campanha. Acrescentou ainda o porta-voz do congresso, o poeta Joaquín Santana, que os escritores e artistas cubanos não pretendem fazer no momento nenhuma inovação

em matéria de política cultural e sim aprofundar a linha seguida desde 1961.

NICARÁGUA: PRIMEIRO LONGA-METRAGEM

O primeiro longa-metragem nicaraguense, "Alsino y el Condor", estreou em julho passado, cercado de muita expectativa a respeito da sua repercussão. O filme foi dirigido pelo cineasta chileno Miguel Littín, que contou na sua equipe com a participação de técnicos cubanos. Nele, Littín mostra as vivências de um menino durante o auge da guerra contra a ditadura de Somoza. Segundo seu realizador, "embora o filme relate uma história originada na luta do povo nicaraguense, é também parte da história da luta latino-americana". Dadas as limitações de ordem econômica da Nicarágua, a realização de "Alsino y el Condor" foi considerada uma grande vitória, e até mesmo um ponto de partida para a produção de outros longa-metragens.

FILME BRASILEIRO FAZ SUCESSO NA ARGENTINA

O filme brasileiro "Coronel Delmiro Gouveia", de Geraldo Sarno, está conquistando o público argentino desde que foi exibido na Semana do Cinema Brasileiro, realizada na capital argentina, poucos dias depois do início da guerra das Malvinas. O filme narra a luta de um industrial brasileiro no fim do século passado contra empresários ingleses que visavam estabelecer um monopólio no Nordeste brasileiro. A nítida relação do tema do filme com o atual momento vivido na Argentina — a luta contra os ingleses — facilitou a aceitação do público e a crítica destacou sobretudo o fato do filme de Geraldo Sarno ser "o único que denuncia o colonialismo inglês".

FILME MOSTRA COTIDIANO DA GUERRILHA

A exibição do filme "A decisão de vencer" na Universidade do Panamá, no final de julho, provocou grande impacto nos críticos e no público convidados para o seu lançamento. O filme, realizado com grande sensibilidade pelo grupo de jovens cineastas

salvadorenhos "Zero à esquerda", mostra não só o combate de unidades da FMLN (Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional), mas também o seu trabalho na retaguarda, reflexo da incorporação ativa de toda a população do norte desse país à vida cotidiana e suas tarefas, sob a condução da FMLN. O crítico mexicano Eduardo de la Vega, considerado um dos melhores de seu país, disse à revista *Formato 16* que o filme constitui "um registro da construção do poder popular nas zonas libertadas pela FMLN".

UNESCO: A CULTURA EM DEBATE

Durante duas semanas — de 26 de julho a 6 de agosto — cerca de 800 delegados governamentais de 130 países e organismos internacionais se reuniram na capital mexicana para a 2ª Conferência sobre Políticas Culturais, "Mondiacult". Ao longo de 50 sessões, as delegações propuseram e debateram — às vezes asperamente — 211 projetos de resoluções, dos quais 192 foram adotados com caráter de recomendação e 19 retirados pelos seus autores. Dos adotados, 178 foram aprovados por consenso e 14 por maioria de votos. O número excepcional de resoluções adotadas (na primeira reunião, em Veneza, só se adotaram 20) e o consenso por aclamação do documento final ("Declaração de México sobre Políticas Culturais") mostraram, segundo o diretor-geral da Unesco, Amadou M'Bow, que o saldo foi positivo, apesar das confrontações e divergências.

Defesa e respeito à identidade e ao patrimônio culturais dos povos, a cultura como elemento inseparável da democracia, a liberdade, a soberania e a independência e o impulso à cooperação cultural internacional, foram alguns pontos que tiveram consenso. Houve também a consagração do conceito da "dimensão cultural do desenvolvimento", a relação estreita entre a cultura e a educação e a rejeição ao conceito de "culturas superiores e inferiores".

Entre as resoluções, uma impulsiona a Nova Ordem Informativa Internacional, outra fala da relação entre a cultura e os movimentos de libertação nacional, duas defendem a identidade cultural do povo palestino, três condenam o colonialismo sionista e o genocídio palestino no Líbano, e uma, proposta pelo Sri Lanka, exige a restituição, aos países de origem, dos seus patrimônios culturais, subtraídos em sua maioria durante o período colonial.



PASEO DE LA REFORMA, 322-B. COL. JUAREZ - C. P. 6600 - MÉXICO, D. F.

RL527	RL529	RL529	RL525	RL525	RL521	RL521	RL521	Nº DO VÔO	RL520	RL520	RL524	RL524	RL528	RL526
Sab.	Qua	Qui-Dom	Ter	Seg-Qui Sex-Dom	Sex	Ter	Qua-Sab Dom	FREQUÊNCIAS	Ter-Sab Dom	Seg-Sex	Seg-Qui Sex-Dom	Ter	Qui-Dom	Qua-Sab
7 2 7	7 2 7	7 2 7	7 2 7	7 2 7	7 2 7	7 2 7	7 2 0	EQUIPAMENTO	7 2 0	7 2 7	7 2 7	7 2 7	7 2 7	7 2 7
14:00 ↓ 15:50 16:20 ↓ 17:00	14:00 ↓ 16:00	16:45 ↓ 18:45			19:00 ↓ 19:20	10:30 ↓ 10:50	14:20 ↓ 14:40	■ MIAMI LL ■ MEXICO LL, LL SAN SALVADOR ■ ■ SAN SALVADOR LL LL MANAGUA ■ ■ MANAGUA LL LL SAN JOSE ■ ■ SAN JOSE LL LL PANAMA ■	13:20 ↑ 09:00	18:00 ↑ 13:40			15:45 ↑ 13:45	13:00 ↑ 11:10 10:40 ↑ 10:00
			11:30 ↓ 12:10 12:40 ↓ 14:40	08:20 ↓ 09:00 09:30 ↓ 11:30							13:10 ↑ 12:30 12:00 ↓ 12:00	16:40 ↑ 16:00 15:30 ↓ 15:30		

A partir de 15 de junho de 1982

TELEFONES:
Reservas e passagens - 511-3617 e 511-3290
Aeroporto e cargas - 784-0476 e 762-4708



A única
que lhe permite
33 quilos
de bagagem

aeronica
PRESTATIVA, ALEGRE E ECONÔMICA

**Seja lembrado
o ano inteiro!**

PROMOÇÃO DE NATAL

Válida até 30/10/82

cadernos do

**terceiro
mundo**

uma alternativa na informação

*Mostre que você não se esqueceu
daquele amigo que você não vê há muito tempo*

*Aproxime-se ainda mais daquele
amigo que está sempre por perto*

Dê uma assinatura de presente

*Envie-nos preenchidos os 4 cupons do verso
Junte a eles cheque nominal ou vale postal
no valor correspondente a 3 assinaturas
A quarta assinatura é nosso presente para você*

**V. presenteia seus amigos
Nós presentearmos você**



*Vendo uma assinatura
pro Zé Carlos, uma pro Ronaldo,
dô uma pra' lara e ganho
uma de presente!*

48

Desejo receber:

- Uma assinatura anual da revista **cadernos do terceiro mundo**, no valor de Cr\$ 2.100,00

Remeto ☐ **cheque nominal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 – gr 105/6 – Rio de Janeiro – 20241 ou ☐ **vale postal**, no valor acima referido

Nome:

Profissão: Idade:

Endereço:

Cidade: Estado CEP:

48

Desejo receber:

- Uma assinatura anual da revista **cadernos do terceiro mundo**, no valor de Cr\$ 2.100,00

Remeto ☐ **cheque nominal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 – gr 105/6 – Rio de Janeiro – 20241 ou ☐ **vale postal**, no valor acima referido

Nome:

Profissão: Idade:

Endereço:

Cidade: Estado CEP:

48

Desejo receber:

- Uma assinatura anual da revista **cadernos do terceiro mundo**, no valor de Cr\$ 2.100,00

Remeto ☐ **cheque nominal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 – gr 105/6 – Rio de Janeiro – 20241 ou ☐ **vale postal**, no valor acima referido

Nome:

Profissão: Idade:

Endereço:

Cidade: Estado CEP:

48

Tenho direito a receber:

- Uma assinatura anual, como Promoção de Natal, da revista **cadernos do terceiro mundo**, por ter conseguido mais três assinaturas, pelas quais remeto:

☐ **cheque nominal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 – gr 105/6 – Rio de Janeiro – 20241 ou

☐ **vale postal**, no valor de Cr\$ 6.300,00

Nome:

Profissão: Idade:

Endereço:

Cidade: Estado CEP:

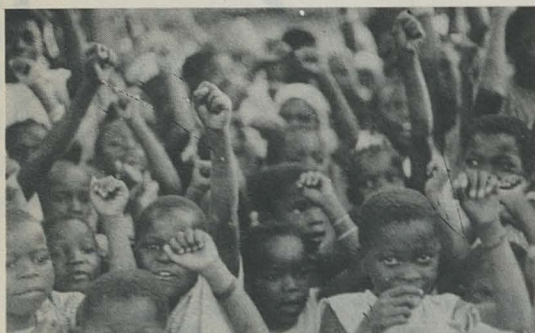
Os três alvos da ofensiva sul-africana



O regime racista sul-africano decidiu nas últimas semanas ampliar a sua interferência em todos os países vizinhos. A ofensiva do "apartheid" acontece em três planos: no diplomático, quando propõe a "sua" paz para a Namíbia; no militar, quando aprofunda a invasão de Angola; e no plano terrorista, quando apóia aventureiros em Moçambique, mata nacionalistas sul-africanos no exílio e promove a desestabilização no Zimbabwe. Quase todos os países vizinhos ou apenas próximos já sentiram a intensidade da ofensiva. Três deles foram especialmente atingidos (Angola, Namíbia, Moçambique

e Zimbabwe). Mas pelo menos quatro outras nações negras da África Austral estão pagando também diretamente o preço da oposição ao "apartheid" (Lesoto, Botsuana, Tanzânia e Seychelles). A amplitude da agressividade mostra que o regime de Pretória já se sente impune no plano internacional, apesar da condenação sistemática do "apartheid" na ONU. E já não existem dúvidas de que a origem dessa impunidade está na Casa Branca. Os artigos constantes deste Especial são de nossos colaboradores: Carlos Castilho (Namíbia e Zimbabwe), Etevaldo Hipólito (Moçambique) e Esteban Valenti (Angola).

Pretória tenta ganhar tempo



Em Washington, Nova Iorque e Pretória, as declarações otimistas sobre o futuro da Namíbia se repetem a cada semana. Para o Departamento de Estado e para o regime sul-africano é como se a solução do velho problema da ex-colônia alemã da África do Sudoeste, estivesse ao alcance da mão. O otimismo oficial não chega sequer a ser ofuscado por notícias pouco tranquilizadoras como a do ataque maciço de forças sul-africanas contra objetivos situados 200km dentro de território angolano. Nesse último ataque foram mortas 113 pessoas, elevando para mais de 500 o número de vítimas dos repetidos *raids* racistas dentro de Angola, desde junho.

Mas enquanto norte-americanos e sul-africanos fazem o possível para espalhar a idéia de uma breve solução da guerra na Namíbia, o movimento Organização do Povo da África do Sudoeste (Swapo), e todos os países da chamada Linha da Frente (Angola, Moçambique, Zimbábue, Tanzânia e Zâmbia) mostram-se extremamente cétricos e cautelosos.

Essa disparidade de atitudes é o resultado básico da situação militar no sul da África. A campanha publicitária do regime do *apartheid* em torno da Namíbia tem como principais objetivos tentar minimizar, na Europa e nos Estados Unidos, as agressões da África do Sul contra os seus vizinhos e, ao mesmo tempo, apresentar-se como querendo "a paz e o fim da guerra". Mas, na verdade, o governo de Pretória hostiliza e massacra as populações do sul de Angola, perto da fronteira com a Namíbia, e tem impedido, com suas permanentes agressões, a normalização da vida nas províncias meridionais daquele país.

Ao mencionar um possível cessar-fogo, os sul-

africanos puseram em prática a estratégia de tentar aparentar objetivos pacíficos e conciliatórios, exigindo em contrapartida que Angola adote idêntico procedimento, o que — segundo eles — implicaria abrir mão da ajuda militar cubana.

O impasse diplomático

Essa é a situação a nível de guerra publicitária. No nível das discussões diplomáticas entre os países da Linha da Frente, a Swapo, a África do Sul e o chamado Grupo de Contato (formado por EUA, França, Inglaterra, Alemanha Federal e Canadá) o problema se arrasta a um ritmo muito lento devido às sistemáticas restrições da África do Sul a qualquer projeto que possa levar à independência da Namíbia com a Swapo no poder.

Há mais de um ano, as discussões se baseiam num plano de três fases apresentado pelo Grupo de Contato. A primeira fase está ligada à definição do sistema eleitoral, que escolherá a futura Assembleia Nacional, que elaborará a Constituição e organizará a passagem para a independência. A segunda fase trata dos detalhes sobre o período de transição, supervisão das eleições e retirada de tropas. É finalmente, a terceira fase sobre a transferência do poder. Essa já é uma versão modificada do plano do Grupo de Contato, depois que a África do Sul vetou a versão original.

A discussão da fase 1 chegou a um impasse. A Swapo recusou o sistema eleitoral duplo proposto pelas cinco nações ocidentais. O sistema estabelecia que metade da Assembleia Constituinte seria eleita pelo voto proporcional, em que cada partido teria direito a um determinado número de cadeiras, com base na percentagem geral dos votos. A outra metade seria eleita pelo sistema de maioria simples. Na prática, isso equivale a um processo no qual cada eleitor tem direito a dois votos. O sistema procura também manter intato o poder da minoria branca, que teria uma representação parlamentar muito maior do que aquela que lhe caberia pelo sistema da contagem simples dos votos, como em qualquer outra democracia.

O veto da Swapo jogou por terra as esperanças do Grupo de Contato de ter pronto, em meados de agosto, já todo um esquema de solução do problema criado há 67 anos, quando a África do Sul recebeu em fideicomisso a administração da Namíbia da então Liga das Nações e mais tarde se recusou a dar a independência à ex-colônia alemã. O subsecretário de Estado norte-americano Chester Crocker convenceu então os seus colegas do Grupo de Contato, e mais tarde também a África do Sul, a abandonarem o sistema de fases e passaram à discussão conjunta de todas as questões, procurando ver em primeiro lugar aquelas onde é possível um acordo.

Os países da Linha da Frente têm adotado como posição básica nas negociações, os termos da resolução 435 do Conselho de Segurança da ONU estabelecendo eleições diretas e livres para a Assembleia Constituinte, um período de sete meses de transição sob vigilância de uma força de paz da ONU, um cessar-fogo e a criação de uma zona desmilitarizada na fronteira entre Angola e Namíbia. Como a África do Sul não aceita a ONU, o Grupo de Contato vem tentando encontrar soluções intermediárias.

Mas, na verdade, a situação está agora numa espécie de impasse. A questão do "um homem, dois votos" foi abandonada devido à total oposição da Swapo pelo caráter antidemocrático dessa medida. Tudo depende do que a África do Sul vai propor ou vai aceitar. Essa é a questão chave. Os sul-africanos estão propositalmente tentando embaralhar o jogo aos olhos da opinião pública ocidental para ocultar a sua rejeição sistemática da realização de eleições livres e democráticas na Namíbia.

Manobras e mais manobras

Mais recentemente, o governo de Pretória passou a mencionar a possibilidade de um cessar-fogo. Evidentemente, os países da Linha da Frente, e especialmente Angola, não se opõem a isso, mas sabem que tudo não passa de uma manobra diplomática. O cessar-fogo não será supervisionado por ninguém e nem foi feita qualquer referência à retirada das tropas sul-africanas que há vários meses invadem sistematicamente o sul de Angola. Com isso, Pretória pode a qualquer momento alegar que o cessar-fogo que ela própria anunciou foi rompido, como justificativa para novas represálias militares ou para novas intransigências diplomáticas.

Uma parte importante dessa operação bloqueio já ficou clara quando o primeiro-ministro sul-africano P. W. Botha disse numa entrevista na base militar de Oshievello, no norte da Namíbia, que qualquer acordo somente poderia ser alcançado com a retirada simultânea das tropas cubanas em Angola. Botha estava propositalmente misturando o problema da Namíbia com uma decisão que só compete ao governo de Luanda, mas que no quadro da política do presidente Ronald Reagan poderia sensibilizar a opinião pública norte-americana. Mas Angola já respondeu que uma coisa não tem nada a ver com a outra e que os acordos militares com Cuba são uma questão doméstica.

A manobra sul-africana segue a tradicional linha de procurar sempre objetivos laterais de maneira a justificar adiamentos sucessivos na solução do problema principal. Botha procura envolver o presidente Ronald Reagan na manobra da retirada cubana. Reagan, em sua postura belicista e anti-soviética, prometeu a seus eleitores que faria o possível

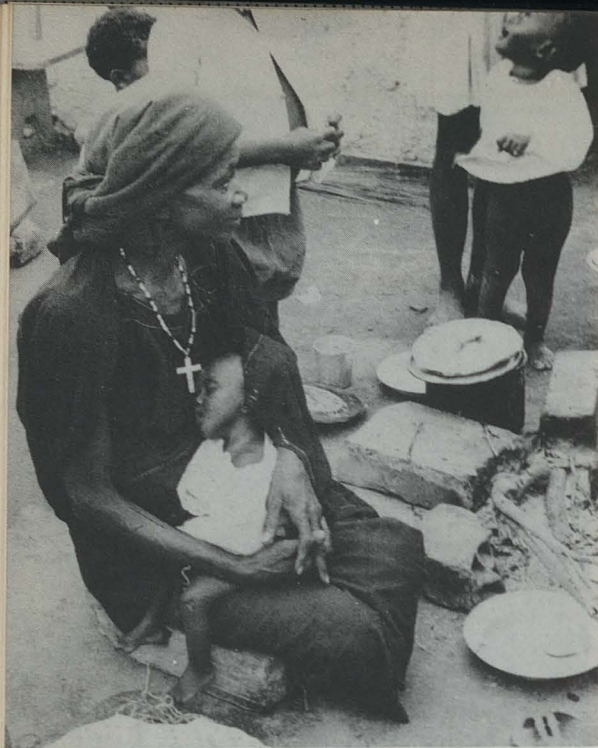


Nujoma se opõe às propostas de Pretória

para tirar os cubanos de Angola e impedir o que ele chamou de ampliação da "influência soviética" no sul da África. Mas a diplomacia norte-americana sabe que a questão não é tão simples.

Ultimamente têm surgido sinais de que os Estados Unidos estariam procurando sondar Angola sobre a questão dos cubanos. Além de importantes delegações de empresários, como David Rockefeller, também o misterioso Vernon Walters esteve em Luanda, na segunda semana de junho passado.

A vinculação da retirada cubana com o acordo na Namíbia tem objetivos ainda mais vastos. O mesmo Chester Crocker, numa entrevista dada em julho à *newsletter* norte-americana *Africa News*, deixou claro que o governo norte-americano está usando a pressão militar sul-africana contra Angola com o objetivo de forçar mudanças no governo de Luanda. Crocker disse, em síntese, que o Departamento de Estado considera questionável a autenticidade do governo do MPLA-Partido do Trabalho,



Os angolanos conhecem bem a Unita: o ônus da guerra é altíssimo, particularmente para a população civil do sul

alegando que esse governo foi empossado graças à presença de soldados cubanos. O subsecretário de Estado não menciona o fato de que os cubanos foram chamados pelo presidente Agostinho Neto justamente para colaborar na defesa de Luanda, ameaçada pelas tropas sul-africanas no final de 1975, após a independência, quando o MPLA já estava no poder.

O funcionário norte-americano tenta seduzir as autoridades angolanas com a oferta de que uma retirada cubana seria "premiada" com um cessar-fogo por parte da África do Sul e promover a possibilidade de um acordo do MPLA com a Unita, liderada por Jonas Savimbi, apoiado indiretamente pela África do Sul. Porém, esquece que a Unita já foi derrotada militarmente pelo MPLA com um alto custo humano e material, nos meses anteriores à independência. Também esquece que o governo de Luanda não tem porquê confiar agora — sete anos depois, e sempre sofrendo a sabotagem da Unita — que Jonas Savimbi venha a atuar em relação aos inimigos de Angola com a independência que nunca teve no passado.

Jogando com o tempo

Mais uma vez fica evidente o desejo dos sul-africanos, e também dos norte-americanos, de complicar as discussões para evitar que o fundamental

seja resolvido e para ludibriar a vontade do povo da Namíbia. Essa tática já foi inclusive denunciada por funcionários diplomáticos da França e Alemanha Ocidental, dois membros do Grupo de Contato. Mas, objetivamente, pouca coisa pode ser feita pelos países da Linha da Frente para mudar, a curto prazo, essa tática sul-africana de adiamentos sucessivos.

Os sul-africanos já têm em seu arsenal diplomático mais duas armas diversionistas. Uma é a ameaça de realizar em março novas eleições internas na Namíbia. Em dezembro de 78, os sul-africanos promoveram eleições sem a participação da Swapo, na tentativa de criar a imagem de um governo supostamente multi-racial, chefiado pelo Partido Aliança Democrática Turnhalle (DTA) totalmente submetido à política de Pretória. As novas eleições visam tentar recompor o abalado prestígio da DTA que não conseguiu concretizar nenhuma de suas promessas eleitorais de 78, nem no plano econômico e nem no plano da concessão de maiores direitos para a maioria negra do país. Mas os países da Linha da Frente acreditam que o novo pleito tem objetivos mais amplos, e estaria ligado ao desejo de Pretória de conceder a independência unilateral da Namíbia, numa repetição aproximada da rebelião racista liderada por Ian Smith na antiga Rodésia (hoje, o Zimbábue), em 1965.

A outra medida de retardamento é a exigência sul-africana de que a ONU retire o reconhecimento da Swapo, como representante legítima do povo da Namíbia. Porém, os sul-africanos não mencionam um detalhe: que foi o regime racista de Pretória que, desde 1971, ignorou a decisão da ONU de considerar ilegal a ocupação da Namíbia, mesmo depois de transcorrido o prazo de tutela provisória dada pela antiga Liga das Nações (a precursora da ONU).

A África do Sul alega que a ONU não é "imparcial" na questão da Namíbia, portanto não pode participar da gestação de um acordo e nem mesmo da Força de Paz que eventualmente supervisionará a passagem à independência. Os sul-africanos gostariam que a ONU emitisse um documento renegando o reconhecimento da Swapo. Só que isso é inviável, no atual contexto da Assembleia-Geral; pelo contrário, é o regime da África do Sul que reiteradamente vem sendo objeto de resoluções condenatórias de sua política racista e intervencionista.

Anel de fortificações

Todos esses fatores mostram que a tática sul-africana está claramente orientada no sentido de retardar uma solução aceitável na Namíbia, ganhar tempo e jogar com os acontecimentos do futuro. Essa visão foi compartilhada inclusive pelo jornal liberal sul-africano *Rand Daily Mail* que, num arti-

go publicado em abril e assinado por Benjamin Pogund, afirmou que "vista desde Windhoek, a perspectiva de um acordo rápido sobre o Sudoeste da África aparece claramente como uma miragem".

O jornalista do *Rand Daily Mail* afirma que "através dos anos, a África do Sul construiu um anel de fortificações militares ao longo da fronteira entre a Namíbia e Angola. Se houvesse, num futuro imediato, de dar a independência total à Namíbia, a África do Sul já estaria desmobilizando essas fortificações e construindo outras ao longo do rio Orange, a fronteira entre o território da República Sul-Africana e a Namíbia. Mas nada disso está acontecendo".

Em outro trecho da reportagem, o mesmo articulista afirma que a "convocação anual de reservistas foi estendida em 1982 até os homens de 60 anos, para preencher as necessidades de mobilização militar na Namíbia". Além disso, Benjamin Pogund diz que "diante de todos os acontecimentos do passado, não há a menor dúvida de que uma eleição sob supervisão internacional na Namíbia, levará a uma vitória da Swapo".

Por isso, conclui o artigo do *Rand Daily Mail*, "deve-se esperar que a África do Sul continue jogando com o tempo, alongando as negociações, levantando obstáculos legítimos ou criando outros com aparência de legitimidade. Em outras palavras, a África do Sul vai manter a mesma diplomacia fria dos últimos 36 anos, quando pela primeira vez ela desafiou as ordens da ONU na ocupação da Namíbia. Mais uma vez a África do Sul vai tentar ludibriar o mundo".

Os países da Linha da Frente pensam mais ou menos a mesma coisa. Os líderes da Swapo chegam a afirmar que somente para o ano que vem é possível surgir alguma esperança real de acordo. A guerra está custando quase um bilhão de dólares por ano para a África do Sul. A queda do preço do ouro no mercado internacional reduziu em 1/3 a entrada de divisas internacionais no país, que continua no entanto solidamente ligado ao sistema financeiro ocidental. Esses dois fatores pressionam a favor de uma aceleração dos entendimentos, mas estão sendo superados em importância por outro fenômeno: a radicalização política dentro da própria África do Sul.

Há um fortalecimento constante dos grupos que advogam soluções de força para o problema da Namíbia. A crescente extrema direita sul-africana tem se mostrado muito influenciada pela ideologia expansionista de Israel. Na imprensa de Joanesburgo, têm sido frequentes as referências a uma possível "libanização" da Namíbia, com um ataque em larga escala ao território angolano. Embora os sul-africanos não tenham ilusões sobre a capacidade militar angolana de se defender e rechaçar todo e qualquer invasor.

ANGOLA

Novo perigo de invasão



“Os racistas sul-africanos estão preparando uma nova agressão contra nosso país, que poderia ter graves consequências”, afirmou o ministro de Defesa de Angola, o coronel Pedro Maria Tonha, “Pedalé”, numa recente entrevista coletiva em Luanda.

E não são poucos os sinais dos preparativos por parte do regime racista de Pretória para uma nova aventura bélica. A martirizada população de Cahama, vítima de dezenas de bombardeios e agressões em 1981, foi novamente atacada por 11 aviões do tipo *Mirage* em fins de julho. Os vôos de reconhecimento em todo o sul da República Popular de Angola, em especial nas províncias de Cunene, Huila e Moçâmedes, são acompanhados por incursões das patrulhas sul-africanas.

O ministro da Defesa de Angola denunciou ainda a concentração de tropas regulares da África do Sul e de mercenários na fronteira com a Namíbia.

“A situação militar em toda a fronteira sul é grave”, continuou o coronel Pedalé. Agravou-se seriamente a partir da invasão empreendida em agosto e setembro de 1981 e da ocupação da província de Cunene, situação que ainda persiste.

Os diplomatas itinerantes de Reagan

Coincidindo com a visita a Luanda do coronel Vernon Walters, embaixador itinerante dos Estados Unidos (este tipo de diplomacia de alta mobilidade parece ser um expediente universal para Reagan), a África do Sul atacou com sua aviação o sul do país causando enormes danos e perdas humanas.

É quase obrigatório lembrar outras experiências

"itinerantes", como por exemplo, quando o secretário de Estado Alexander Haig negociava com Buenos Aires a questão das Malvinas e a frota britânica marchava impávida em direção ao Atlântico Sul. O drama dos palestinos, onde o outro "itinerante" Philip Habib tratava de uma suposta mediação, enquanto os tanques, aviões e tropas israelenses massacravam a população libanesa e palestina.

Existem então duas possibilidades: ou os aliados dos Estados Unidos têm muito pouco respeito pelo seu protetor e impõem pelas armas seus critérios, ou pelo contrário, as armas pretendem ser o suporte da ação diplomática norte-americana.

Mas se no caso da África Austral, se tentar impor o plano regressivo de mediatizar a independência da Namíbia e deter o processo avançado e transformador de Angola, desestabilizando toda a região, a batalha não será fácil e a perspectiva de uma derrota deve ser levada em conta pelos estrategistas de Washington e Pretória.

O primeiro-ministro sul-africano Botha acompanha seus ataques militares com a exigência da retirada das tropas cubanas de Angola, como condição prévia para o processo independentista da Namíbia.

A resposta, mais uma vez firme e decidida, foi dada pelo ministro angolano, quando afirmou: "Trata-se de uma tentativa de confundir a opinião pública internacional. Os racistas, usando o frágil argumento da presença de internacionalistas cubanos em nosso território, pretendem se fazer passar por vítimas. Angola como país independente e soberano tem o direito de recorrer às forças e meios necessários para se defender".

Derrota estrondosa

Apesar das milhares de vítimas causadas pelo ataque sul-africano iniciado em 1981, das centenas de milhares de pessoas que emigraram para outras



O governo do MPLA rechaça a manobra sul-africana de "negociar" a saída das tropas cubanas

zonas do país, criando sérios problemas sociais e econômicos, das dezenas de bilhões de dólares em danos causados pelos ataques em território angolano, os objetivos políticos e militares não puderam ser alcançados por Pretória.

Pelo contrário, iniciou-se um processo político regional e internacional no qual vários governos africanos, como a Nigéria, Moçambique, Tanzânia e outros manifestaram sua disposição de participar militarmente na defesa do território angolano invocando o Artigo 51 da Carta da ONU.

Cresceu sensivelmente o isolamento dos racistas e a Assembleia-Geral especial da ONU sobre a Namíbia foi sem dúvida uma derrota estrondosa para Pretória e seus protetores nos Estados Unidos.

Se nessa ocasião, em um quadro internacional incandescente não somente pela corrida armamentista dos Estados Unidos como também pelas aventuras bélicas de seus principais aliados — Israel, Inglaterra, El Salvador —, a África do Sul se propõe a reeditar, em versão aprimorada e aumentada, seus planos de desestabilização regional, em especial contra Angola, os perigos para toda a região serão muito grandes.

É possível que as centenas de conselheiros militares israelenses que assessoram o exército sul-africano e suas unidades de mercenários estejam impulsionando — influenciados pelo exemplo do genocídio praticado no Líbano — um plano parecido para a África Austral. As consequências de uma aventura desse tipo tanto para a paz na região como para as relações internacionais em geral, poderão ser imprevisíveis.

Defender a pátria agredida

O que não deixa margem a dúvidas é a atitude que Angola pensa em adotar nessa circunstância. Seu presidente, José Eduardo dos Santos, que é também chefe das FAPLA (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola), declarou:

"Não devemos ter ilusões, pois o inimigo prepara novas agressões contra nós. Nosso dever é redobrar os esforços para assegurar a defesa armada do país e de nossa população. Todos devemos nos mobilizar para defender a pátria agredida, para saber neutralizar as investidas do inimigo no momento exato e dar-lhe a lição que merece, porque queremos consolidar nossa revolução e pretendemos construir uma pátria nova".

Exatamente, a consolidação e o desenvolvimento na África Austral de um processo revolucionário como o de Angola, representa um dos maiores perigos para Pretória, não apenas pela sua ocupação ilegal da Namíbia, mas principalmente por ser um exemplo e um ponto de referência e apoio para toda a região, assim como para as populações oprimidas na África do Sul pelo regime do *apartheid*. ●

A guerra continua



Sete anos após a independência do colonialismo português, o povo moçambicano foi convocado uma vez mais a empunhar armas para enfrentar novas tentativas de dominação estrangeira. O ponto de partida para a mobilização geral foi marcado durante um comício assistido por milhares de pessoas na Praça da Independência, no mês de junho, quando o presidente Samora Machel anunciou a decisão do Partido Frelimo de distribuir armas a setores organizados da população. Essa resolução é uma consequência direta da violência desencadeada pela África do Sul através de grupos infiltrados em Moçambique. Empregando diferentes formas de atuação, esses grupos pressionam algumas áreas das províncias de Manica e Sofala e tentam semear a intranquilidade em Maputo, a capital.

No interior do país, usando uniformes e equipamento militar, eles atacam centros de produção como as *machambas*¹ estatais e as cooperativas agrárias de produção, destruindo plantações, colheitas, maquinaria e instalações agrícolas. Outros alvos são as aldeias comunais, algumas delas transformadas em montões de cinzas. Para semear o terror e intimidar a população, liquidam fisicamente os membros do Partido e as pessoas com responsabilidade na administração desses locais, mutilando ainda crianças, homens e mulheres de todas as idades. Essas operações terroristas incluem também o rapto de pessoas e o roubo de tudo o que possa ser transportado.

Em Maputo, até dois anos atrás uma cidade paca-



O ministro de Defesa Nacional, tenente-general Chipande distribui armas para as Milícias Populares

ta e tranquila, tiveram início alguns atos de subversão, mas obedecendo agora a uma nova tática. A intranquilidade é lançada através de ondas de boatos sobre dificuldades no setor de abastecimento, conflitos no interior do Partido e do governo e a realização de ações armadas nunca concretizadas. Ao mesmo tempo que eram feitos telefonemas anônimos ameaçadores contra os familiares de quadros do aparelho de Estado, começaram os roubos e assaltos em várias partes da cidade. As investigações levadas a efeito indicaram que havia uma estreita relação entre todos esses acontecimentos: os atos de banditismo tinham um fim político e respondiam a orientações emanadas desde Pretória.

Provas da ingerência

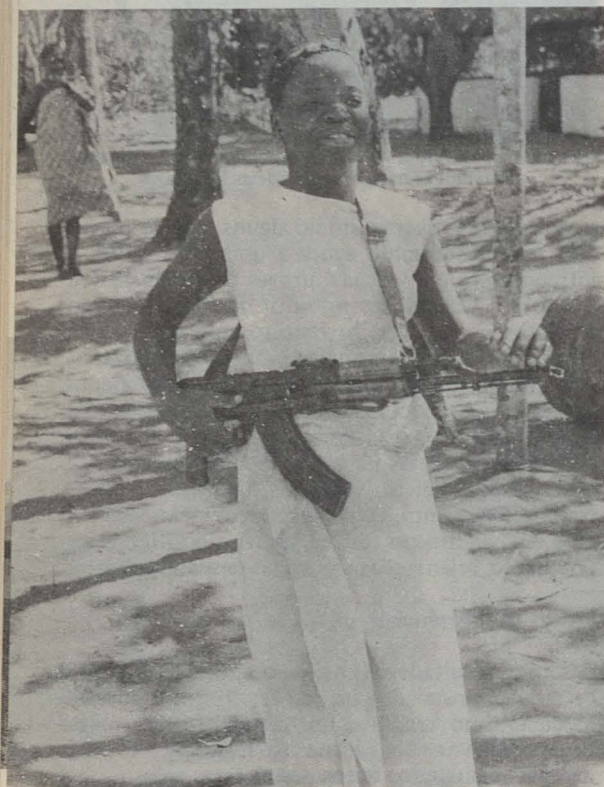
Como resultado das operações realizadas contra os redutos instalados no seu território, o governo moçambicano recolheu um farto material militar de procedência sul-africana. As revelações fornecidas por prisioneiros feitos nessas áreas pelas Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM) ou ainda por pessoas que conseguiram escapar dos

1) Machambas estatais: cooperativas agrícolas estatais

acampamentos dirigidos pelos *boers*² indicam que se encontra em curso uma verdadeira guerra não declarada pelos racistas de Pretória. Os grupos contam com a assessoria de militares sul-africanos em alguns locais de operações, sendo por outro lado abastecidos, à noite, por aviões tipo *Dakota*, que despejam caixas de munições, grandes quantidades de armas *AKM*, granadas, minas e obuses de morteiro. Também não faltam os fardamentos completos e uma sofisticada aparelhagem de comunicação, além de sacos contendo alimentos. No final do ano passado, o governo da África do Sul chegou até a utilizar um submarino para o desembarque de material e especialistas em sabotagem. Como resultado desta operação foram danificadas na época cerca de oito bóias do importante porto de Beira.

Um terrorista sem remorsos

Um depoimento de grande valia nesse sentido foi prestado pelo cidadão sul-africano Wilson Chivaze Bila perante o Tribunal Militar Revolucionário, no mês de junho último. Depois de desmobilizado pelo exército do seu país, ele foi enviado, juntamente com outros mercenários, para a região



Sete anos após a independência, os moçambicanos voltam a empunhar as armas

de Pafuri, situada na província de Gaza. Tinha por missão localizar as residências de compatriotas seus refugiados em Moçambique, bem como de membros e dirigentes do Congresso Nacional Africano (ANC). Posteriormente, foi integrado num grupo de ataque e participou de diversos combates contra as FPLM, tendo sido aprisionado numa dessas ocasiões.

Quando comparece às sessões de julgamento em companhia de outros acusados, não só confirma as acusações que lhe são feitas como fornece detalhes sobre os métodos de operação utilizados. Da sua lamentável folha de serviços constam emboscadas e assaltos a caminhões em trânsito pela Estrada Nacional nº 1, saqueios de lojas, torturas e assassinatos de pessoas para arrancar-lhes informações e obter gêneros alimentícios. Todas essas declarações — inclusive a de que ignora o total de civis e militares que pessoalmente assassinou — foram feitas sem o menor remorso.

Braço armado dos "boers"

Essas declarações são apenas umas das numerosas marcas deixadas pelos sul-africanos. Outras igualmente importantes foram encontradas entre papéis e documentos abandonados de forma precipitada por oficiais sul-africanos em diferentes redutos. Em dezembro de 1981, por exemplo, os altos chefes que dirigiam uma base em Garágua, na província de Manica, não tiveram tempo de recolher uma preciosa coleção de documentos sobre o desenvolvimento do plano de desestabilização contra a República Popular de Moçambique. Entre eles estava a ata de uma reunião realizada pelo coronel Van Nikerke, dos serviços secretos de Pretória e representante dos racistas junto do Movimento de Resistência Nacional (MRN), com Afonso Dhlakama, o dirigente desse grupo. O encontro aconteceu em Zoabstad, África do Sul, a 25 de outubro de 1980 e nele o militar ordenou que se acentuassem as operações de sabotagem, fossem abertas novas frentes e que *deveriam ser criadas condições de distúrbios nas principais cidades*, em particular Maputo e Beira.

Outra prova mais da verdadeira origem do MRN surgiu na própria África do Sul e dentro de uma unidade militar. Ainda em 1981, Afonso Dhlakama foi empossado no cargo de coronel do exército sul-africano. O ato teve lugar na localidade de Phalaborwa e foi presidido pelo general Magnus Malan, titular da pasta da Defesa. Segundo a notícia divulgada pelo Centro de Informação e Documen-

² Originariamente, o descendente do colono holandês. Nos dias atuais, designa o branco racista defensor do "apartheid"

tação "Amilcar Cabral", em Lisboa, Malan declarou textualmente a Dhlakama que "o vosso Exército é uma parte das forças de defesa sul-africanas".

O que é o MRN

O grupo denominado Movimento de Resistência Nacional foi criado pelos serviços secretos rodesianos, o *Special Branch*, no começo de 1976, para impedir que Moçambique continuasse apoiando a Frente Patriótica na sua luta pela independência do país. Os seus integrantes foram recrutados entre ex-membros dos corpos repressivos organizados pela polícia política portuguesa — Comandos, Flechas, Grupos Especiais, Grupos Especiais de Pára-quedistas, Organização Provincial de Defesa Civil etc. Esse contingente de assassinos selecionados veio receber reforço com a contratação de mercenários de vários países.

Nesse mesmo período, os racistas de Salisbury (atual Harare) dão início às transmissões da emissora "Voz da África Livre". Ao contrário do que esperavam, a reação popular é negativa. O baixo nível das mensagens contidas na programação e a estreita vinculação dos seus dirigentes com a mentalidade colonial, tribal e racista do passado, levou a que fosse rebatizada "Rádio Kizumba". Na maior parte das línguas do grupo bantu, *kizumba* quer dizer "hiena", um animal desprezado pela sua covardia e que na tradição africana personifica ainda a duplicidade e a intriga. Com a independência do Zimbábue, os agentes rodesianos que controlavam o MRN fogem para a África do Sul, onde recebem apoio aberto para o reinício das operações contra Moçambique. Verifica-se então a troca de papéis.

"Cor local"

Para dar "cor local" ao agrupamento terrorista e apresentar uma fachada política, foi colocado à frente da organização o antigo latifundiário Domingos Arouca, descrito pela imprensa de Maputo como "um cidadão português de pele preta fugido de Moçambique antes da independência". Outros elementos de destaque são o português Orlando Cristina, conhecido pelos crimes de guerra cometidos no período colonial, e Jorge Jardim, membro da Internacional Fascista que depois de se distinguir como agente dos ditadores Antônio Salazar e Marcelo Caetano tentou sem sucesso uma saída neocolonial para Moçambique. Também é apontado como ocupando um lugar de importância o conhecido assassino profissional Casimiro Emérito Rosa Teles Jordão Monteiro. Natural de Goa, tornou-se muito conhecido ao assassinar friamente o líder antifascista português, general Humberto Delgado e sua secretária, a brasileira Arajari Campos,



na Espanha, em 1965. Em Moçambique, dirigiu os Flechas em vários massacres, tendo ainda participado do assassinato de Eduardo Mondlane, fundador e primeiro presidente da Frelimo. Atualmente reside na África do Sul sob nome falso.

Porque a desestabilização

No ano passado, perante a Assembléia Popular, o presidente Samora Machel leu uma mensagem na qual foram fixados como objetivos essenciais a serem alcançados: a) promoção de uma radical transformação da estrutura econômica e social com a criação de um setor socialista dominante; b) aumento do nível de vida de todo o povo, com vistas a satisfazer suas necessidades básicas; c) consolidação do poder político, fortalecendo a base social da revolução, com o crescimento de uma combativa classe operária e de um campesinato forte; d) conquista, pelo povo moçambicano, do essencial daquilo que constitui o patrimônio científico e técnico de toda a humanidade. Para alcançar essas metas na presente década, Moçambique terá de concentrar esforços na socialização do campo, industrialização do país e na organização e preparação da sua força de trabalho.

Não resta a menor dúvida de que nem a África do Sul nem os Estados Unidos, o seu mais forte aliado, aceitam a consolidação de um governo socialista em Moçambique. E muito menos quando, em consequência da aplicação de uma política objetiva e realista, as autoridades de Maputo conse-

guem estimular o projeto de criação da Conferência Coordenadora para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC). Os planos propostos, alguns deles já em fase de execução, permitirão que não apenas Moçambique mas todos os demais membros desse grupo — Angola, Botsuana, Zimbábue, Zâmbia, Suazilândia, Tanzânia, Lesoto e Malawi — rompam os pesados vínculos econômicos existentes com Pretória. Isso significa, de fato, liquidar com o sonho sul-africano de uma “constelação de Estados” gravitando ao seu redor. Para alcançar os seus objetivos, recorre a todas as formas de pressões, inclusive a militar, contra Moçambique, Angola, Zimbábue ou a Zâmbia, esforçando-se por impedir que sejam levados à prática os acordos estabelecidos em áreas como educação, transportes, telecomunicações, saúde ou energia.

Povo em armas

No comício realizado em Maputo na semana comemorativa dos sete anos da independência de Moçambique e vinte de criação do Partido Frelimo, o presidente Samora foi o primeiro a afivelar de novo a sua pistola à cintura. “Voltaremos a carregar armas, não há contemplação para com a reação” — declarou ao iniciar a distribuição de armas. A partir desse momento, todos os dirigentes do Partido e do Estado com grau de oficiais deverão andar fardados e armados. Os Grupos Dinamizados, as Milícias Populares e outras organizações que garantem o poder popular em todo o país receberão equipamento militar, ao mesmo tempo que será desenvolvido um amplo trabalho de mobilização entre a população.

TRECHOS DO DISCURSO DE SAMORA MACHEL

- Vamos romper com as concessões que temos feito com a burguesia e aspirantes à burguesia. Temos sido generosos, temos sido muito compreensivos e compreensíveis, temos sido bons demais para com a pequena burguesia. E a pequena burguesia violenta-nos com armas. Para liquidar bandos armados, o combate exige colocar a pequena burguesia na defensiva completa.

- Os espíões, os boateiros, os sabotadores, os exploradores, os comerciantes desonestos, os ladrões, os violadores de menores representam o prolongamento dos bandidos armados. Todos esses passarão pelo Tribunal Militar Revolucionário.

Nas últimas semanas, novas armas foram distribuídas aos membros das Milícias Populares formadas para a defesa de bairros e empresas. Os comandantes desses destacamentos — um posto ocupado indistintamente por homens e mulheres — submeteram-se a uma reciclagem, enquanto os quadros recém-ingressados passaram a frequentar cursos especiais de preparação político-militar. As reações mais insistentes à decisão do Partido Frelimo partiram exatamente dos moradores daqueles locais em que o inimigo atuou com violência redobrada, numa indubitável demonstração de que os atos de agressão, longe de intimidar, ajudaram pelo contrário a elevar o nível de consciência da população. O espírito de decisão reinante pode ser encontrado na seguinte passagem de uma canção entoada durante os exercícios de treinamento: “Povo morre dia a dia/por causa dos assassinos de Botha/É com a Unidade/é com o Trabalho/é com a Vigilância/que venceremos P. Botha”, referindo-se ao primeiro-ministro sul-africano. Para garantir a vigência de uma liberdade duramente conquistada, o povo moçambicano novamente empunha as armas. ●



O presidente Samora Machel: pistola na cintura

- Disseram que as pistolas não nos ficavam bem. Tiramos as pistolas. Ficamos com a elegância e eles ficaram com as nossas armas. Comemos esse erro mas não voltaremos a cometê-lo. Fazemos o juramento que voltamos a carregar as nossas armas.

- Os bandidos armados não constituem oposição. Não há oposição na República Popular de Moçambique. Eles não constituem a contra-revolução. São bandidos armados para roubar, para violar mulheres, para mutilar homens, mulheres e crianças, para assassinar e massacrar.

A luta contra o cerco racista



Os sintomas de uma tentativa de desestabilização do governo de Robert Mugabe tornaram-se evidentes no final do mês de julho, quando seis turistas estrangeiros foram sequestrados e logo depois, sabotadores destruíram 13 aviões da Força Aérea, quase um terço do efetivo total do país, num ataque realizado por profissionais contra a base de Tornhill, na cidade de Gweru.

O sequestro foi promovido por adeptos de Joshua Nkomo, líder do segundo partido mais importante do Zimbábue, a União Popular Africana do Zimbábue (Zapu). Em troca da libertação dos seis reféns (dois norte-americanos, dois europeus e dois australianos), os sequestradores exigiam a libertação de presos acusados de manter um depósito clandestino de armas do grupo de Nkomo. No caso do ataque contra a base da Força Aérea, seis brancos e cinco negros foram detidos como suspeitos. Todos eles pertenciam à Força Aérea, e todos os negros também eram ligados à Zapu.

Os brancos envolvidos na sabotagem estão sendo investigados para se descobrir possíveis ligações com os serviços secretos da África do Sul. Mais recentemente, o primeiro-ministro Robert Mugabe denunciou numa entrevista à imprensa, assistida por todo o corpo diplomático em Harare, capital do país, que no sul do Zimbábue, forças sul-africanas cruzaram a fronteira e entraram em choque com unidades militares baseadas ao sul de Rutenga. Cinco soldados teriam morrido nos choques.

Estes são os grandes fatos, que deram repercussão internacional às manobras de desestabilização do governo liderado pelo Partido Zanu (União Nacional Africana do Zimbábue). Mas no dia-a-dia no

Zimbábue, a sabotagem econômica e as tentativas de terrorização dos civis aumentaram muito nos últimos meses. O alvo principal é a cúpula do governo e membros da comunidade branca. Os dissidentes estão claramente preocupados em criar pânico entre os descendentes de colonos europeus, na tentativa de provocar um êxodo que teria imediatas repercussões econômicas. Em seus dois anos de governo, Mugabe teve como uma de suas preocupações principais evitar que a luta pela independência econômica se transformasse num confronto racial. Por isso, ele procurou e conseguiu convencer os dirigentes da comunidade branca de que o governo independente não usaria os mesmos recursos discriminatórios da era colonial.

A batalha econômica

A economia do Zimbábue ainda é largamente dependente dos setores brancos, notadamente na agricultura e na indústria. Os técnicos de origem européia são também responsáveis pela operação do sistema de transportes e das comunicações. Um êxodo em massa provocaria o caos econômico, criando as condições necessárias para que a África do Sul use a crise interna para interferir mais abertamente no Zimbábue.

O primeiro-ministro Mugabe está convencido que o seu ex-aliado na guerra pela independência, Joshua Nkomo, é uma peça importante na crise atual. O governo afastou Nkomo do Ministério do Interior em fevereiro passado, quando foi descoberto um depósito clandestino de armas numa fazenda de propriedade da Zapu, por ele liderada. A aliança Zanu-Zapu no ministério não foi oficialmente desfeita (dois ministros de Nkomo continuam no governo) e nem o dirigente da Zapu passou formalmente para a oposição. Mas, nas bases de ambos os partidos, as relações políticas estão muito deterioradas.

Em três meses, se acredita que cerca de 1.200 soldados da Zapu, integrados ao exército regular junto com os da Zanu, desertaram com armas e uniformes. Também é público que muitos dos membros da Zapu não entregaram as armas que tinham em seu poder durante a guerrilha pela independência, quando Mugabe ordenou a desmobilização das unidades insurrecionais, para formar um exército nacional único. Os depósitos de armas recebidas da União Soviética continuam em lugares secretos da Zâmbia e Botsuana. Isso cria um perigoso elemento de tensão racial. A maioria dos membros da Zanu pertence ao grupo étnico dos *shona* (60% da população do Zimbábue) enquanto os membros da Zapu são em sua maioria esmagadora *ndabele* (30% da população). Os dois grupos têm rivalidades históricas que sempre foram habilmente manejadas pelos colonos brancos. Agora,

existe o risco de que novamente essas divergências venham a ser agravadas.

A divisão da Zapu

A posição de Nkomo na crise atual é bastante dúbia. As pessoas que o conhecem mais de perto garantem que ele está em total oposição ao primeiro-ministro Robert Mugabe. Só não rompeu ainda com a Zanu devido a resistências internas surgidas dentro de seu próprio partido. Vários dirigentes da Zapu que participaram do governo nos dois anos posteriores à independência não são radicalmente contrários a Mugabe. Discordam em alguns pontos, mas acham que o chefe do governo é um político sério e capaz de levar o país à independência completa.

É essa divisão dentro da Zapu que, de certa maneira, impediu um rompimento total entre os dois partidos que lutaram juntos contra a dominação colonial. Ela é também o resultado da habilidade política de Mugabe que tem conseguido evitar excessos entre seus próprios adeptos.

Até agora não surgiu nenhum indício de ligações do movimento de Joshua Nkomo com a África do Sul. No passado, o líder da Zapu manteve contatos com os racistas sul-africanos, e durante o período colonial chegou a ter um encontro reservado com Ian Smith, o dirigente branco da então Rodésia. Nkomo era apontado também como amigo do magnata inglês Tiny Rowlands, o diretor da poderosa transnacional Lonrho, que tem interesses minerais na Zâmbia, África do Sul e no Zimbábue.

Embora sem vínculos diretos com Pretória, as manobras obstrucionistas da Zapu criaram uma situação delicada. O enfraquecimento do poder de Mugabe beneficia diretamente a África do Sul, cujo objetivo prioritário na região é manter uma presença militar e econômica hegemônica.

A aspiração de uma presença militar hegemônica faz com que nenhum dos países vizinhos possa se sentir seguro (de fato todos eles têm sido agredidos) e diminuem as possibilidades deles poderem ajudar a oposição anti-racista dentro da própria África do Sul. É o preço que Moçambique e Angola estão pagando pela solidariedade para com o Congresso Nacional Africano (ANC) e a Swapo, da Namíbia, e pela coerência e independência de suas políticas internas. É o preço que o Zimbábue começa também a pagar.

Objetivos dos racistas

A hegemonia econômica regional é fundamental para o *apartheid*. Ela tem como objetivo fundamental manter a dependência dos países da África Austral em relação ao centro financeiro de Joanesburgo. Por isso, a África do Sul tem boicotado sis-

tematicamente — até mesmo com o recurso da força militar — a tentativa dos países negros vizinhos de criarem uma associação econômica alternativa (a SADCC tem sido particularmente combatida por Pretória).

Nesse contexto, o Zimbábue ocupa um lugar muito importante. Pelo grau de desenvolvimento econômico já alcançado por essa ex-colônia inglesa; pelas riquezas minerais de seu subsolo, pela produtividade de sua agricultura e pelo desenvolvimento da sua infra-estrutura, o Zimbábue é dos países da África Austral, o que tem mais condições, a curto prazo, de se transformar num centro econômico alternativo em relação à África do Sul.

O problema é que o Zimbábue — país mediterrâneo — depende de transportes e comunicações que, em sua maior parte, passam pelo território sul-africano. Existe uma saída para o mar, por Moçambique. É a mais curta e mais lógica, mas ela está submetida a um sistemático bloqueio por parte de um grupo armado a soldo da África do Sul. Tanto a estrada de ferro Beira-Umtali como o oleoduto que liga Moçambique ao Zimbábue têm sido atacados com muita frequência pelo MRN (Movimento de Resistência Nacional, ver matéria de Moçambique, nesta mesma edição) como parte dos planos sul-africanos para sabotar a integração dos países da África Austral.

E nesse contexto, a desestabilização do governo Mugabe é um objetivo chave da estratégia racista. O surgimento de divergências tribais, bem como os exageros sobre ataques contra colonos brancos visam minimizar os êxitos obtidos pelo primeiro-ministro. O problema das divergências tribais abala o eixo da principal preocupação política da Zanu, ou seja, a criação de um sistema de partido forte e ideologicamente coerente. A possibilidade de surgimento de um partido como este é obviamente vista com muita preocupação pela África do Sul. Caso se concretize, haveria uma unificação dos movimentos políticos que lutam pela mudança das estruturas sociais e econômicas do país. E nessa unidade não haveria terreno fértil para as intrigas e manobras dos racistas. A África do Sul perderia aliados potenciais. Só lhe restaria o apoio de grupos como a Unita em Angola ou o MRN, em Moçambique, com os quais, por estarem fora do sistema, por serem marginais, a África do Sul prefere não se identificar abertamente. Porém, na falta de outras alternativas, e diante da importância econômica e do prestígio político que Mugabe tem não só entre os governos independentes vizinhos, como também entre membros da comunidade branca do Zimbábue e entre dirigentes europeus, é fundamental para a África do Sul desestabilizar o seu governo. E para esse objetivo, o regime racista já deixou claro que usará todos os meios disponíveis, inclusive o ataque armado. (C. C.)



**nosso petróleo
onde
é necessário...**

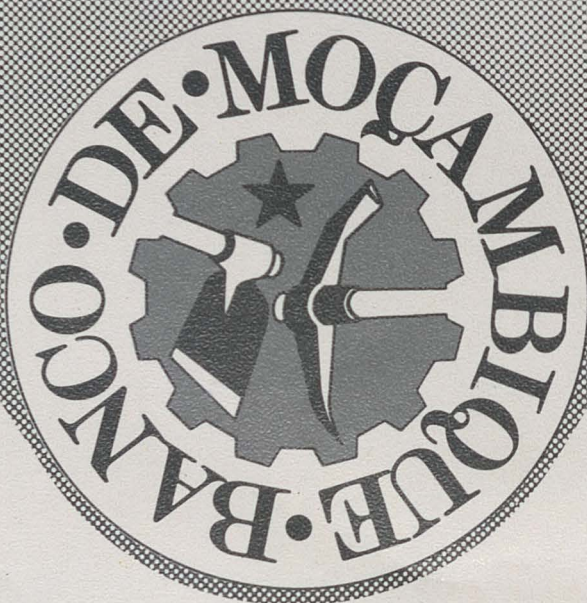
Sociedade Nacional
de Combustível de Angola



ONANGOL

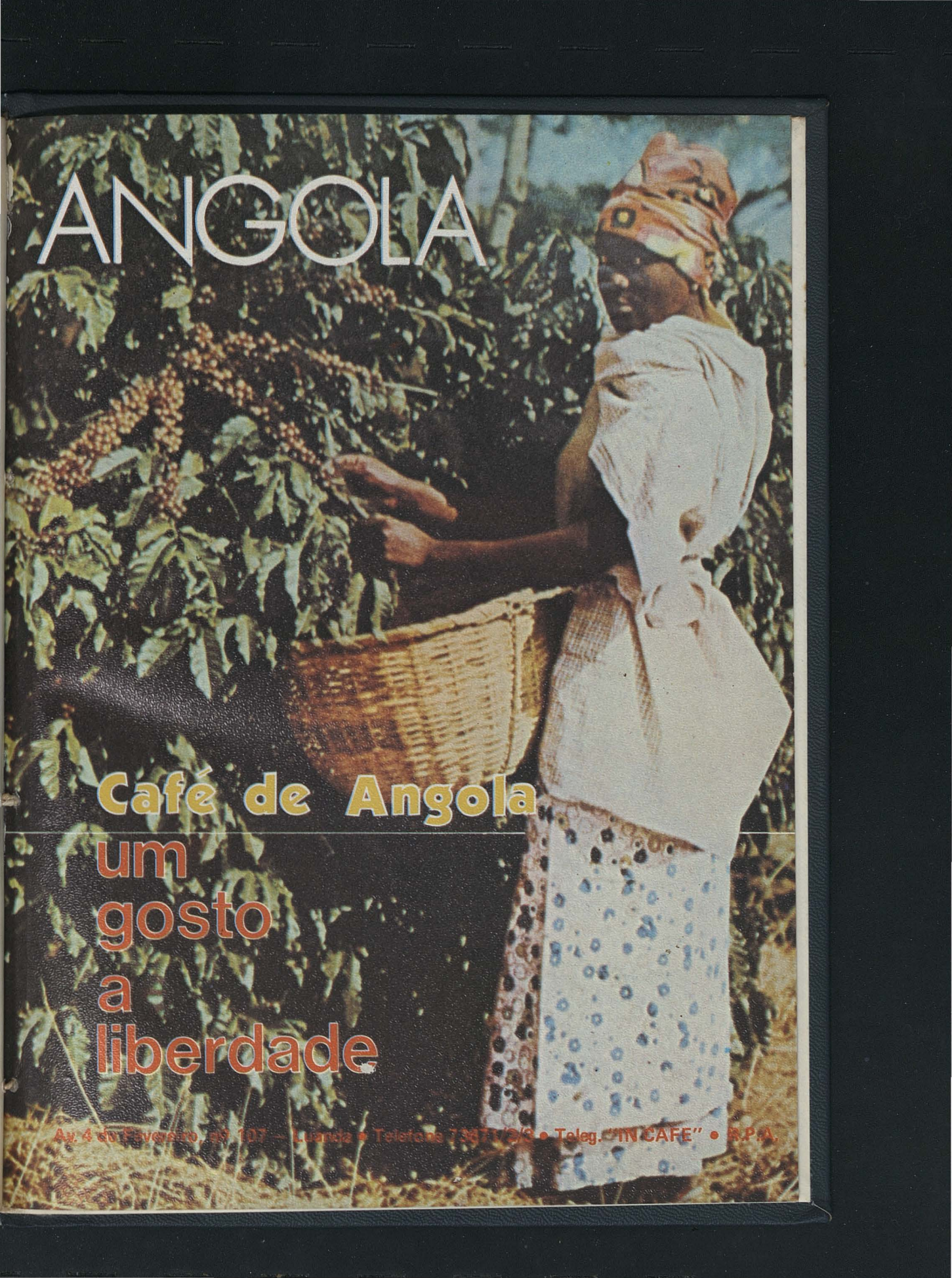
rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 • Luanda
telex 3148 3260

**relações internacionais
comércio externo
investimento de capitais
cooperação técnica
operações bancárias**



GARANTIA DE DESENVOLVIMENTO

Av. 25 de Setembro 1695 - Telef. 28151/8 - C. P. 423 - Telegr. MOBANCO - Telex 6-355
Maputo - República Popular de Moçambique

A woman wearing a colorful headwrap and a white shawl is harvesting coffee beans from a tree in a lush plantation. She is holding a large woven basket. The background is filled with green coffee plants and ripe red beans.

ANGOLA

Café de Angola
um
gosto
a
liberdade

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 - Luanda • Telefons 73671/2/3 • Teleg. "INCAFE" • R.P.A.

Os diamantes de Angola são mais brilhantes

*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola